



MÓDULO 25

**Fontes de Energia:
 Modelo Energético Brasileiro; Petróleo**

1. PETRÓLEO

Principais eventos históricos:

1896 – Primeira perfuração no interior de São Paulo.

1907 – Criação do Serviço Geológico e Mineralógico.

1937 – Descoberta de petróleo na Bahia, na região do Recôncavo.

1938 – Criação do Conselho Nacional do Petróleo; nacionalização das jazidas.

1953 – Criação do monopólio estatal e da Petrobras para gerir esses monopólios.

1975 – Criação dos contratos de risco, flexibilizando a prospecção.

1997 – instituída a lei que “quebra” o monopólio da Petrobras, que continua sob controle estatal. É criada a ANP (Agência Nacional de Petróleo).

O Brasil ingressa no Grupo de 16 países que produzem mais de 1 milhão de barris por dia.

2003 – Foi descoberto o campo de gás natural Mexilhão, na Bacia de Santos.

2006 – É anunciada a autossuficiência do Brasil na área petrolífera.

É descoberta uma grande bacia de petróleo, na camada chamada Pré-sal, que se estende desde o Espírito Santo até Santa Catarina e cujas futuras prospecções poderão tornar o Brasil exportador de Petróleo.

2007 – O Governo confirma a gigante descoberta do Campo **Lula** (Ex-Tupi), na camada Pré-sal da **Bacia de Santos**, e que dobrará as reservas petrolíferas do Brasil.

2008 – É divulgado o grande campo de Júpiter encontrado na Bacia de Santos, na camada Pré-sal.

2. O “FIM” DO MONOPÓLIO

Nos anos 40 e 50, o Brasil assistiu a uma campanha intitulada “O Petróleo é Nosso”, que pregava a estatização e o controle total sobre a produção de petróleo. Vivia-se um período de nacionalismo exacerbado, e a campanha desembocou na criação da Petrobras, em 3/10/53. Essa medida desgostou grupos defensores da livre-iniciativa, que queriam a atuação das multinacionais do petróleo no Brasil. Esses grupos ganharam grande força a partir de 1973, quando a crise mundial do petróleo mostrou a incapacidade da Petrobras em suprir as necessidades nacionais. Os próprios contratos de risco de 1976 demonstraram a insatis-

fação do governo com a atuação de sua estatal. Os defensores da livre-iniciativa recrudesceram suas críticas à Petrobras, mas os governos militares impediram qualquer medida que pusesse fim ao monopólio estatal.

Essa situação vai mudar com o fim do militarismo. Nos governos pós-86, surgem no Congresso tímidas tentativas de pôr fim ao monopólio. O incentivo vai partir do próprio governo constituído em 1994, que passa a apoiar o fim da ingerência do Estado na economia, propondo o fim do monopólio.

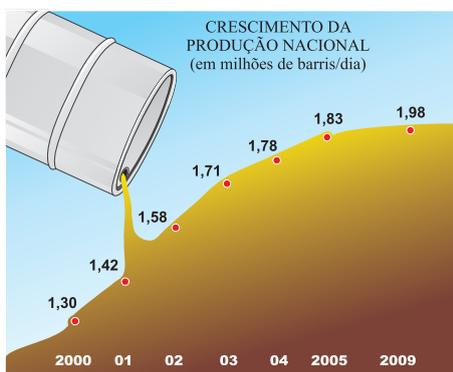
Em 1997, o Congresso aprovou a lei que determina o fim da exclusividade da Petrobras. Mas, atenção: o monopólio do Estado sobre o petróleo não terminou. O Estado continua sendo responsável pela prospecção e lavra, refino, importação e transporte de óleo bruto, mas poderá ceder esses direitos para outras empresas que se habilitarem, além da Petrobras. Caberão, entretanto, à Petrobras alguns direitos como, por exemplo, determinar a prioridade sobre certos campos de exploração, destinando outros que não queira explorar para outras empresas. Para regular essas atividades, o governo criou a ANP (Agência Nacional de Petróleo). Além disso, a Petrobras continua a ser uma estatal, apesar de o governo acenar com a possível venda de parte de suas ações.

Não obstante a movimentação legislativa, a Petrobras vem aumentando sua produção de óleo bruto, chegando a 1,835 milhão de barris por dia em 2005.

3. O PETRÓLEO (É) NOSSO (?)

Foi possível constatar que já no final do ano 2000, a Petrobras, classificada entre as 15 maiores companhias de petróleo do mundo, sextuplicou o lucro líquido registrado no ano anterior, que chegou próximo dos US\$ 22,612 bilhões.

Esse é o resultado da parceria da estatal com o capital multinacional, que possibilitará a criação de mais de 10 mil empregos em cinco anos, sendo destes, 3 mil apenas na indústria naval. A grande responsável por esse desempenho é a Bacia de Campos, em especial os campos de Marlim e Roncador, que passaram a produzir 1 000 000 barris diários de petróleo bruto. Para cinco anos, a meta da estatal é de 5 milhões de barris/dia; se for atingida, esta cota livrará o Brasil das importações de petróleo.



Fonte: Petrobras

A Petrobras fechou acordos com: *Exxon, Shell, Amoco* e a *British Petroleum*, no valor de US\$ 5 bilhões, além de ter ampliado seu crédito com empresas como a *Mitsubishi, Itochu* e a *JBIC (Japan Bank International Cooperation)*. A garantia do capital externo para esses investimentos está na reserva brasileira de petróleo, na ordem de 17 bilhões de barris, e na capacidade de descoberta de novos jazimentos, em média na razão de 1/2,5 para cada barril explorado.

ONDE A EMPRESA BUSCA RECURSOS

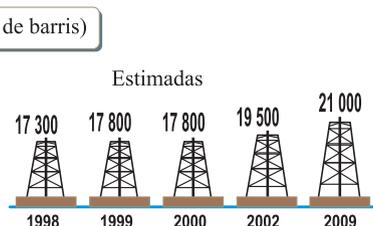
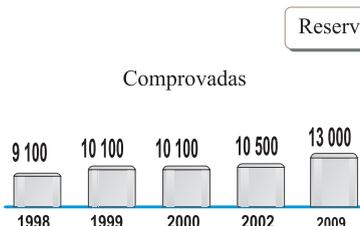
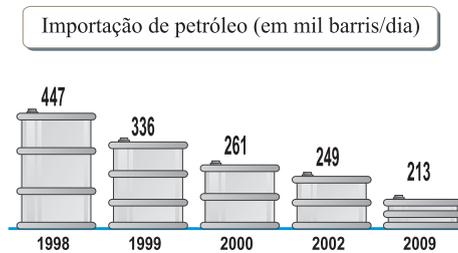
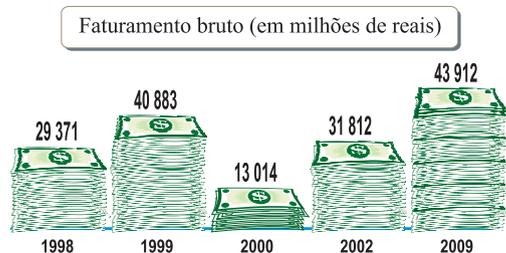
A estatal investe dinheiro próprio e créditos obtidos no exterior – em US\$ bilhões



(Petrobras)

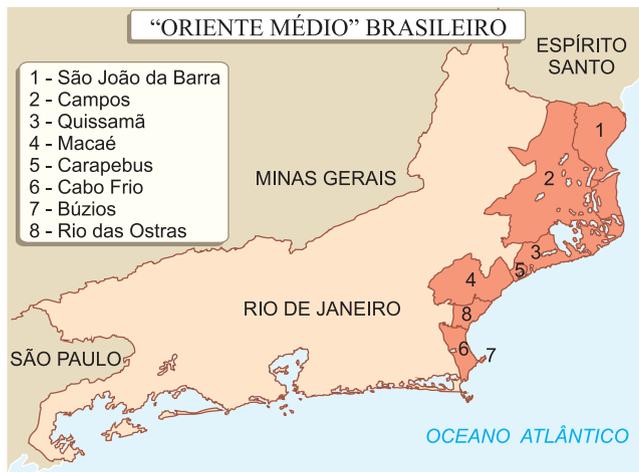
4. O “ORIENTE MÉDIO” BRASILEIRO

Nos últimos dois anos, o crescimento da exploração do petróleo fez subir a arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) de oito



municípios na região da bacia de Campos, no Rio de Janeiro, responsável por 83% da produção nacional.

	1997	1999	2002	2009
CAMPOS	3,9	45,0	46,7	51,2
MACAÉ	8,2	32,0	33,1	31,8
QUISSAMÃ	2,3	13,4	14,5	11,2



Além de Campos, os municípios que mais ganharam com o aumento na arrecadação dos royalties foram: São João da Barra, Quissamã, Macaé, Carapebus, Cabo Frio, Búzios e Rio das Ostras. Resultado: aumentaram os investimentos nos setores ligados à infraestrutura, sobretudo em Educação e Saúde, o que refletiu na melhoria dos indicadores sociais da região.

PETROBRAS

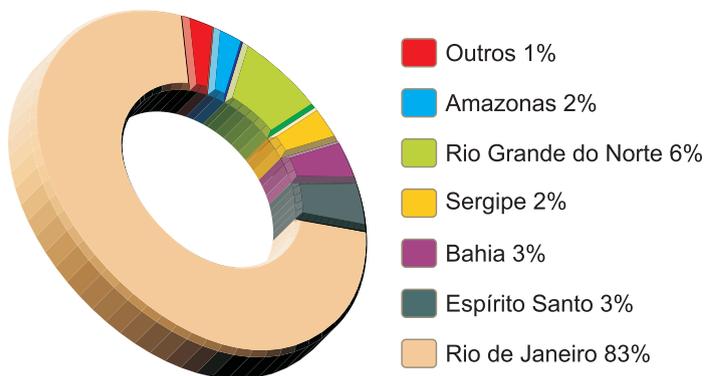
Eram exclusividades da Petrobras:

- Prospecção e lavra de jazidas. A Petrobras explorava três regiões: em terra, a Bahia (Recôncavo) e o Rio Grande do Norte (atualmente a maior produção em terra); e no mar, na plataforma continental, a Bacia de Campos (Rio de Janeiro), onde há vários poços, com destaque para Marília, Barracuda, Caratinga e Albacora. 85% da produção nacional vem do mar.

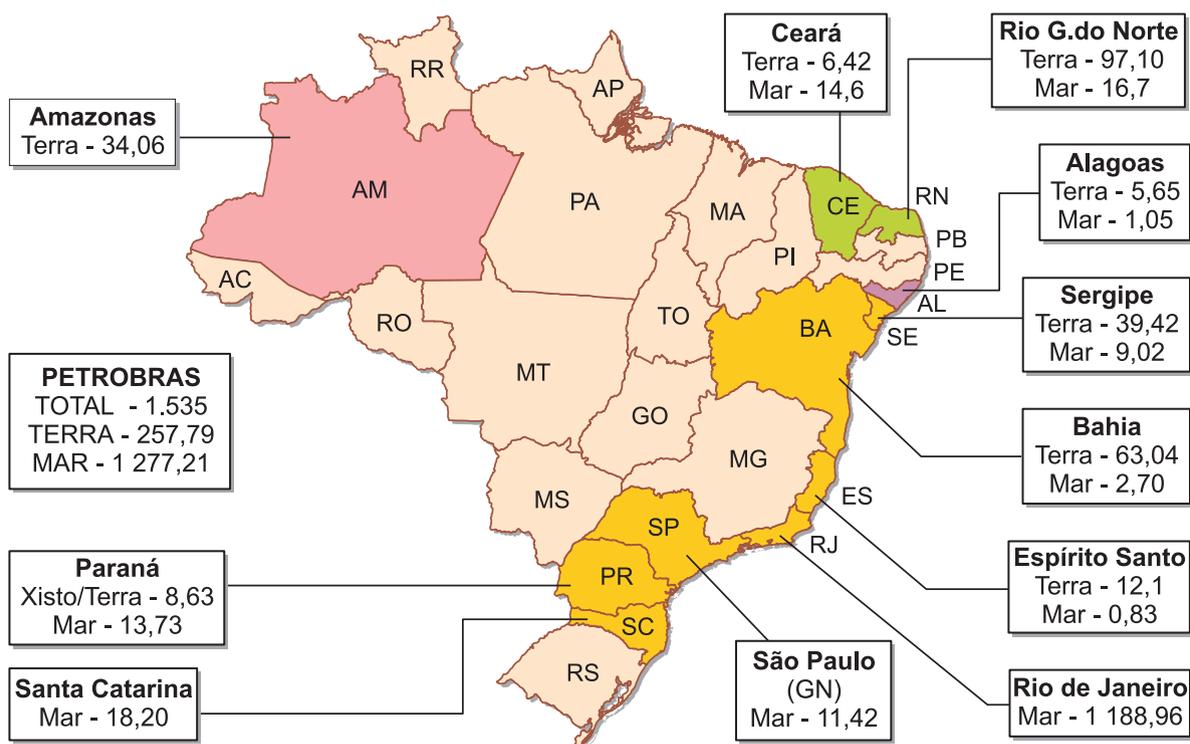


PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO (em Mbpd)				
1998		2009		
Total Brasil	975 120	Total Brasil	1 986 035	100%
Terra	212 835	Terra	272 244	13,71%
Mar	762 285	Mar	1 713 791	86,29%
Bacia de Campos	720 000	Bacia de Campos	1 578 222	
Outras	42 285	Outras	35 570	

PRODUÇÃO NACIONAL DE PETRÓLEO (2005)
SEGUNDO OS ESTADOS DA FEDERAÇÃO



PRODUÇÃO DE ÓLEO E GÁS (1000bpd)



• Transporte de óleo bruto. No Brasil, esse material é transportado internamente por oleodutos (30 318 km) ou externamente por navios da Fronape, que conta 120 petroleiros, dos quais 46 de propriedade da Petrobras (Transpetro). O petróleo é levado a terminais e daí transportado até refinarias ou depósitos.



REFINO

O refino vem acompanhando de perto as transformações que a Petrobras vivencia nos últimos anos, adequando-se ao novo modelo de mercado do setor no Brasil. O desafio de processar a **crecente produção de óleo pesado brasileiro**, permitindo investimentos e grandes avanços tecnológicos. **A Petrobras tem batido sucessivos recordes em suas refinarias**, desenvolvendo tecnologia própria e possibilitando que o petróleo nacional, de característica **mais pesada**, possa render uma percentagem maior de produtos nobres e aumentar a rentabilidade do negócio. A atuação do *downstream* (abastecimento) é fundamental para consolidar os objetivos estratégicos da Petrobras, que caminha para se transformar numa corporação de alto desempenho na área de energia. A intenção é firmar sua liderança no mercado brasileiro, além de expandir suas atividades no exterior, sobretudo

na América Latina, **onde atua em refinarias na Bolívia e na Argentina.**

A Petrobras possui 16 refinarias e uma fábrica de lubrificantes, assim localizadas:

- Refinaria Landulfo Alves (Rlam) – Mataripe, Bahia.
- Refinaria Presidente Bernardes (RPBC) – Cubatão, São Paulo.
- Refinaria Duque de Caxias (Reduc) – Campos Elíseos, Rio de Janeiro.
- Refinaria Gabriel Passos (Regap) – Betim, Minas Gerais.
- Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) – Canoas, Rio Grande do Sul.
- Refinaria de Paulínia (Replan) – Paulínia, São Paulo.
- Refinaria de Manaus (Reman) – Manaus, Amazonas.

- Refinaria de Capuava (Recap) – Mauá, São Paulo.
- Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar) – Araucária, Paraná.
- Refinaria Henrique Lage (Revap) – São José dos Campos, São Paulo.
- Lubrificantes e Derivados de Petróleo do Nordeste (Lubnor) – Fortaleza, Ceará.

Unidades de Processamento de Petróleo da Petrobras

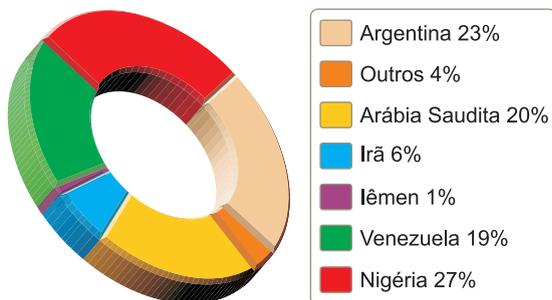


Além das refinarias localizadas no Brasil, a Petrobras também opera duas refinarias na Bolívia, desde 1999 (Refinarias Guillermo Elder Bell e Gualberto Villarroel) e na Argentina. As unidades industriais da Petrobras completam-se com duas fábricas de fertilizantes nitrogenados (Fafen), localizadas em Laranjeiras, Sergipe, e em Camaçari, Bahia.

Operam ainda no Brasil as refinarias Ipiranga, no Rio Grande do Sul e Manguinhos, no Rio de Janeiro, ambas pertencentes a grupos privados.

(Petrobras)

BRASIL – IMPORTAÇÃO DE PETRÓLEO



• Importação de óleo bruto. Era e ainda é feita de forma diversificada, para que não haja dependência de um único fornecedor. Nossos principais fornecedores estão na América Latina, sobretudo na Argentina, México e Venezuela e no Oriente Médio.

Importação – 2004	
(mil barris por dia – bpd)	
Petróleo	450
Derivados	109
Exportação – 2004	
(mil barris por dia)	
Petróleo	181
Derivados	228
Origem do gás natural – 2004	
(milhões m³ por dia)	
Gás nacional	45,8
Gás boliviano	19,5
Destino do Gás Natural – 2004	
Distribuidoras	30,4
Termelétricas	7,2
Consumo interno	27,7



(Folha de S. Paulo, 15/4/2008.)

A evolução da produção de petróleo

A partir de 2002, na procura por opções de produção, a Petrobras saiu do núcleo central produtor da Bacia de Campos, para norte e para sul, buscando novas frentes exploratórias nas vizinhas bacias de Santos e Espírito Santo, e bacias ainda pouco exploradas em suas águas profundas, como as da costa sul da Bahia, Sergipe, Alagoas e da margem equatorial brasileira.

O ano de **2003** foi considerado um **marco** na história da **Petrobras**. Além do expressivo volume de petróleo descoberto, foram identificadas novas províncias de óleo de excelente qualidade, gás natural e condensado, permitindo que o atual perfil das reservas e produção da Companhia, predominantemente de óleo pesado de menor valor econômico, começasse a mudar para um perfil de maior valor no mercado mundial de petróleo.

Descobertas

Ao longo de 2004, foram descobertos cinco novos campos de petróleo em **terra**: dois na Bacia de Potiguar e três nas bacias do Recôncavo Baiano, Sergipe – Alagoas e Espírito Santo. No mesmo período, foram incorporados volumes substanciais de óleo aos campos de Roncador, Marlim Leste, Albacora, Albacora Leste, Espadarte, Jubarte e Golfinho, assim como à área do Plano de Avaliação do 1-ESS-121, no antigo bloco BC-60, ao norte da Bacia de Campos.

Foram perfurados e concluídos 355 poços: 279 para desenvolvimento da produção e 76 exploratórios. Dos poços para desenvolvimento da produção, 211 foram em terra e 68 no mar. Dos exploratórios, 27 foram em terra e 49 no mar. O índice de sucesso chegou a 50%, já que 38 dos 76 poços foram considerados descobridores ou produtores de óleo e gás.

O grande sucesso de 2003 foi determinante para que os investimentos e demais esforços exploratórios fossem direcionados, ao longo de 2004, predominantemente aos Planos de Avaliação das descobertas feitas, otimizando os recursos aplicados.

Petrobras ultrapassa a marca de 1 milhão e 900 mil barris por dia no Brasil

Em mais um passo rumo à autossuficiência em petróleo, a Petrobras registrou, **em 2009, a produção de 1 986 035 barris**.

Este recorde foi de 22,9% acima da produção nacional média de 2004 (1 milhão 493 mil barris por dia).

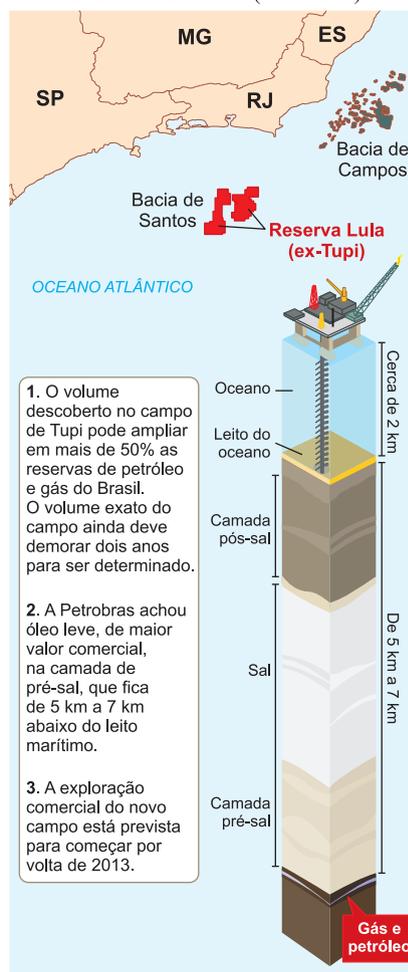
Trata-se do décimo recorde diário de produção obtido neste ano, e à semelhança dos anteriores, foi fruto do **excepcional desempenho operacional das plataformas da Bacia de Campos e da crescente recuperação dos campos localizados nas áreas maduras das regiões Norte e Nordeste e do Espírito Santo**.

As duas plataformas recém-instaladas na Bacia de Campos, P-43 no Campo de **Barracuda** e P-48 no Campo de **Caratinga**, operaram em plena capacidade de processamento e contribuíram, em conjunto, com 308 mil barris para atingir este recorde de produção diária.

A LOCALIZAÇÃO DO CAMPO LULA
Na Bacia de Santos, a 250 km da costa, foi descoberto óleo leve, de maior valor comercial. As rochas do pré-sal se estendem de Santa Catarina ao Espírito Santo



O CAMPO LULA (EX-TUPI)



PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL (Mm ³ /d)			
2000		2009	
Total Brasil	35 095,9	Total Brasil	69 001,7
Mar	21 351,0	Mar	45 415,5
Campos	15 276,9	Campos	39 243,2
Outros	6 074,1	Outros	6 172,3
Terra	13 744,9	Terra	23 586,2

MÓDULO 26

Fontes de Energia: Carvão Mineral,
Gás Natural, Álcool e Eletricidade

1. CARVÃO MINERAL

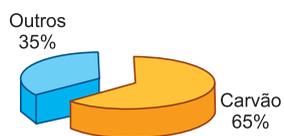
Sabemos que o **Hemisfério Sul é pobre em carvão mineral**, se comparado com o Hemisfério Norte. Esta pobreza do Hemisfério Sul está ligada a fenômenos geológicos.

Assim, o Brasil não faz exceção neste particular. É também pobre em jazidas carboníferas (pelo menos no que se refere às jazidas conhecidas até hoje).

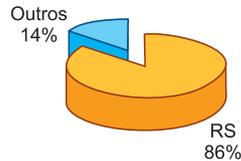
As nossas principais jazidas estão localizadas no sul do país, numa formação que data do permocarbonífero, entre o cristalino da Serra do Mar e a Bacia Sedimentar Paranaica.

GRAU DE APROVEITAMENTO DO CARVÃO

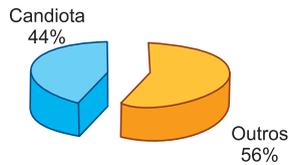
- 1 kg de carvão = 500 gramas de cinzas + 1 kWh de energia elétrica
- 1 kWh de energia elétrica = 1 lâmpada de 100W por 10 horas
- 1 kWh de energia elétrica = 1 chuveiro elétrico por 30 minutos
- 1 kWh de energia elétrica = 1 ferro elétrico por 2 horas



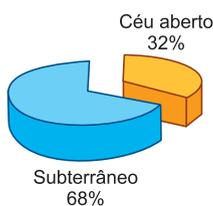
Reservas energéticas não renováveis no Brasil



Principais reservas de carvão no país



Principais reservas no RS



Principais reservas no RS

REGIÃO DE OCORRÊNCIA DE CARVÃO



Consumo total de energias primárias (em 1000 toneladas equivalentes de petróleo), segundo as fontes de energia (2007 - 2009)

Não renováveis	Quantidade
Petróleo	73 125
Gás natural	5 161
Carvão vapor	2 314
Carvão metalúrgico	9 698
Urânio	512
Renováveis	126 010
Hidroeletricidade	74 516
Lenha	23 560
Derivados da cana-de-açúcar	2 372
Outros	4 213
Total do Brasil	216 820

Principais depósitos

- **Santa Catarina** – 5 606 112 toneladas, localizadas no Vale do Rio Tubarão e proximidades.
- **Rio Grande do Sul** – 3 364 953 toneladas, localizadas no Vale do Jacuí e proximidades.

Foi localizada uma jazida de linhito no alto Amazonas, mas não foi ainda avaliada.

A exploração do carvão mineral, no Brasil, efetivou-se a partir de 1942, em Santa Catarina, quando foi iniciada a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (primeiro alto-forno a coque no Brasil), em Volta Redonda (RJ).

A partir desta data, a nossa produção tem crescido de forma bastante lenta, em razão de uma série de problemas já citados. Em 1969, atingiu 5 127 351 toneladas, produção irrisória, se compararmos com a produção dos EUA. A produção atual (1993) gira em torno de 9 241 099 toneladas de carvão bruto.

Tipo	Potencial Calorífico	% Carbono	% Umidade
Turfa	Baixo	20 a 30	30
Linhito	Baixo	70	10 a 25
Hulha	Alto	75 a 90	1
Antracito	Alto	96	0,9

Principais áreas produtoras

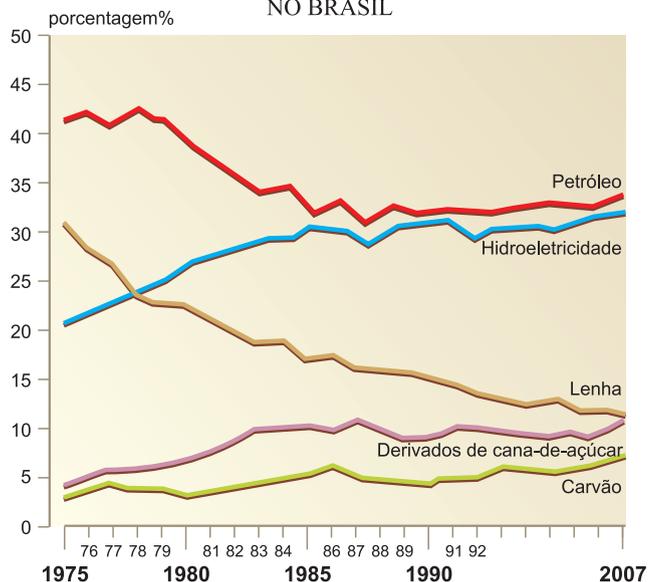
- **Santa Catarina**

A produção catarinense provém das minas de **Lau-ro Muller**, **Urussanga**, **Criciúma** (Bacia do Tubarão) e **Araranguá**. Parte dela é consumida no próprio Estado e parte é escoada até os portos de **Laguna** e **Imbituba** (Henrique Lages), pela **Estrada de Ferro Tereza Cristina**.

Dos depósitos brasileiros, o único que possui carvão **coqueificável** é o de **Santa Catarina**, cuja composição é a seguinte:

- carvão metalúrgico – 45%;
- carvão vapor – 30%;
- rejeitos – 25%.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA NO BRASIL



A principal compradora deste carvão é a Companhia Siderúrgica Nacional.

• Rio Grande do Sul

Os depósitos desse Estado aparecem com 30 a 120 metros de profundidade. A exploração ocorre no **Vale do Jacuí (São Jerônimo e Butiá), Bagé e Leão**. O carvão é de baixa qualidade, não sendo coqueificável, em nível econômico, nas técnicas atuais.

A produção é consumida no próprio Estado, para geração de termoeletricidade (CEEE) e transportes (Viação Férrea do Rio Grande do Sul).

• Paraná

É explorado no **Vale do Rio do Peixe** e no **Vale do Rio das Cinzas**, sendo consumido para transportes.

❑ Problemas de exploração

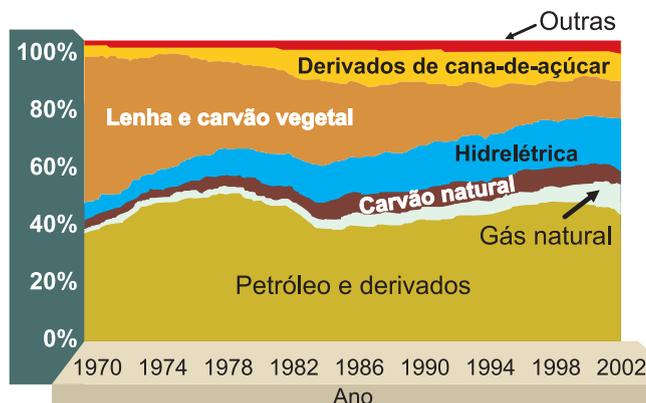
Vários são os **problemas** que dificultam o **aumento da exploração**:

- 1) depósitos relativamente pequenos;
- 2) pequena espessura dos horizontes carboníferos, dificultando a exploração;
- 3) baixa qualidade do carvão, produzindo até 18% de cinzas;
- 4) baixo nível técnico das minas e equipamentos deficientes, encarecendo o produto;
- 5) distância dos depósitos em relação aos centros consumidores;
- 6) alto custo dos transportes.

Em relação ao carvão metalúrgico, o importado sai mais barato do que o nacional. Daí a tendência das empresas de consumir carvão importado, mais barato

e de melhor qualidade (produz 4% a 5% de cinzas, contra 16% a 18% do carvão nacional). Para defender a produção brasileira, principalmente de Santa Catarina, o governo obrigava até 1991 **o uso do carvão nacional na proporção de 40% do consumo nas siderúrgicas**.

OFERTA INTERNA DE ENERGIA (%)



❑ Consumo do carvão mineral no Brasil

O consumo, quanto aos setores, sofreu importantes modificações.

O **consumo nas ferrovias sofreu redução**, indicando não só a pequena evolução deste meio de transporte, como também a substituição das locomotivas a vapor para *diesel* ou elétrica.

Já no setor de termoeletricidade, o aumento relativo foi considerável, refletindo o rápido desenvolvimento da produção de energia elétrica. Quanto ao aumento no setor siderúrgico, era de se esperar, uma vez que o esforço para desenvolver a nossa siderurgia é bastante grande, como dissemos anteriormente. Em 1991, o então presidente Collor acabou com os subsídios do carvão mineral, o que inviabilizou a produção nacional, visto que o carvão importado é de melhor qualidade e de menor custo.

❑ Entrepostos de carvão do Brasil

Temos instalados 12 entrepostos com capacidade de armazenar 8 milhões de toneladas de carvão mineral, sendo que o de Tubarão – SC é para 6 milhões de toneladas e ocupa uma área de 120 hectares, o que nos dá ideia das dificuldades para armazenamento e manuseio do carvão.

2. ELETRICIDADE

A energia elétrica é um dos fatores básicos para o desenvolvimento de um país. Isto tanto é verdade que, se observarmos os países desenvolvidos, notaremos que o consumo de energia elétrica por pessoa será bastante alto em relação aos países menos desenvolvidos.

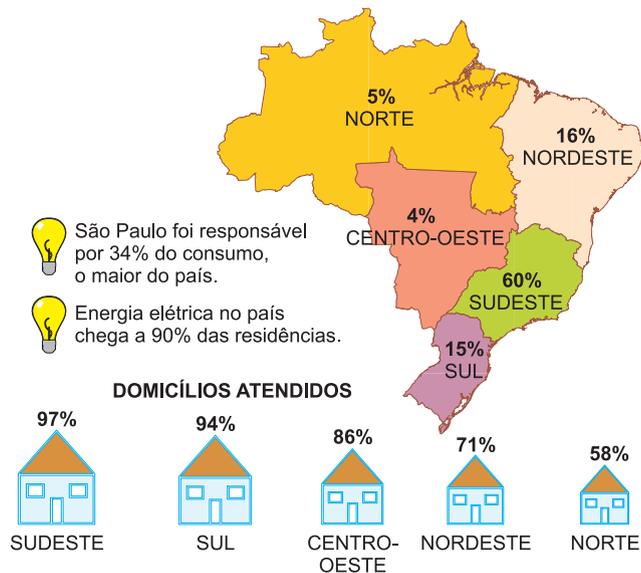
A energia elétrica pode provir de três fontes: **usinas hidroelétricas, termoeletricas e nucleares**.

As **usinas hidroelétricas** aproveitam energia potencial da água (queda de água). As **usinas**

termoelétricas aproveitam a energia resultante da queima de óleos, carvão mineral, carvão vegetal, lenha etc., e as **usinas nucleares** utilizam o urânio.

O Brasil, tendo a constituição hidrográfica importante e, em sua maioria, de rios de planaltos, possui um alto potencial hidroelétrico também, que é de 150 000 000 kW, colocando-se em 3º lugar neste particular, após a Rússia e o Canadá.

CONSUMO DE ELETRICIDADE POR REGIÃO GEOECONÔMICA



(Eletrobrás/Folha de S. Paulo, 23/07/95.)

A distribuição do potencial hidroelétrico por bacias hidrográficas apresenta-se na seguinte ordem:

- **Bacia Amazônica.**
- **Bacia do Paraná.**
- **Bacia do Leste.**
- **Bacia do São Francisco.**

Esta predominância de usinas hidroelétricas é fácil de compreender, se atentarmos para os grandes recursos hidrográficos do Brasil, de um lado, e pequenos recursos em petróleo e carvão mineral, por outro lado — se bem que a opção para instalar-se uma usina leve em consideração outros fatores, tais como: tipo de consumo de eletricidade durante o ano, quantidade de consumo, custos de instalações etc.

O elevado potencial hidroelétrico dos rios brasileiros (aproximadamente 200 000 000 kW) explica que a geração de eletricidade no país seja proveniente, principalmente, de usinas hidroelétricas (86,5%) e apenas 13,5% de origem termoelétrica.

Em 1998 ocorreu a privatização das subsidiárias da Eletrobrás

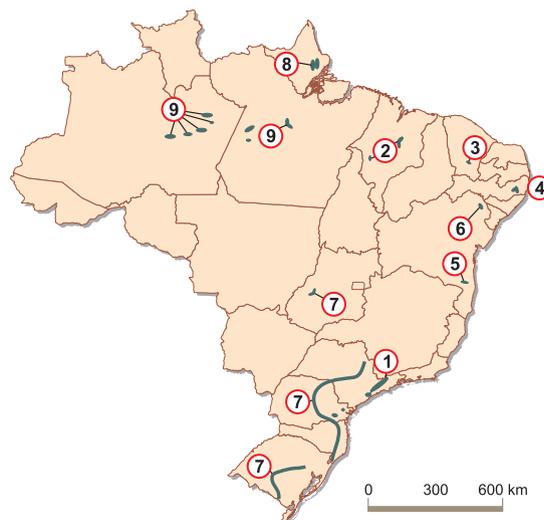
Em 1996 é criada a ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), para regularizar e fiscalizar os aspectos técnicos, econômicos e administrativos do setor.

3. XISTO PIROBETUMINOSO

Áreas de ocorrência

- SP – Vale do Paraíba, Tremembé;
- PR – Vale do Irati, São Mateus do Sul.

OCORRÊNCIA DE XISTO NO BRASIL



Produção

Em junho de 1972, teve lugar, pela primeira vez em nosso país, a extração de óleo de xisto pirobetuminoso, com o funcionamento da **Usina Protótipo de Irati**, que obtém do xisto gás e enxofre.

4. NUCLEAR

Vantagens e desvantagens do uso da energia nuclear

Vantagens:

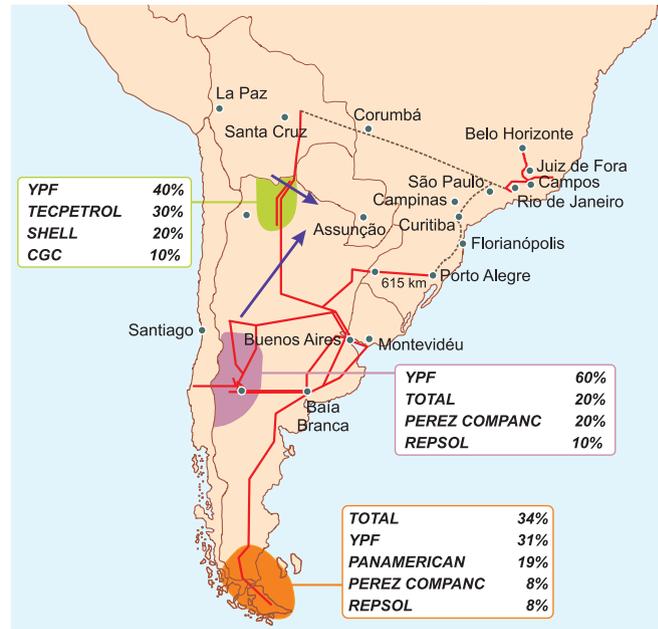
- permite grande concentração energética;
- independe dos fatores meteorológicos;
- há flexibilidade na localização das usinas;
- produz reduzida poluição atmosférica.

LOCALIZAÇÃO DAS JAZIDAS DE URÂNIO



(Nuclebrás)

ORIGEM DO GÁS IMPORTADO PELO BRASIL

**Desvantagens:**

- o custo inicial de implantação é alto;
- segurança: há perigo de defeitos técnicos, sabotagens etc.;
- produz resíduos radioativos (o lixo nuclear);
- o preço da energia é elevado.

Usinas nucleares

A Nuclebrás previa a construção de diversas usinas nucleares no Brasil.

- **Usina de Angra dos Reis** – Unidade I (Almirante Álvaro Alberto) – é a primeira usina do Complexo Angra dos Reis, situada na Praia de Itaorna. Foi inaugurada no início de abril de 1982, já fornecendo energia elétrica ao sistema de transmissão das Centrais Elétricas de Furnas.

- **Usinas de Angra dos Reis II e III** – estas usinas resultam do acordo de cooperação firmado com a República Federal da Alemanha, enquanto Angra I é usina de fabricação norte-americana (Westinghouse).

5. GÁS NATURAL

PRINCIPAIS GASODUTOS DO BRASIL

**6. O RACIONAMENTO DE ENERGIA**

A iminência de um colapso no sistema de produção e de distribuição de energia hidroelétrica deixou o país alerta em 2001. Apesar de o Brasil ter o 3º potencial hidroelétrico do mundo, corre-se o risco de um blecaute ou apagão. As chuvas foram poucas, mesmo sob o efeito La Niña, os reservatórios estão abaixo de seu limite operacional, há muito desperdício. O governo avisou: quem não poupar ficará sem o fornecimento. Aumentaram as tarifas, sugeriram mudanças nos

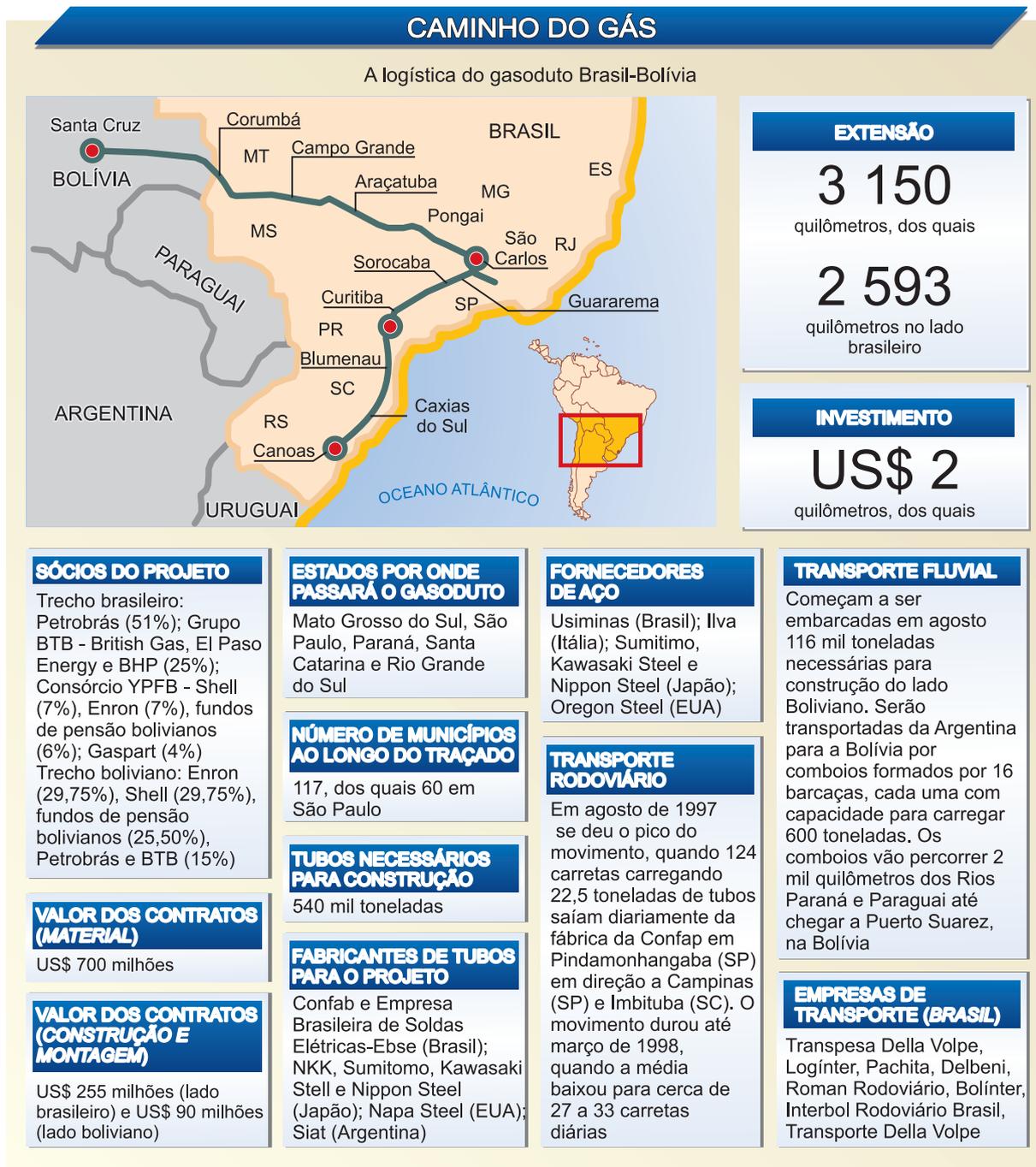
hábitos de consumo. Tudo isso para evitar uma crise ainda maior. Crise semelhante na Califórnia em 2000, estado norte-americano cujo PIB está entre os dez maiores do mundo. Lá, não foi o governo que negligenciou o setor, deixando de investir na expansão do sistema e de cumprir o cronograma de instalação de novas usinas. Na Califórnia, onde o setor é privatizado, o governo meteu os pés pelas mãos quando tentou estabelecer uma teto para o preço que subia demasiadamente. Resultado: as empresas não investiram no setor, e hoje a produção corre o risco de parar, como no Brasil.

7. GASPETRO

Criada em maio de 1988, a Companhia – cujo controle acionário é de praticamente 100% da Petrobras – realiza estudos de viabilidade técnica e econômica de empreendimentos, a exemplo dos Gasodutos **Bolívia-Brasil** e **Uruguiana-Porto Alegre**.

A Gaspetro é responsável por toda a estrutura de

transporte, comercialização e armazenamento, estando também habilitada a atuar no mercado internacional e na operação de empresas de gás em processos de liquefação, recebimento e revaporização. Além disso, participa de diversos projetos para geração de energia termelétrica, fornecendo gás natural para usinas em todo o território brasileiro.

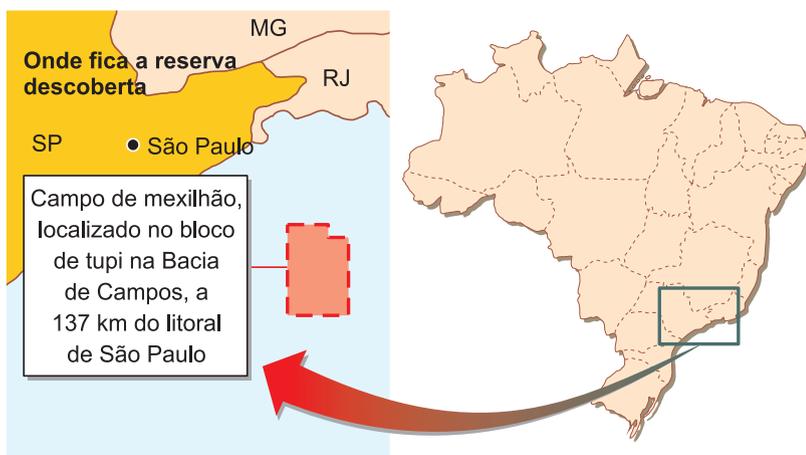


O **Gasoduto Bolívia-Brasil** é o maior e mais complexo projeto da Gaspetro, sendo a estrutura que exigiu, até hoje, o maior volume de recursos. Com **3.150 km de extensão** e custo total em torno de **US\$ 2 bilhões**, a rede de tubos atravessa os Estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, consolidando o processo de integração energética da América Latina.

O traçado do gasoduto foi amplamente estudado, inclusive por meio de satélites, e segundo as orientações do Estudo de Impacto Ambiental (EIA/Rima), do Ibama, **zelando rigorosamente pela preservação do meio ambiente**. Sua construção exigiu avançadas técnicas de engenharia, possibilitando a passagem sob rios, fazendas e estradas, totalizando a travessia de 135 municípios brasileiros.

Futuro: A previsão é de que, sejam transportados e consumidos diariamente 30 milhões de metros cúbicos de gás natural, demanda que possibilitará a

ONDE FICA A RESERVA DE GÁS DESCOBERTA



instalação de novas usinas termoeletricas em diversas localidades. Somente o Estado de São Paulo absorve metade da capacidade total do gasoduto.

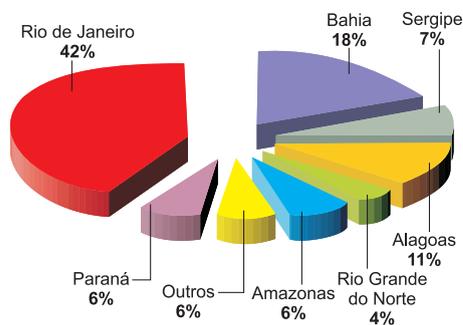
Estrutura: A Gaspetro participa deste empreendimento por meio de três novas empresas:

- **Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S/A - TBG** (da qual detém 51% das ações), que opera o gasoduto em território brasileiro;

- **Petrobras Gás Bolívia S/A - Petrogasbol**, subsidiária plena da Gaspetro, responsável pelas atividades relacionadas aos negócios de transporte e aproveitamento do gás natural produzido em território boliviano;

- **Gás Transboliviano S/A - GTB**, que opera o gasoduto na Bolívia. Nesta a Gaspetro tem 11% de participação.

PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL Segundo os Estados da Federação – 1998

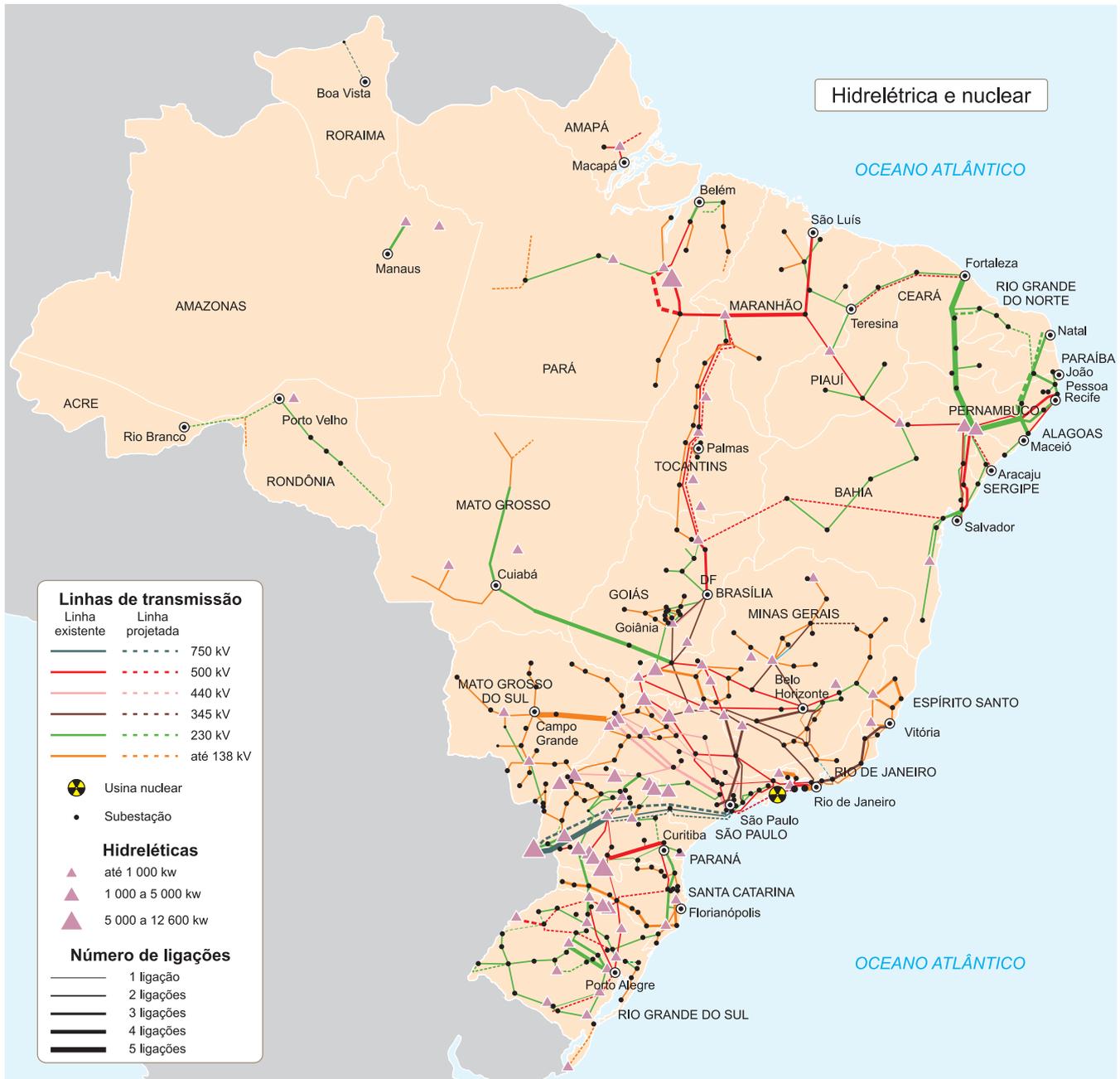


A Petrobras avalia que o prazo para que o novo gás de Santos chegue aos consumidores é de oito anos. O maior problema para a expansão do consumo de gás é o elevado custo da infraestrutura de distribuição.

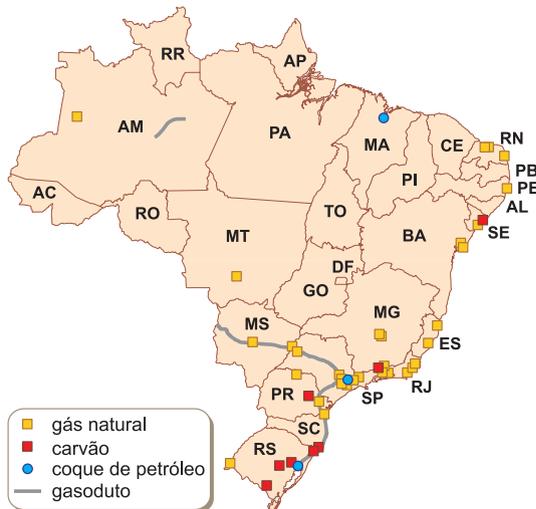
(Folha de S. Paulo, 5/8/2003.)

	Gás Natural	GLP	Gás de Rua (gás manufaturado)	Gás de Refinaria
Origem	Reservatórios de petróleo e de gás não associado	Destilação de petróleo e processamento de gás natural	Reforma Termocatalítica de gás natural ou de nafta petroquímica	Processos de refino de petróleo (craqueamento catalítico; destilação, reforma e coqueamento retardado)
Peso Molecular	17 a 21	44 a 56	16	24
Poder Calorífico Superior	Rico: 10 900 kcal/m ³ processado: 9 300 kcal/m ³	24 000 a 32 000 kcal/m ³	4 300 kcal/m ³	10 000 kcal/m ³
Densidade Relativa	0,58 a 0,72	1,50 a 2,0	0,55	0,82
Principais Componentes	Metano e Etano	Propano e Butano	Hidrogênio, Metano, Nitrogênio, Monóx. de Carbono, Dióx. de Carbono	Hidrogênio, Nitrogênio, Metano e Etano
Principais Utilizações	Residencial, comercial e automotivo: (combustível) industrial (combustível, petroquímica e siderúrgica)	Residencial e comercial (combustível)	Residencial e comercial (combustível)	Industrial (combustível e petroquímica)
Pressão de Armazenamento	200 kgf/cm ²	15 kgf/cm ²	—	—

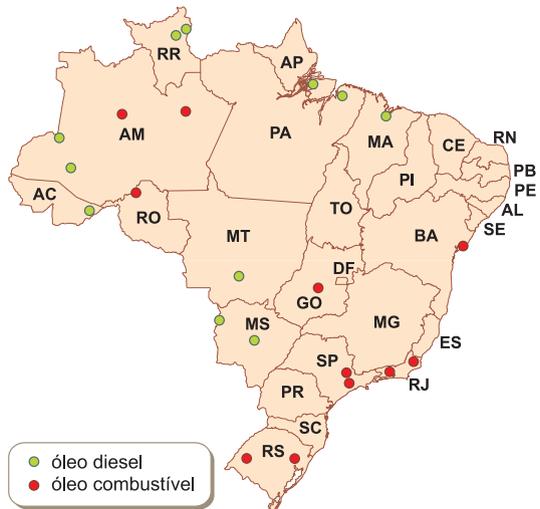
SISTEMA ELÉTRICO



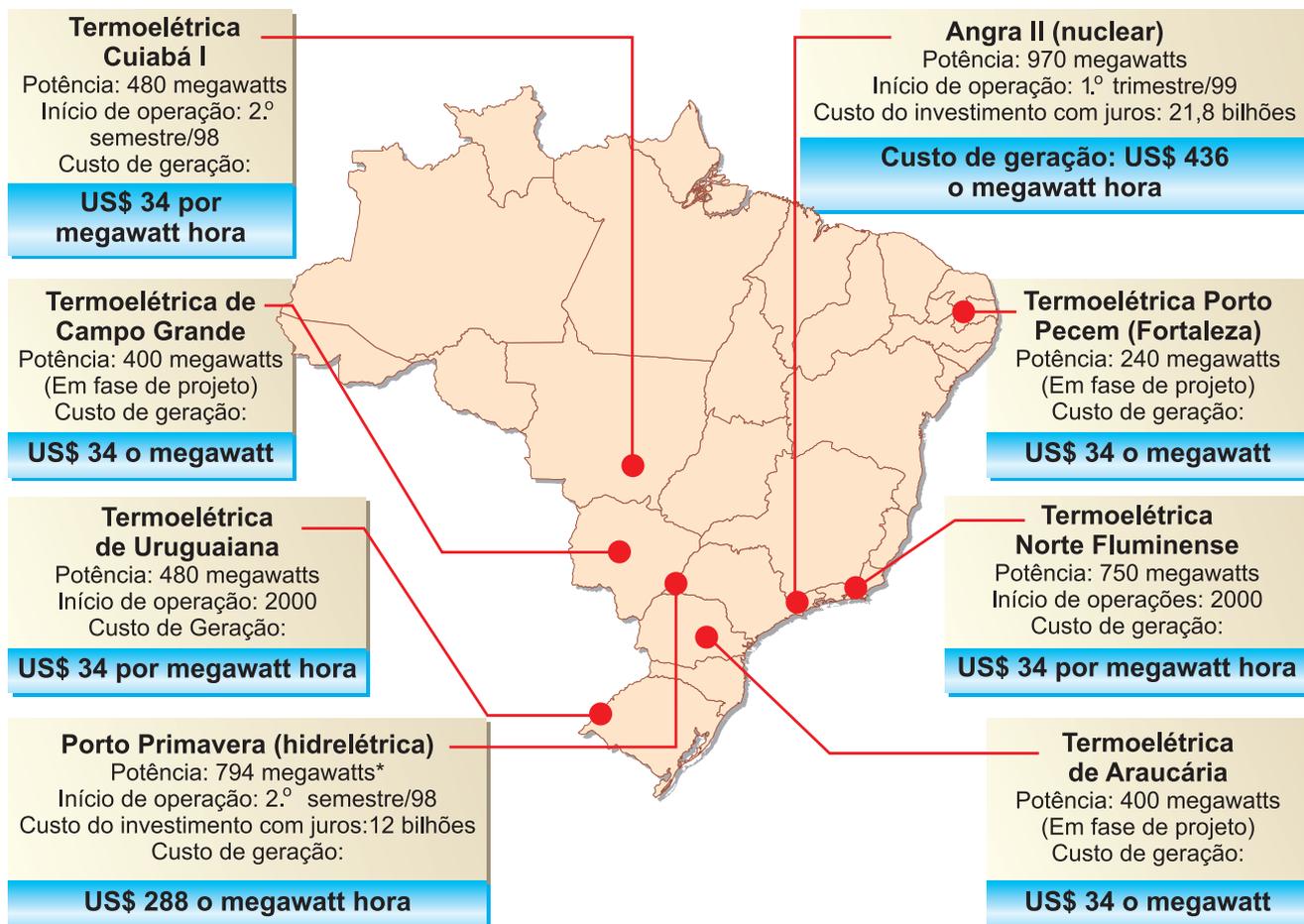
TERMELÉTRICAS 1



TERMELÉTRICAS 2



COMPARAÇÃO MOSTRA VANTAGEM DO GÁS NATURAL



Consultores/ Eletrobrás

*Energia Firme (95% de chances de ser produzida nas piores condições climáticas)

(Consultores/Eletrobrás)

MÓDULO 27

Indústria de Transformação I



1. EVOLUÇÃO INDUSTRIAL

❑ 1ª fase (até 1808)

Não havia uma indústria brasileira. A atividade industrial resumia-se à produção de tecidos grosseiros e raros artigos de natureza artesanal.

❑ 2ª fase (após 1808)

Passa a ocorrer a liberação da atividade industrial, que até então havia sido proibida pela metrópole. Começavam a surgir alguns setores de necessidade imediata e de menor custo de capitais, tais como de produtos alimentícios, têxteis, de artefatos de couro e material de construção. A partir de 1889, o governo passa a tomar medidas protecionistas no intuito de defender a indústria nacional da concorrência externa.

❑ 3ª fase (após 1953)

A partir de nova orientação governamental, observamos a grande aplicação de capital estrangeiro,

o planejamento da infraestrutura e a instalação de setores básicos, como o da indústria automobilística, construção naval, mecânica e química.

A terceira fase, iniciada após 1953, perdurou pelos governos de Juscelino Kubitschek, João Goulart e governos militares, quando grandes investimentos estrangeiros foram feitos no Brasil, com a vinda de multinacionais do mundo todo (na última etapa, inclusive do Japão).

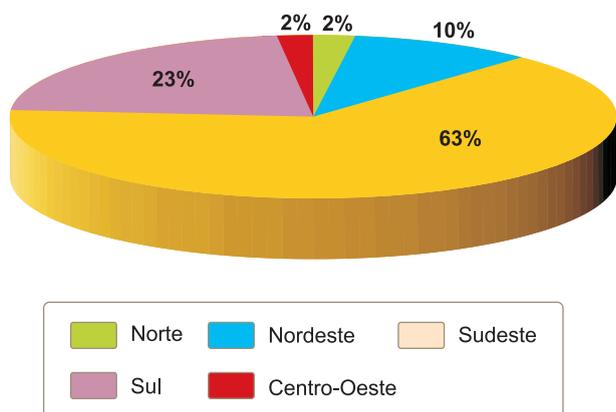
O processo de industrialização vinha sendo direcionado, desde a ditadura Vargas, para a concentração espacial em São Paulo. No governo de Ernesto Geisel, estabeleceu-se uma política de descentralização espacial das indústrias, na tentativa de atraí-las para outros centros. Surge assim o Plano Siderúrgico Nacional, criando novos polos em outros pontos do Brasil, como Salvador, na Bahia, e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Os anos 80 vão assistir a um processo de crise no crescimento industrial, causado pela alta da taxa de juros internacional, bem como pela crise da dívida

externa, que forçou o país a reduzir salários e desvalorizar a moeda num esforço de exportação. Passou-se por um período conhecido como estagflação no qual, ao mesmo tempo em que a economia não crescia, a inflação corroía o poder de compra dos consumidores, impedindo a modernização e a retomada do crescimento industrial.

O fim do processo de estagflação só vai findar nos anos 90, quando a dívida é renegociada. Entramos numa nova fase em que se estabelece a abertura às importações. Se, por um lado, isto permite o reaparelhamento de muitos setores industriais pela importação de maquinário, por outro lado prejudica o desenvolvimento de diversos setores de base, em razão da concorrência às vezes desleal dos produtos importados, podendo gerar desemprego.

DISTRIBUIÇÃO TOTAL DO PESSOAL OCUPADO NA INDÚSTRIA, POR GRANDES REGIÕES – 1995



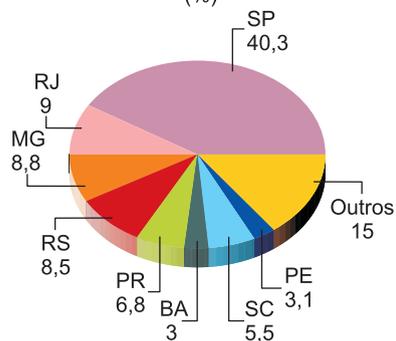
IBGE

4ª fase (após 1990)

Caracteriza-se pelas privatizações e por um processo de descentralização do parque industrial.

O crescimento menor de São Paulo deve-se ao processo de descentralização industrial.

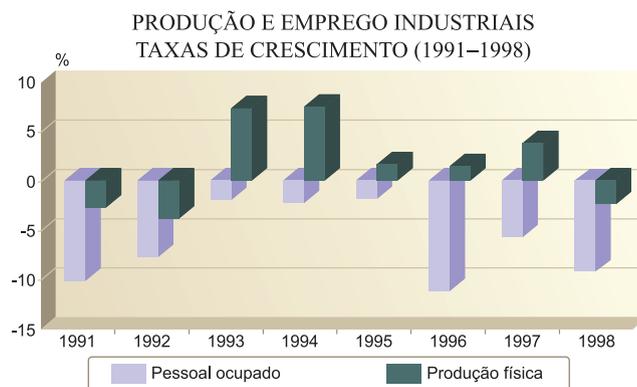
PARTICIPAÇÃO INDUSTRIAL Estabelecimentos Industriais (%)



IBGE

Graças à entrada de industrializados importados e à retração do mercado internacional, houve uma

redução da produção e do emprego industrial nos últimos anos.



IBGE

2. OS GRANDES CENTROS INDUSTRIAIS DO BRASIL

Em 1930 o governo estabelece planos para substituir paulatinamente os produtos manufaturados importados. Durante a 2ª Guerra Mundial, são criados setores de indústria pesada, empregando-se, em geral, equipamentos de segunda mão.

□ São Paulo

Já vimos que é na Região Sudeste onde se encontra a maior e mais importante concentração industrial do país, cujo maior destaque é o Estado de São Paulo.

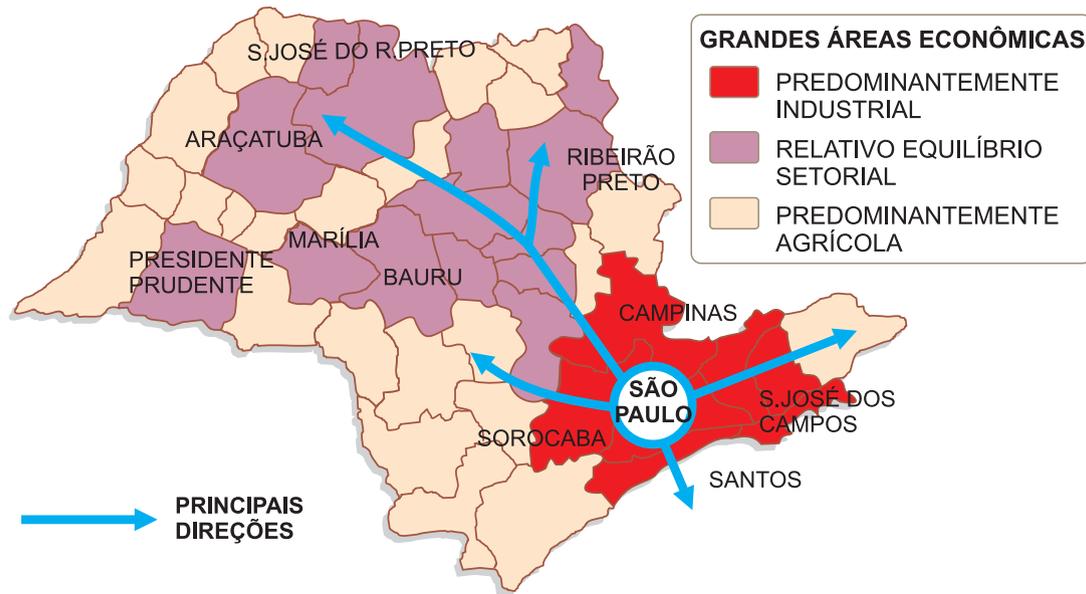
A maior concentração industrial do Estado de São Paulo encontra-se na Grande São Paulo, formada pelo município de São Paulo e mais 39 municípios vizinhos.

A Grande São Paulo é um centro poli-industrial e constitui o maior parque industrial do Brasil e da América Latina. Além do município de São Paulo, merecem destaque vários outros municípios de grande importância industrial, tais como: ABCDMR, ou seja, pela ordem: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires. Além desses, destacam-se também: Osasco, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Suzano etc.

No Estado de São Paulo, além da Grande São Paulo, encontramos importantes centros industriais, normalmente situados ao longo dos principais eixos rodoviários ou rodoferroviários, tais como:

- Anhanguera – Campinas, Americana, Limeira, Piracicaba, Ribeirão Preto.
- Dutra – Jacareí, São José dos Campos, Taubaté etc.
- Washington Luís – Rio Claro, São Carlos, Araraquara, São José do Rio Preto etc.
- Marechal Rondon – Bauru, Lins.
- Raposo Tavares – Sorocaba, Itapetininga, Presidente Prudente.
- Anchieta – Cubatão, Santos.

ESTADO DE SÃO PAULO: EIXOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO



□ Rio de Janeiro

No Estado do Rio de Janeiro, a maior concentração industrial encontra-se na Grande Rio (centro poli-industrial).

Além da capital, destacam-se centros monoindustriais, como: Petrópolis e Nova Friburgo (têxtil), Volta Redonda, Barra Mansa (siderurgia), Campos (açúcar) etc.

□ Minas Gerais

Em Minas Gerais, graças à abundância de recursos minerais (ferro, manganês, ouro, alumínio etc.), desenvolveu-se um grande centro metalúrgico e siderúrgico localizado não só na Grande Belo Horizonte (Belo Horizonte, Sabará, Nova Lima, Contagem, Betim), mas também em municípios como Mariana, Santa Bárbara, Itabirito (zona metalúrgica), além de Juiz de Fora e outros.

□ Outros

• Rio Grande do Sul

Destacam-se a capital, como centro poli-industrial, e centros periféricos, como Esteio, Canoas, Gravataí. Destacam-se ainda: Caxias (vinhos), Novo Hamburgo (couros, calçados), Pelotas (alimentos, carnes).

• Paraná

Destques para a capital (móveis, alimentos, automobilística), Ponta Grossa e Guarapuava (madeira).

No Nordeste, a iniciativa oficial, por meio de incentivos, principalmente da Sudene, possibilitou a instalação de vários parques industriais, geralmente localizados nas capitais dos principais Estados.

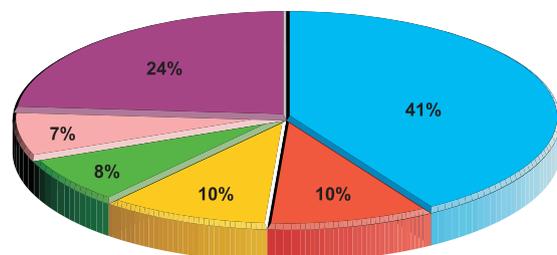
• Recife

Destaque para o distrito industrial do Cabo, além de núcleos industriais como Paulista, Corado, Jaboatão e São Lourenço da Mata.

• Salvador

Destaque para os distritos industriais de Aratu (siderurgia – Usiba) e Camaçari (polo petroquímico).

DISTRIBUIÇÃO DO EMPREGO DAS UNIDADES LOCAIS DO SETOR INDUSTRIAL, POR UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1996



(Pesquisa Industrial 1996. Empresa, Rio de Janeiro: IBGE, v. 15, 2000.)

MÓDULO 28

Indústria de Transformação II

1. AS INDÚSTRIAS TRADICIONAIS

As indústrias tradicionais compreendem vários ramos, tais como: alimentício, têxtil, madeireiro, bebidas, couro, calçados, móveis, fumo etc.

A maior concentração dessas indústrias encontra-se no Estado de São Paulo, o qual participa com 42% do total. No caso do Brasil, os dois setores mais importantes são o alimentício e o têxtil.

Indústria alimentícia

A indústria alimentícia abrange diversos ramos, tais como: farinha, massas, laticínios, conservas, carnes, óleos e gorduras, bebidas, doces, açúcar etc. Juntamente com a indústria têxtil, está entre as primeiras indústrias criadas no país.

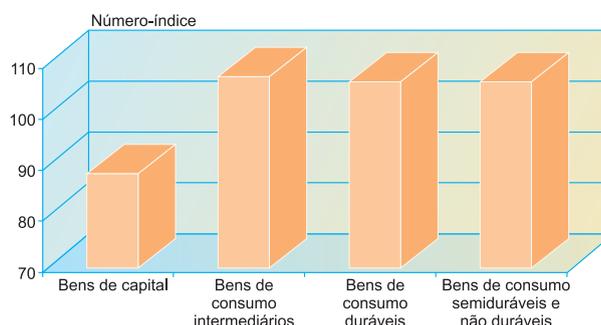
Sua instalação efetiva ocorreu na segunda metade do século XIX, apoiada principalmente em capitais gerados pela economia cafeeira e na mão de obra imigrante. No início do século XX, esta indústria atinge a autossuficiência e sofre grande expansão do mercado consumidor, a partir da década de 30 e principalmente na década de 50, com a grande expansão urbana.

Continua sendo a mais importante indústria do país,

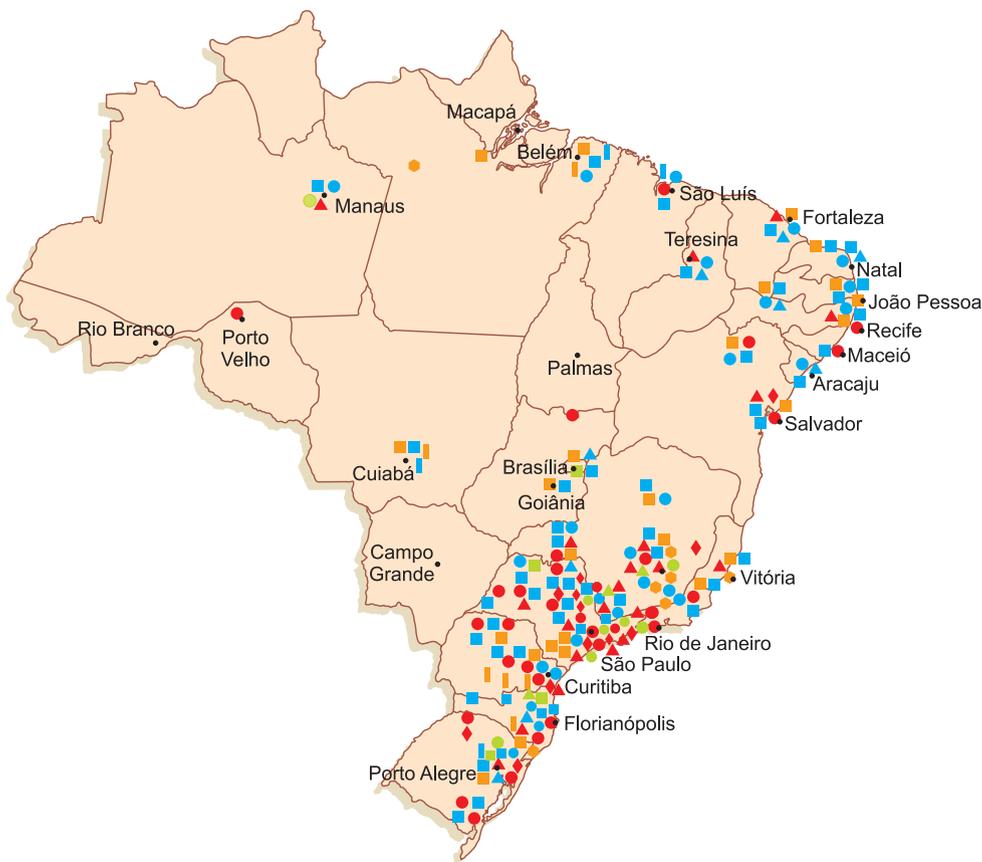
ocupando o 1º lugar em número de estabelecimentos, pessoal ocupado e em valor de produção.

Embora apareça disseminada por quase todo o território nacional, é na Região Sudeste e, dentro desta região, no Estado de São Paulo, que se verifica a sua maior concentração. Além de São Paulo, as concentrações mais importantes encontram-se nas principais metrópoles do país, como: Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador etc.

CRESCIMENTO ACUMULADO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL, POR CATEGORIA DE USO



Fonte: IBGE



(IBGE, 1992 (adapt.))

□ Alguns destaques

- **Carnes:** (frigoríficos) – Araçatuba, Barretos, Uberlândia, Rio Grande, Pelotas, Campo Grande.
- **Bebidas:** Ribeirão Preto, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Jundiá, São Roque.
- **Laticínios:** Araras, Guaratinguetá, Três Corações.
- **Açúcar** (usinas): Campos, Piracicaba, Maceió.

□ Indústria têxtil

A indústria têxtil, também instalada na segunda metade do século XIX, teve seu crescimento e expansão baseados no crescimento populacional e consequente expansão do mercado consumidor.

Sofreu grande expansão a partir da década de 40, graças ao bloqueio das importações (2.^a Guerra), o que liberou o mercado interno para a produção nacional e, ao mesmo tempo, fez com que conquistasse alguns mercados externos (Europa, América Latina).

Na década de 50, este setor sofreu uma certa retração, em virtude de a maior atenção governamental estar voltada para os setores dinâmicos da indústria. A partir de 1967, ocorre uma certa dinamização do setor, com a expansão do mercado interno e das exportações. Entre 1972/73, o aumento das exportações de tecidos foi de 100%.

A indústria têxtil, a exemplo da alimentícia, apresenta-se disseminada por grande parte do país e coloca-se também entre as mais importantes do país em pessoal ocupado (32.^a, em 2009) e em valor de produção (4.^a, em 2009). As maiores concentrações aparecem em São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Região Nordeste (Recife, Salvador etc.).

2. AS INDÚSTRIAS DINÂMICAS

As indústrias dinâmicas correspondem, de modo geral, àquelas que, produzindo bens de produção, são responsáveis pela dinamização das demais indústrias e, em consequência, da própria atividade industrial.

Por indústrias dinâmicas podemos entender diversos ramos, como: siderurgia, mecânica, naval, química etc.

□ Indústria siderúrgica

Foi somente a partir de 1917 que se instalou no país, por iniciativa da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, localizada inicialmente em Sabará (MG) e depois em Monlevade (MG). Aproveitando a abundância de minério de ferro existente em Minas Gerais, outras siderúrgicas foram instalando-se na região e, durante muito tempo, esse Estado foi o único centro siderúrgico

do país. As causas que retardaram a instalação da siderurgia no Brasil foram:

- a) escassez de carvão mineral;
- b) falta de mão de obra;
- c) falta de capitais;
- d) ausência de indústrias capazes de consumir a produção.

A partir de 1942, a siderurgia tomou grande impulso com a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (ex-empresa estatal), na localidade de Volta Redonda, no Vale do Paraíba fluminense. A sua localização obedeceu:

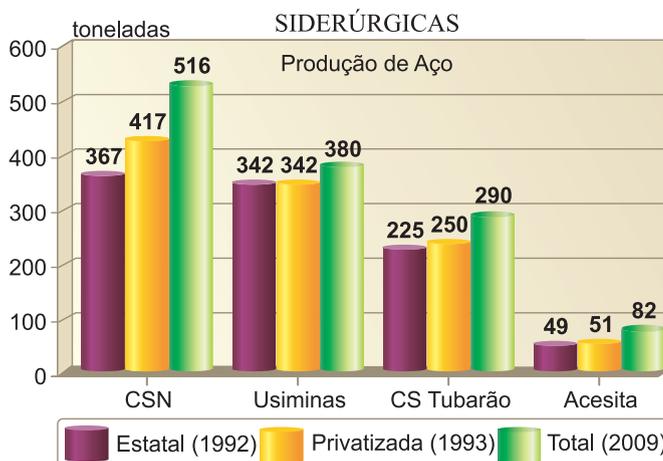
- a) à situação intermediária entre as jazidas de carvão (SC) e as áreas produtoras de minério de ferro (MG);
- b) ao ponto de encontro entre a Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação;
- c) à proximidade dos maiores centros industriais e consumidores do país: São Paulo e Rio de Janeiro;
- d) à abundância de energia elétrica;
- e) à maior disponibilidade de mão de obra.

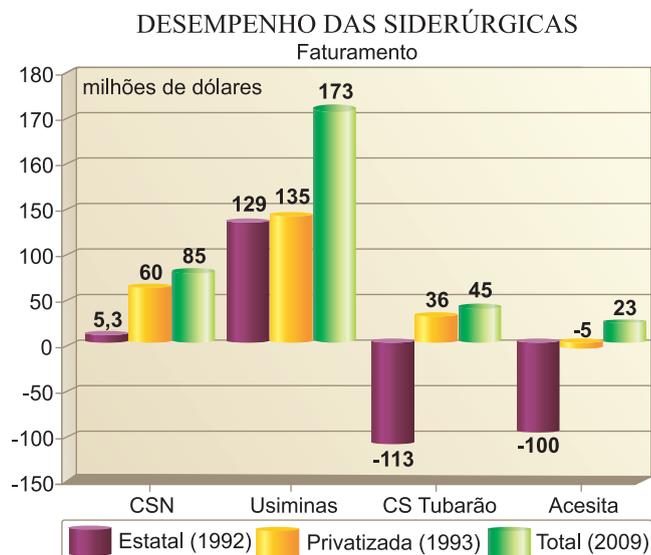
Tendo iniciado sua instalação em 1942, a CSN entrou em produção a partir de 1946, representando o marco da indústria de base no país e abrindo novas perspectivas para o desenvolvimento industrial.

A elevada taxa de crescimento alcançada por este setor deve-se a vários fatores, tais como:

- a) desenvolvimento das atividades industriais de base, as quais passaram a consumir a produção siderúrgica (naval, automobilística, mecânica etc.);
- b) rápido desenvolvimento do setor de construção civil;
- c) grande apoio governamental;
- d) aumento do consumo de produtos industrializados.

O principal problema que afeta a indústria siderúrgica é o fornecimento de matérias-primas (carvão mineral), sendo, por isso, muito grande o consumo de carvão vegetal.





(Veja – 15/09/93)

• Os grupos siderúrgicos

Para fins didáticos, podemos reunir as usinas siderúrgicas do Brasil em três grupos principais:

• Grupo siderúrgico mineiro

- Usiminas, localizada em Ipatinga, no Vale do Rio Doce.
- Acesita, em Itabira.
- Companhia Belgo-Mineira, com instalações em Sabará e Monlevade.
- Companhia Siderúrgica Mannesmann, localizada em Belo Horizonte.

• Grupo siderúrgico paulista

- Cosipa, localizada em Piaçaguera (município de Cubatão).
- Aços Villares, em São Caetano do Sul e Aços Anhanguera-SP.

• Grupo siderúrgico do Rio de Janeiro

- Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.
- Companhia Siderúrgica Barra Mansa, em Barra Mansa.
- Cosigua, na cidade do Rio de Janeiro.

Outras siderúrgicas

- Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), em Vitória (ES).
- Companhia Siderúrgica do Nordeste (Cosinor), em Pernambuco.
- Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba), em Aratu (BA).
- Aços Finos Piratini, em Canoas (RS).
- Siderúrgica da Amazônia (Siderama), em Manaus (AM).

Observações

1) 80% da produção siderúrgica concentra-se no Sudeste.

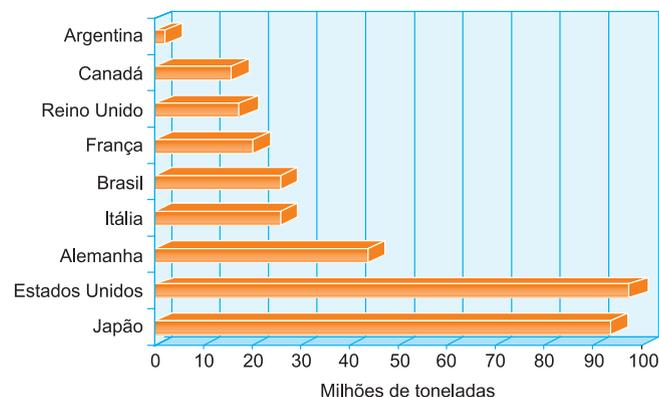
2) As maiores produções siderúrgicas são obtidas pela Usiminas, CSN e Cosipa.

3) **Na década de 90 houve a privatização das siderúrgicas estatais.**

• Consumo per capita de aço no Brasil

O consumo aparente *per capita* de aço é um dos indicadores do desenvolvimento econômico de um país.

PRODUÇÃO DE AÇO, POR PAÍSES SELECIONADOS – 1998



(Anuário Estatístico do Instituto Brasileiro de Siderurgia 1999, Rio de Janeiro, p. 1-4, 1999.)

Na América Latina, o Brasil ocupa o 2º lugar na **produção** de aço, seguido por México, Argentina e Chile. Entretanto, se levarmos em conta o consumo aparente *per capita*, o Brasil é superado pela Venezuela, Argentina e Chile.

Atualmente, o governo leva adiante um processo de privatização das companhias siderúrgicas, como a Cosipa, a Usiminas, a CSN, visando com isso passar para o setor particular várias empresas que oneravam sua balança de pagamento. Tal processo, levado a cargo pelo BNDES, vem-se intensificando a década de 90.

Indústria automobilística

• Histórico

Durante a 2ª Guerra Mundial, em razão das dificuldades de importação de peças de reposição, o Brasil passou a produzi-las no próprio país, originando, assim, a indústria de autopeças.

Posteriormente, graças à liberação da importação de veículos e peças, a nascente indústria de autopeças do Brasil quase sucumbiu, isso só não ocorrendo porque em 1952 o governo passou a proibir a importação de peças que já possuíssem similares no Brasil.

Em 1953, o governo proibiu a importação de veículos a motor completos e montados, porque o Brasil já possuía linhas de montagem instaladas no país.

Em 1956, com a criação, pelo governo, do Geia — Grupo Executivo da Indústria Automobilística, instala-se definitivamente a indústria automobilística no país. A primeira indústria automobilística introduzida no Brasil foi a Vemag (1956) e, a seguir, a Volkswagen do Brasil (1958).

Visando a estimular o desenvolvimento e os investimentos do setor, foram adotadas medidas como:

- isenção por 30 meses do pagamento do imposto de consumo e de taxas alfandegárias para importação dos equipamentos de produção;
- crédito do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico) e outras medidas.

Além disso, o investidor estrangeiro contava com outras vantagens ou condições favoráveis, tais como:

- mercado interno em expansão;
- mão de obra numerosa e barata;
- disponibilidade de matéria-prima;
- siderurgia e química em expansão;
- existência de uma indústria de autopeças.

Diante das inúmeras vantagens oferecidas, foi naturalmente possível atrair os investidores europeus e norte-americanos.

A escolha para a localização da indústria automobilística no Estado de São Paulo, e particularmente na região do ABC, deve-se a várias razões, como:

- instalações de montagens já pertencentes aos estrangeiros;
- maior concentração da indústria de autopeças em São Paulo;
- disponibilidade de energia elétrica;
- disponibilidade de mão de obra a baixo custo;

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDÚSTRIA – 2009



- mercado consumidor;
- proximidade do porto de Santos e da Via Anchieta;
- existência de metalurgia e siderurgia (Cosipa) para fornecer matéria-prima (chapas etc.).

Com a instalação da indústria automobilística, verifica-se grande expansão de atividades complementares ou subsidiárias, como:

- indústria de artefatos de couro e borracha;
- indústria de vidros;
- metalurgia e siderurgia.

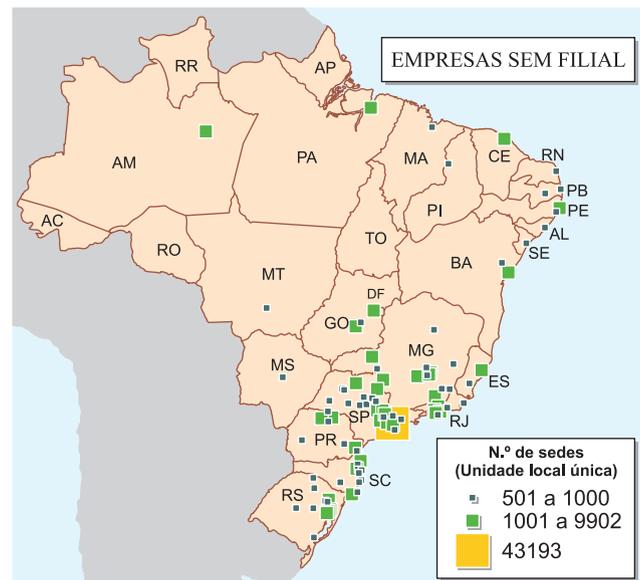
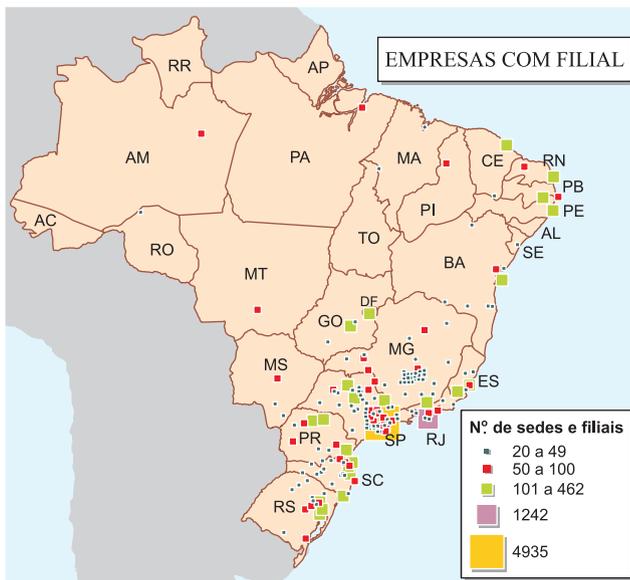
• A produção da indústria automobilística

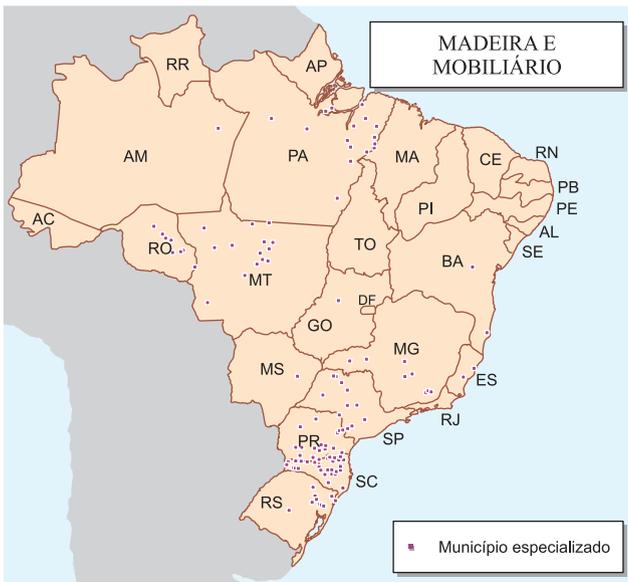
A produção automobilística sofreu um grande crescimento desde 1958, colocando-se, atualmente, entre as dez maiores do mundo, sendo superada pelos seguintes países: Japão, EUA, Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Canadá e Coreia do Sul.

As principais empresas automobilísticas são:

- Volkswagen do Brasil – SP;
- General Motors do Brasil – SP;
- Ford Motores do Brasil – SP;
- Mercedes-Benz do Brasil – SP;
- Fábrica Nacional de Motores – RJ;
- Fiat do Brasil – MG;
- Volvo do Brasil – PR.

PRINCIPAIS SETORES INDUSTRIAIS – 2009





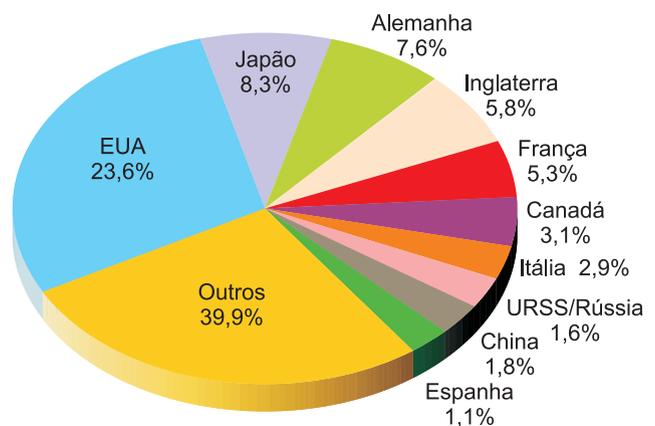
MÓDULO 29

Descentralização Industrial



Com o advento da globalização, a produção ganhou uma nova dimensão. A crescente competitividade obrigou grandes complexos transnacionais a adotar posturas verdadeiramente multinacionais, otimizando a produção em escala global. Neste sentido, trocou-se o conceito nacional de produção por uma forma mais ampla de se apropriar de insumos críticos: a produção com a mão de obra qualificada, os recursos naturais, as fontes de energia, ao mesmo tempo em que os fatores de consumo também ganharam escala mais ampla. Atualmente, seguindo uma tendência mundial, o Brasil vem passando por um processo de descentralização industrial, chamada por alguns autores de desindustrialização, que vem ocorrendo intrarregionalmente e também entre as regiões.

NÚMERO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS E TÉCNICOS PUBLICADOS - DISTRIBUIÇÃO % POR PRINCIPAIS PAÍSES



No Brasil, particularmente na região Sudeste, a mais industrializada, há uma tendência de saída do ABC Paulista, buscando menores custos de produção do interior paulista, ao longo das grandes rodovias, no Vale do Paraíba ao longo da Rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte. Estas áreas oferecem, além de incentivos fiscais, menores custos de mão de obra, menos congestionamentos nos transportes e, por tratar-se de cidades médias, melhor qualidade de vida, o que é vital quando se trata de tecnopolos.

A desconcentração industrial entre as regiões vem determinando o crescimento de cidades médias dotadas de boa infraestrutura e com centros formadores de mão de obra qualificada, geralmente universidades. Além disso, percebe-se um movimento de indústrias tradicionais para o uso intensivo de mão de obra, como a de calçados e vestuários no Nordeste, atraídas sobretudo pela mão de obra extremamente barata.

Tecnopolo passou a ser o termo para designar, de modo genérico, os arranjos organizacionais de inovação, que pressupõem duas características principais: concentração espacial de instituições de ensino-pesquisa associadas a empresas de base tecnológica e a existência de parcerias entre estas instituições com outros órgãos da iniciativa pública e privada, visando reunir condições favoráveis à formação de um ambiente inovador. Os parques científicos e tecnológicos, tecnópoles, cidades científicas, incubadoras de empresas, são exemplos de tecnopolos.

Na concepção de tais arranjos organizacionais, a concentração espacial de atores do desenvolvimento científico e tecnológico e do setor empresarial é ressaltada como um fator que favorece as interações, parcerias e redes, bem como os fluxos de ideias e informações, configurando ambientes propícios à geração de conhecimentos e de inovações tecnológicas.

Os modelos de tecnopolos, considerando os seus objetivos de promover os processos de inovação tecnológica e o dinamismo local e regional, têm sido enfatizados, principalmente nas duas últimas décadas, como possíveis alternativas a serem adotadas por atores locais e regionais para se inserirem, de forma mais estratégica, na atual economia mundial, altamente competitiva, globalizada e informacional. Ressalta-se que nesse contexto a capacidade de desenvolver novas tecnologias e conhecimentos e de elevar o conteúdo tecnológico dos produtos e serviços tem sido uma questão constantemente observada pelos diferentes países, cidades, estados e setor empresarial.

Entretanto, com a difusão de um novo paradigma fundamentado nas novas tecnologias de informação e comunicação, de base microeletrônica, e com a difusão

de redes eletrônicas e virtuais de informação e conhecimento, novas dimensões têm sido incorporadas à discussão sobre o papel e alcance de tais arranjos espaciais técnico-produtivos.

PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO

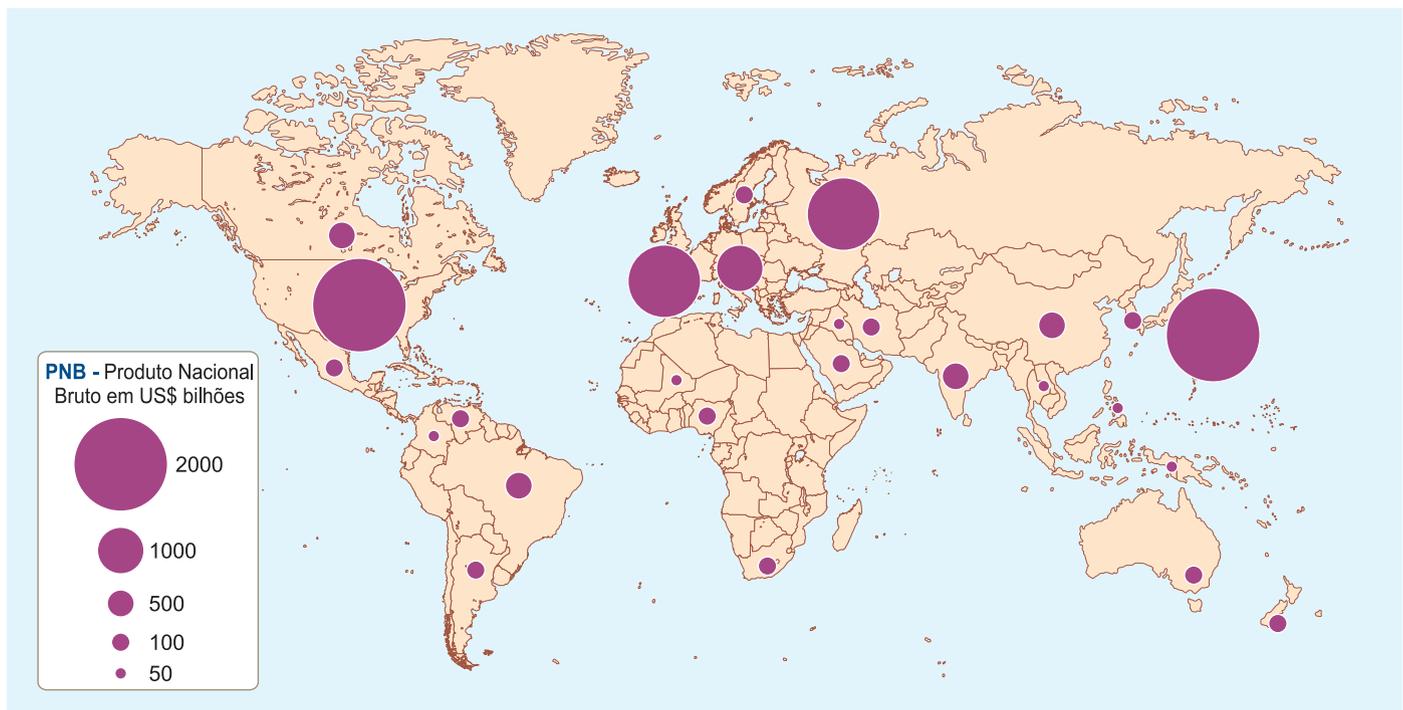
Tipos de indústria	1920	1940	1950	2009
Têxteis	247	998	1 522	1 132
Alimentícias	1 267	4 499	7 876	4 212
Metalúrgicas	142	773	1 150	936
Químicas e Farmacêuticas	265	510	772	702
Material de transporte	•	124	207	209
Vestimentas	•	1 122	1 586	1 192
Cerâmicas, vidros e cristais	•	1 581	3 498	2 170
Construção civil	55	412	952	514
Papel	•	93	188	114
Outras indústrias	271	4 113	6 768	7 214
Total de São Paulo	4 145	14 225	24 519	18 305
Total do Brasil	13 336	49 418	89 086	92 416

INVESTIMENTOS REALIZADOS EM SÃO PAULO – 2007-2009 – POR REGIÕES, EM MILHÕES DE US\$

São Paulo – região metropolitana	9 653
Campinas	8 542
São José dos Campos	6 523
Sorocaba	2 541
Santos	1 789
Central	812
Bauru	506
Ribeirão Preto	412
Piracicaba	584
Araçatuba	86
São José do Rio Preto	78
Barretos	96
Presidente Prudente	56
Franca	33
Marília	25
Registro	11
Total	31 801

INVESTIMENTOS PREVISTOS PARA SÃO PAULO – 2007-2009 – POR REGIÕES, EM MILHÕES DE US\$

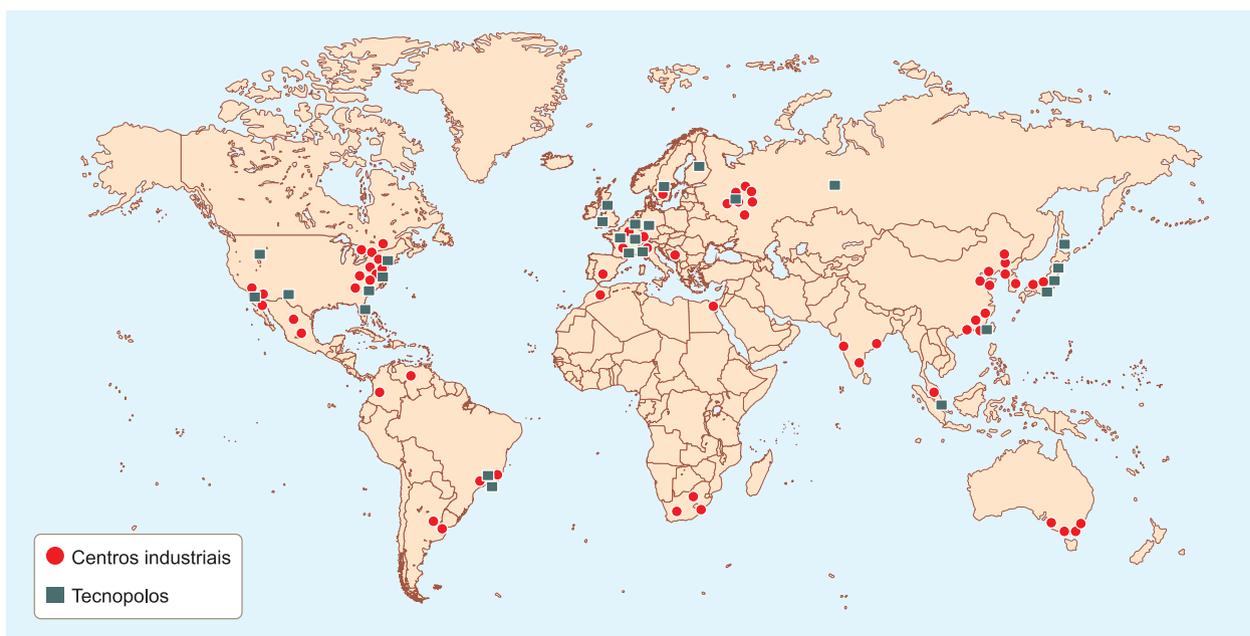
Transportes	21 560
Serviços públicos	17 458
Química e petroquímica	13 560
Autopeças e material de transporte	10 236
Informática e telecomunicações	8 245
Mecânica	5 623
Metalurgia	1 142
Eletroeletrônica	6 352
Serviços gerais	4 532
Construção	3 125
Madeira, móveis e papel	1 452
Comércio	5 214
Não metálicos	1 100
Bebidas e fumo	863
Farmacêutica e higiene	1 423
Alimentação	965
Comunicação	1.546
Financeiro	856
Têxtil e couro	552
Plástico	563
Carne	451
Comércio bruto	563
Cana, açúcar e álcool	145
Comércio exterior	112
Agricultura	5,2
Distribuidora de veículos	1,8
Total	73 267,3



A Primeira Revolução Industrial (1780-1850) iniciou-se na Inglaterra. Caracterizou-se pelo uso quase que exclusivo do carvão, consumido por máquinas a vapor, e pela predominação de indústrias têxteis e siderúrgicas – produção de aço.

A Segunda Revolução Industrial (1880-1914/1930) caracterizou-se pelo uso do carvão complementado pela eletricidade térmica, e pelos produtos petroquímicos, a introdução do motor à explosão e da vulcanização da borracha. Indústrias metalúrgicas, mecânicas e químicas. Fordismo.

A Terceira Revolução Industrial pós-guerra caracterizou-se pelo aperfeiçoamento da tecnologia, pela automação e mais recentemente pela robotização. Toyotismo. Descentralização da produção industrial. Terceirização da Produção. Tecnopolos. Desemprego Estrutural. Químicas. Fordismo.





1. ECOSSISTEMAS

Constitui-se em cada sistema dinâmico formado por relações de interdependência entre os fatores físicos que compõem o ambiente – a atmosfera, o solo, a água – e a flora, fauna e micro-organismos que o habitam.

Esses elementos estão articulados em um ciclo vital, a chamada cadeia alimentar, responsável pelo equilíbrio e reprodução do sistema.

Assim, um ecossistema tem dimensões diferentes segundo a perspectiva do pesquisador – pode ser observado pontualmente, como por exemplo um pequeno riacho, ou mais genericamente como toda a biosfera. Por outro lado, também o tempo deve ser considerado, pois as modificações do meio físico e a evolução dos seres vivos se fazem em seu decorrer – com certeza a relação meio ambiente/seres vivos na época dos dinossauros era diferente daquela que podemos observar hoje.

□ Domínio morfoclimáticos

São entendidos como a combinação ou síntese dos diversos elementos da natureza, caracterizando ou individualizando uma determinada porção do território. A paisagem natural é constituída por vários elementos – estrutura geológica, clima, relevo, solos, vegetação e hidrografia – que se influenciam mutuamente, cada um deles interligado aos demais e definindo um conjunto.

Dentre esses elementos, destacam-se, principalmente, o clima e o relevo como fundamentais pela influência que exercem sobre o meio ambiente.

Desde a sua formação (\pm 4,5 bilhões de anos), a terra sofreu várias modificações em seu clima, com períodos de aquecimento e resfriamento, elevação ou diminuição de chuvas, sendo algumas em escala global e outras de dimensão local. As alterações ocorridas nos últimos 2 milhões de anos, são as que deixaram vestígios mais evidentes: nos períodos frios, ocorreu o aumento das geleiras polares e das áreas montanhosas, que diminuíram seus limites quando a temperatura média da Terra voltou a elevar-se. As médias e altas latitudes foram as que mais foram afetadas por esses fenômenos.

Já nas baixas latitudes, ocorreram, paralelamente, fases chuvosas e secas, durante as quais os domínios naturais se modificaram, com avanços e recuos de florestas tropicais, savanas e desertos.

Assim, o clima atuou como modificador do meio ambiente e ainda hoje, devido às alterações mais recentes provocadas sobretudo pela ocupação humana, continua a provocar transformações ambientais.

Quanto ao relevo, as forças endógenas comandam sua formação através do condicionamento estrutural; a epirogênese, vulcanismos e terremotos provocam o surgimento de diferentes tipos de rochas que têm desigual resistência aos processos de desgaste provocados pelas forças exógenas, que modelam as formas do relevo (intemperismo, águas correntes, gelo, etc). Dependendo da forma de relevo, encontramos solos e vegetações diferenciados em cada domínio espacial.

As grandes modificações que o homem vem produzindo com as atividades econômicas diversas e, sobretudo, com a construção de cidades, também têm contribuído grandemente para as transformações das formas de relevo e, conseqüentemente, do meio ambiente.

Os grandes domínios morfoclimáticos são delimitados, portanto, por essas caracterizações gerais a partir do clima, tipo de relevo e paisagem vegetal – climas polares, climas temperados e climas tropicais, cada qual com um processo de modificação dinâmica das rochas que formam o relevo e que são o substrato para ocupação de biomas vegetais.

Ecossistema consiste no conjunto dos relacionamentos mútuos, ou seja, na dinâmica entre os fatores físicos (solo, clima, água) e as comunidades vivas nele existentes (flora, fauna, micro-organismos)

As primeiras ideias de **ecossistema** tiveram início no século XIX. O tema, porém, obteve maior ênfase a partir da década de 1960, atingindo grande destaque pela metade dos anos 80.

Alguns dos eventos que promoveram discussões e trabalhos sobre o assunto foram

- em 1972: – 1ª Conferência Sobre Meio Ambiente Humano das Nações Unidas – Estocolmo (Suécia);
- em 1983: – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- Relatório Brundtland de "desenvolvimento sustentável" (Nosso Futuro Comum);
- desenvolvimento atual que permita utilizar os recursos naturais sem ferir os direitos das futuras gerações;
- em 1992: – II Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano das Nações Unidas (ECO-92) – Rio de Janeiro – participação de 170 países, comissões da ONU, organizações não governamentais (ONGs). Os principais objetivos destas iniciativas são
 - I. promover o desenvolvimento sem destruir a natureza;

- II. criar um fundo de auxílio aos países em desenvolvimento para a proteção do meio ambiente;
 - III. buscar uma solução para a relação entre o consumo excessivo dos países desenvolvidos e a destruição do meio ambiente nos países periféricos, pressionados pelas dívidas externas.
- Foram criados três grupos de trabalho:

Grupo 1 – proteção à atmosfera; gestão dos recursos terrestres; preservação da biodiversidade.

Grupo 2 – defesa das águas continentais e marinhas; produção e circulação de dejetos tóxicos.

Grupo 3 – regulamentação jurídica e institucional das medidas tomadas.

Algumas definições que se destacam em Ecossistemas:

□ Áreas de tensão ecológica (contatos entre tipos de vegetação)

São assim denominados os contatos entre dois ou mais tipos de vegetação. Quando há a mistura de espécies, formam-se os ecótonos e, quando cada tipo de vegetação guarda sua identidade ecológica, sem se misturar, formam-se os encraves.

□ Refúgio ecológico (reliquia)

Toda e qualquer vegetação floristicamente diferente do contexto geral da flora da região foi considerada como um “refúgio ecológico”. Este refúgio muitas vezes constitui uma “vegetação reliquia” que persiste em situações especialíssimas, como é o caso de comunidades localizadas em altitudes acima de 1 800 m.

Dentre as famílias mais frequentes nessas comunidades podemos destacar *Melastomataceae*, *Velloziaceae*, *Cyperaceae*, *Gramineae*, *Compositae*, *Orchidaceae*, entre outras.

□ Espécies vegetais de importância econômica (EVIE)

São inúmeras as aplicações dos vegetais na alimentação, medicina, vestuário, habitação e nos mais variados tipos de indústrias, evidenciando assim sua importância na vida do homem. Porém, o potencial de utilização da rica flora brasileira ainda não está totalmente conhecido. Os resultados apresentados nos trabalhos científicos até o momento, embora sejam numerosos, encontram-se dispersos, dificultando ainda mais o seu conhecimento.

De um modo geral, os vegetais apresentam potencialidades enquanto fornecedores de produtos. Estes produtos, quando obtidos e utilizados racionalmente pelo homem, satisfazem suas necessidades básicas de sobrevivência, viabilizando, portanto, sua exploração econômica.

Madeira, fibra e óleo essencial, que são alguns exemplos de produtos obtidos dos vegetais, podem ser utilizados nas mais variadas aplicações, como, por exemplo, na fabricação de móveis, cordas e perfumes, respectivamente. O uso medicinal é também considera-

do um produto, pois os princípios terapêuticos obtidos combatem um grande número de doenças.

Considerando a grande quantidade de espécies de importância econômica conhecida e sua vasta distribuição nas diferentes fitocenoses do território brasileiro, verifica-se a necessidade de um estudo mais aprofundado de suas características, principalmente como fornecedoras de matéria-prima, que permita uma avaliação mais precisa desse recurso.

□ Desenvolvimento sustentável

Tipo de desenvolvimento econômico e social que permite enfrentar as necessidades do presente, sem pôr em perigo a capacidade de futuras gerações para satisfazerem suas próprias necessidades.

Durante as décadas de 1970 e 1980 tornou-se cada vez mais claro que os recursos naturais estavam sendo dilapidados em nome do desenvolvimento. Estavam ocorrendo mudanças imprevistas na atmosfera, nos solos, nas águas, entre as plantas e os animais e nas relações entre todos eles. Foi necessário reconhecer que a velocidade da transformação era tal que superava a capacidade científica e institucional para minimizar ou inverter o sentido de suas causas e efeitos. Estes grandes problemas ambientais incluem 1) o aquecimento global da atmosfera; 2) o esgotamento da camada de ozônio da estratosfera; 3) a crescente contaminação da água e dos solos pelos derramamentos e descargas de resíduos industriais e agrícolas; 4) a destruição da cobertura florestal; 5) a extinção de espécies; 6) a degradação do solo.

Ao final de 1983 criou-se, dentro da Organização das Nações Unidas, uma comissão independente para examinar estes problemas e sugerir mecanismos que permitam à crescente população do planeta satisfazer suas necessidades básicas sem pôr em risco o patrimônio natural das gerações futuras.

Após a comissão, o acontecimento internacional significativo seguinte foi à cúpula da Terra, ocorrida em junho de 1992, no Rio de Janeiro. Denominada oficialmente Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual estiveram representados 178 governos, incluindo 120 chefes de Estado, também ficou conhecida como ECO-92 ou Rio-92. Tratava-se de encontrar modos de traduzir as boas intenções em medidas concretas e de que os governos assinassem acordos específicos para enfrentar os grandes problemas ambientais e de desenvolvimento. Os resultados da cúpula incluem convenções globais sobre a biodiversidade e o clima, uma Constituição ou Carta da Terra, de princípios básicos, e um programa de ação chamado Agenda 21, para pôr em prática estes princípios.

Os resultados foram relativizados pela recusa de alguns governos em aceitar os cronogramas e objetivos para a mudança ou concordarem com a adoção de medidas vinculantes. O programa de ação contido na Agenda 21 aborda, em seus 41 capítulos, quase todos os temas relacionados com o desenvolvimento susten-

tável que possam ser imaginados; porém, não está suficientemente financiado.

Entretanto, a conferência foi um exercício de conscientização no mais alto nível político. A partir dela, nenhum político relevante poderá alegar ignorância dos vínculos existentes entre o desenvolvimento e o meio ambiente.

Em face desta necessidade, o IBGE, através do Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais da Diretoria de Geociências, vem desenvolvendo uma pesquisa de caráter permanente intitulada *Cadastro de Espécies Vegetais de Importância Econômica*, cujo objetivo é coletar, analisar e sistematizar, a partir de bibliografia específica, dados e informações sobre as espécies vegetais, nativas ou naturalizadas, tais como sua utilização, ocorrência e potencialidade econômica. Nele são encontradas informações sobre a nomenclatura científica e popular, sinonímia científica, distribuição geográfica, formação vegetal, ambiente, *habitus*, substâncias químicas obtidas, bem como a utilização dos vegetais nos campos da medicina, alimentação, exploração e extrativismo, indústria e comércio, entre outros.

2. SITUAÇÃO DOS ECOSISTEMAS NO BRASIL

□ Amazônia

A floresta ocupa 3,3 milhões de km², 60% do total de 5,5 milhões de km², seu subsolo é riquíssimo em minérios – ouro, bauxita, cassiterita, manganês – e sua superfície abriga cerca de 2 milhões de espécies. Tem apenas 10% de terras produtivas, 12% das quais ocupados pelo homem. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a área devastada, em 1991, chegou a 11 100km², ou 0,3% da floresta. No Amapá e em Rondônia, a metade da área cultivável já foi devastada. Os focos de incêndio passaram de 362 161 km², em 1990 para 404 343 em 1991. A nuvem de fumaça desses incêndios já chegou a alcançar a África e a Antártica.

Grande parte dos 3,9 milhões de km² da bacia hidrográfica amazônica sofre assoreamento devido à erosão provocada por utilização inadequada do solo. Há também contaminação das águas pelo mercúrio utilizado nos garimpos de ouro, que já estão invadindo a Venezuela. A busca de ouro também tem contribuído para dizimar a população indígena, principalmente a tribo dos ianomâmis.

□ Mata Atlântica

A segunda maior floresta tropical úmida do Brasil cobria, no séc. XVI, uma área quase contínua de cerca de 1,5 milhões de Km² paralela ao litoral, que ia do Ceará ao Rio Grande do Sul. A vegetação remanescente concentra-se, em sua maior parte, nos Estados da região Sul. Só em São Paulo, os 82% da floresta original foram reduzidos a 5% pelos desmatamentos.

Mesmo assim, ela conserva um dos mais altos níveis de diversidade biológica do planeta. A devastação com a exploração do pau-brasil, retirado por portugueses, franceses e holandeses, e prosseguiu, no séc. XVII, com o ciclo do açúcar, que devastou o Nordeste. No séc. XIX, expandiu-se para o Sul, com a introdução da cultura do café, atingindo, no séc. XX, a fronteira de Mato Grosso.

Os últimos efeitos poluidores são frutos da industrialização iniciada, na década de 40, com a entrada em operação, em Volta Redonda (RJ), da Companhia Siderúrgica Nacional, que alimentava seus alto-fornos com a madeira das matas próximas. Persiste, ainda hoje, o lançamento de poluentes na atmosfera e cursos d'água por indústrias de todo o Sudeste, entre as quais o polo petroquímico de Cubatão, provocando a destruição de porção significativa da cobertura vegetal da área próxima. Os trechos ainda existentes continuam sendo agredidos por indústrias de papel e celulose, do Espírito Santo, de móveis, da Bahia, e pela especulação imobiliária.

Novo decreto regulamentando a utilização da Mata Atlântica, assinado pelo presidente Itamar Franco em fevereiro de 1993, procura resolver os problemas criados pelo anterior – que virtualmente proibia qualquer forma de utilização econômica da região –, permitindo que comunidades locais mantenham a exploração tradicional de algumas espécies vegetais e definindo critérios para uso urbano. Além disso, prevê que os Estados e municípios também participem da fiscalização do ecossistema.

□ Pantanal

Ocupa 140 mil km² no sudoeste do Mato Grosso e oeste do Mato Grosso do Sul, estendendo-se até o Paraguai. No verão, época das chuvas, suas terras são inundadas pelas cheias do Rio Paraguai. As usinas de álcool, o mercúrio dos garimpos, a caça e a pesca predatórias, o excesso de fertilizantes das lavouras, as queimadas, a construção de usinas hidrelétricas em regiões periféricas e até mesmo o turismo, crescente na área, vêm poluindo suas águas. Caçadores clandestinos já mataram cerca de 2 milhões de jacarés e dizimam, entre outros, onças-pintadas, veados, cotias, ariranhas e lontras. A criação do Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense e da Estação Ecológica do Taimã ainda é insuficiente para preservar a região.

□ Manguezais

Ambientes de transição entre os meios terrestre e marinho, característicos dos litorais tropicais, distribuem-se do extremo Norte, no Amapá, até o Sul, na foz do rio Araranguá (SC). Vêm sofrendo contínua destruição para dar lugar a estradas, como a Rio-Santos, loteamentos, complexos portuários e indústrias, como em Bertioga e Cubatão, em São Paulo, ou têm servido para depósitos de lixo, como os que se encontram no litoral sul da Bahia, no Rio de Janeiro e em Florianópolis.

Alguns poucos, transformados em parques estaduais, como o da ilha do Cardoso, em São Paulo ou nacionais, como o de Superagui, no Paraná, foram preservados.

3. LEGISLAÇÃO ATUAL

O capítulo sobre meio ambiente da Constituição de 1988 é considerado um dos mais avançados do mundo. Reconhece o meio ambiente ecologicamente equilibrado como um bem de uso comum do povo, essencial à qualidade de vida; e coloca como dever dos governos e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras. Para garantir a preservação ambiental, o poder público deve: preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e dar condições para o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação desse material; definir, em todo o país, os espaços a serem especialmente protegidos; exigir relatório de impacto ambiental para a instalação de toda obra ou atividade potencialmente causadora de degradação ambiental; controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que possam comprometer a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; promover educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação; proteger a fauna e a flora, proibindo práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem extinção de espécies e submetam os animais a crueldade.

Além disso, a Constituição obriga os que exploram recursos minerais a recuperar o meio ambiente degradado; sujeita os infratores a sanções penais e administrativas, independente da obrigação de reparar os danos; reconhece a floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional; torna indisponíveis terras devolutas ou arrecadadas pelo Estado, necessárias à proteção dos ecossistemas; e exige que as usinas nucleares tenham sua localização definida por lei federal.

4. UNIDADES DE PRESERVAÇÃO

São áreas com características naturais de valor relevante, com garantias de proteção, mantidas sob regime especial de administração que preserve a diversidade biológica, proteja as espécies raras ou em perigo de extinção, incentive o uso sustentável dos recursos naturais e conserve paisagens naturais de notável beleza. Representam área total de 31 294 911 ha, equivalendo a 3,7% da superfície do país, e compõem o Sistema Nacional de Unidades de Preservação.

❑ Parques nacionais

São áreas de extensão considerável, exclusivas do poder público federal, delimitadas por abrangerem espécies raras de fauna e flora; são criadas visando à proteção dos recursos hídricos e das formações geológicas. Estão abertos à visitação pública mas é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais. Podem ser terrestres ou marinhos. Ex.: Parque Nacional de Itatiaia (RJ/MG).

❑ Reservas biológicas

São áreas de dimensões variáveis, – caracterizadas por conter ecossistemas ou comunidades de relevância biológica, mas de manutenção difícil. São fechadas à visitação pública e é proibida exploração dos recursos, a não ser para pesquisas científicas. Ex.: Reserva Biológica de Atol das Rocas (RN/MA).

❑ Estações ecológicas

São áreas representativas de ecossistemas naturais, destinadas à realização de pesquisa em ecologia, à proteção do meio ambiente natural e ao desenvolvimento da educação preservacionista. Devem ter, no mínimo, 90% da área destinados à preservação integral e 10% às pesquisas. Podem ser criadas pela União, pelos Estados ou municípios. Ex.: Estação Ecológica de Taim (RS).

❑ Florestas nacionais

São áreas extensas de cobertura florestal abrigando espécies sobretudo nativas e oferecendo condições à produção sustentável de madeira, proteção dos recursos hídricos, manejo de fauna silvestre e recreação. Sua principal característica é o uso sustentado dos recursos, excetuando-se algumas áreas, submetidas a proteção mais rigorosa. Ex.: Floresta Nacional do Rio Preto (ES).

❑ Áreas de proteção

Estão destinadas à conservação da vida silvestre e dos recursos naturais, à manutenção dos bancos genéticos e da qualidade de vida de seus habitantes. Sua utilização deve obedecer a um zoneamento ambiental, sem desapropriação das terras pelo poder público. O zoneamento é estabelecido em conjunto com universidades, ONGs e comunidades. Ex.: Área de Proteção de Jericoacoara (CE).

❑ Reservas extrativistas

São áreas naturais, ou pouco alteradas, onde vivem grupos sociais que usam produtos do planos de manejo preestabelecidos. De domínio público, são utilizadas mediante concessão federal e estadual. Ex.: Reserva Extrativista Chico Mendes (AC).



1. DEFINIÇÕES E AS DIMENSÕES DO FENÔMENO TURÍSTICO

Variada é a motivação que está na base do fenômeno turístico, e também como se vem configurando esta atividade. A necessidade e o prazer de viajar, o desejo de ampliar horizontes, entrar em contato com novas culturas, conhecer lugares diferentes, estar mais próximo da natureza. Enfim, são esses apenas alguns dos motivos que impulsionam milhões de pessoas, diariamente, a se deslocar de seus respectivos lugares de origem.

A **OIT** – Organização Internacional do Turismo, órgão da ONU, define turismo como a ação de viajar, por mais de 24 horas e menos de um ano. Essa definição sofre variação de acordo com os interesses e entendimento do fenômeno turístico de cada país.

Por extensão, para o estudo do fenômeno turístico é necessário dispor de dados sobre esse deslocamento de indivíduos, que compreende o conhecimento sobre: fluxo turístico, taxa de partida em férias e periodização das férias, distinguindo-as genericamente quanto ao período do ano em que ocorrem – férias de verão, de outubro a abril, no Hemisfério Sul e férias de inverno, de maio a setembro.

TURISMO – EVOLUÇÃO DO SETOR

	1994	1998	2009
número de turistas (em milhões)	550,5	625,2	702,3
taxa de crescimento (%)	6,0	2,4	2,3
receita bruta (em US\$ bilhões)	354,0	444,7	616,4
taxa de crescimento (%)	9,2	2,0	2,6

(Organização Internacional do Turismo)

Tipos de turismo

A atividade turística apresenta diferenças quanto à forma de organização, podendo-se distinguir: o turismo **doméstico**, que se restringe ao país de origem do viajante, e o turismo **internacional**, que transcende as fronteiras do país de origem do turista.

O turismo pode ser, ainda, **sedentário**, quando o viajante permanece durante um longo tempo num mesmo sítio; **móvel** ou itinerante, quando durante a viagem os deslocamentos são constantes; **individual**, que inclui, em geral, um indivíduo ou uma família; e em **grupo**, decorrente de viagens organizadas por agências, excursões ou cruzeiros.

TURISMO – PARTICIPAÇÃO REGIONAL POR SETOR (em 1998)

região	% de turistas	receita em US\$ bilhões
África	3,0	2,1
América	19,7	23,4
Leste da Ásia e Pacífico	14,2	18,3
Europa	60,2	55,2
Oriente Médio	1,8	0,8
Sul da Ásia	1,1	0,2
Total mundial	100,0	100,0

(Organização Internacional do Turismo)

O destino dos turistas

A atividade turística também se diferencia quanto ao destino, ou o local para onde se desloca o turista. Assim, temos:

Turismo balneário

Associado ao litoral – estações balneárias, ou às regiões em torno de lagoas ou lagos – estações lacustres. A atração pelo sol é o determinante principal deste tipo de turismo. Exemplos: Cabo Frio, litoral do Nordeste do Brasil, Riviera Francesa, Ilhas Gregas, e Ilhas Baleares, na Espanha.

Turismo climático

Motivado pela busca de um tipo de clima específico, geralmente moderado. Na Europa, as estações climáticas estão associadas ao meio mediterrâneo. Nos países tropicais, esses climas estão normalmente associados às áreas de maior altitude – estações climáticas de altitude, como Campos de Jordão, em São Paulo, e Petrópolis, no Rio de Janeiro.

Turismo de montanha

Geralmente associado ao inverno, mais comum nos países de clima temperado, associado à prática do alpinismo ou aos esportes de inverno, como o esqui. Exemplos: Alpes Suíços, Bariloche e Lãs Leñas na Argentina, Aspen no Colorado, e o Himalaia, no Nepal.

Turismo rural

É o mais heterogêneo, podendo estar associado a uma residência secundária, a um *camping*, a um parque ou reserva natural.

Exemplo: o Parque Nacional de Yellowstone, nos Estados Unidos, a reserva de Masai Mara, no Quênia, Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, no Mato Grosso, e o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná.

Turismo de saúde

Atribuído à busca de propriedades terapêuticas de algumas regiões, em virtude do clima ou da água (naturalmente mais quente, mais fria, rica em bicarbonatos ou sulfurosa). O termalismo remonta à Antiguidade. Nas estações termais mais desenvolvidas, instalou-se uma infraestrutura mais complexa – rede hoteleira, aeroportos e, em alguns casos, centros de compras e cassinos. Exemplos: Mar Morto, em Israel, Araxá, em Minas Gerais e Caldas Novas, em Goiás.

• Turismo cultural

Ligado ao interesse por sítios arqueológicos, museus, monumentos ou manifestações culturais diversas, como festivais de música, folclóricos ou cinematográficos, ou ainda por um motivo mais peculiar – a gastronomia, ou ainda os parques temáticos. Exemplos: o Museu do Louvre, o Festival de Cannes e o Parque Asterix, na França; Machu Picchu, no Peru; Cairo e Alexandria, no Egito; Festival de Gramado, no Rio Grande do Sul; Oktoberfest, em Santa Catarina; Ouro Preto, em Minas Gerais; Disneylândia, nos Estados Unidos.

• Turismo religioso

Relacionado especificamente à peregrinação religiosa, diferencia-se dos demais por apresentar, de uma maneira geral, um período de maior duração. Exemplos: Fátima, em Portugal; Meca, na Arábia Saudita; Jerusalém, em Israel; Benares, na Índia; Lhasa, no Tibete (China); Aparecida, em São Paulo; e Juazeiro do Norte, no Ceará.

• Turismo de negócios

É predominantemente individual e associa-se comumente a Congressos, Feiras e Eventos. Exemplos: Tsukuba, no Japão, e Hannover, na Alemanha.

❑ O equipamento do setor turístico

A disponibilidade e qualidade do equipamento ou, mais propriamente, da infraestrutura turística é um importante fator de atração. Pode-se dizer que é o mais importante fator de atração e de valorização de uma área turística, pois sua ausência pode desestimular a atividade, mesmo em área onde a beleza cênica ou a motivação cultural e/ou religiosa é o determinante principal.

No equipamento turístico, incluem-se:

- hospedagem: rede de hotéis, residências secundárias, albergues, colônias de férias e clubes;
- Transportes: aeroportos, estações rododiferroviárias, portos marítimos ou fluviais e teleféricos;
- Agências de viagem: comércio de passagens, pacotes turísticos, roteiros e guias;
- Apoio ao turista: centros de informações, casas de câmbio, comunicações e centros de compras.

❑ Os espaços turísticos

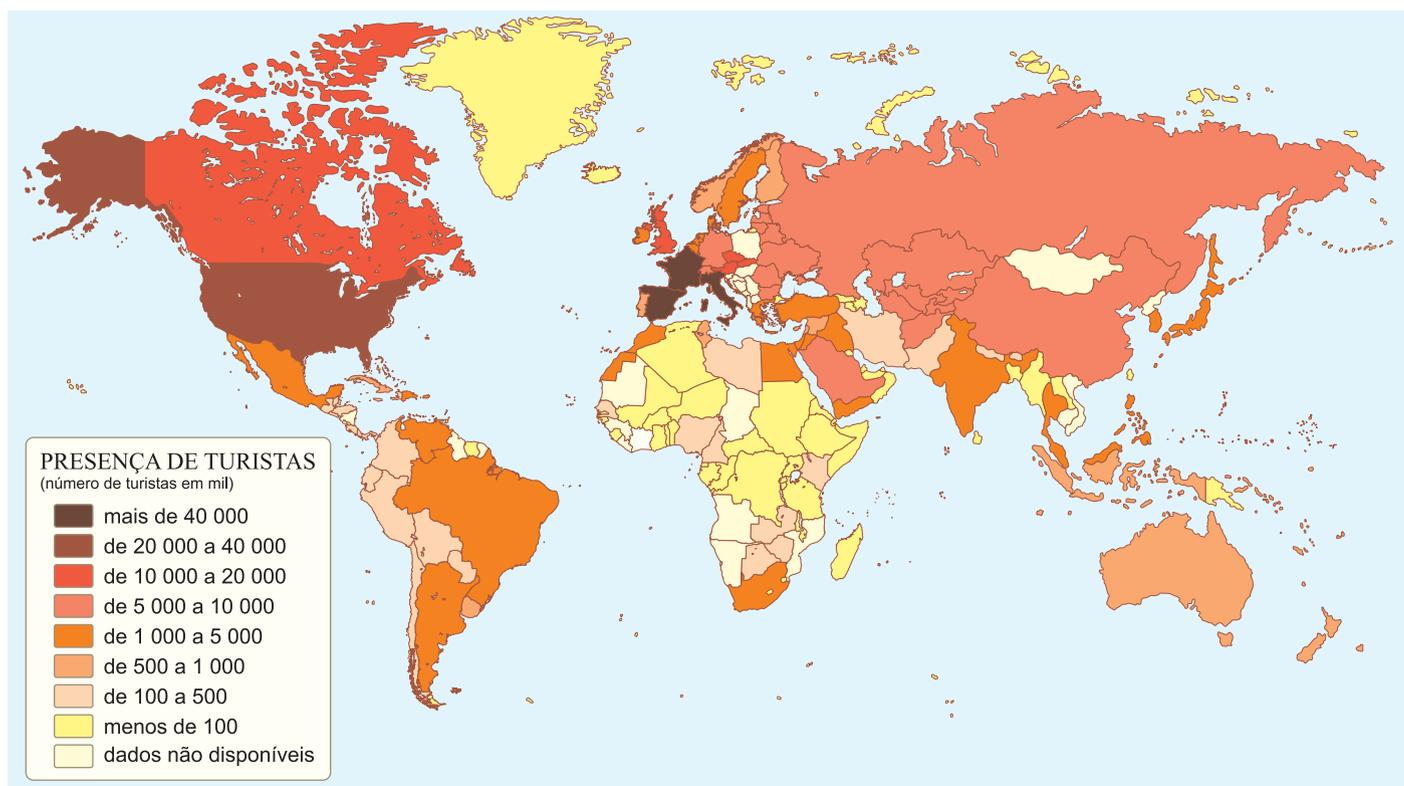
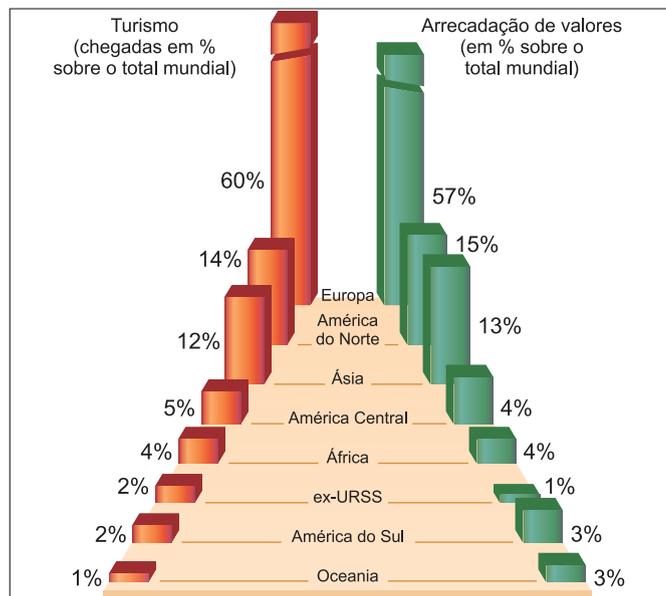
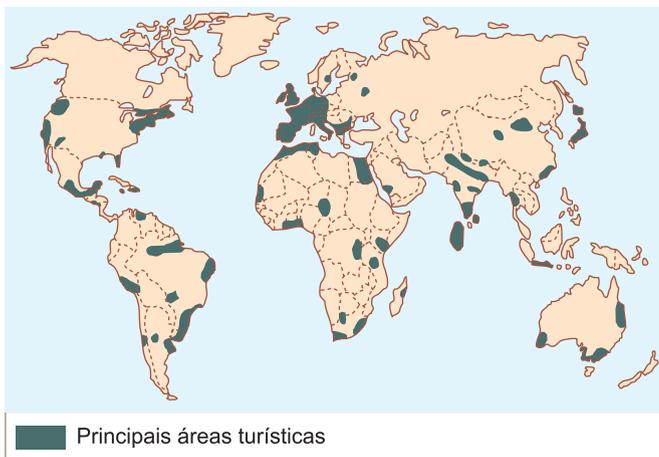
Os espaços turísticos são territórios caracterizados por atividades turísticas e por atividades a elas ligadas. Graças à variada tipologia do turismo, sua classificação pode ter variados critérios, que se referem ao grau e ao modo de ocupação do espaço, à infraestrutura, ou ao equipamento turístico, e à complexidade das ligações com outras regiões. Em virtude de sua constituição e da apropriação do espaço pela atividade turística, esses espaços podem construir enclaves, áreas com características muito específicas, que não se justificariam se o turismo nelas não se desenvolvesse.

2. O TURISMO NO MUNDO

O turismo corresponde a pelo menos 1/3 da receita global do setor dos serviços. Em 1998 foram 702,3 milhões de turistas, o que significou uma receita bruta de US\$ 616,4 bilhões, 7% a mais que no ano anterior. Em 2009 a estimativa de crescimento era de 2,5% ao ano. Considerado o período de 1999 a 2009, o crescimento anual médio foi de 5,1% no número de turistas e de aproximadamente 8,3% na receita bruta.

PRINCIPAIS PAÍSES TURÍSTICOS
em número de turistas e arrecadação de valores





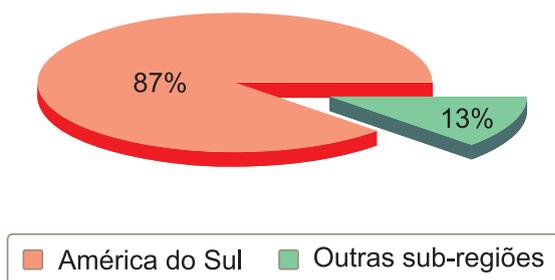
3. O TURISMO NO CONTINENTE AMERICANO

Nos deslocamentos de turistas em escala global, o maior destino é a Europa, mas foram os Estados Unidos que obtiveram o maior lucro, US\$ 94,6 bilhões/ano (foram também os que mais investiram no setor: US\$ 77 bilhões em 2009), seguidos pela Itália, França, Espanha e Reino Unido.

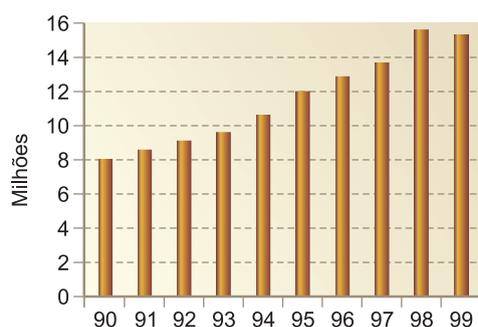
Em 2009, 31% das acomodações estavam na Europa, 32% na América e 16% no Leste da Ásia e Pacífico.

Em 2009 o continente americano recebeu aproximadamente 26 milhões de turistas. O país que mais recebeu turistas foram os Estados Unidos. A América do Sul recebeu, deste total, 79,6%, o que representa 4% do fluxo mundial de turistas.

CHEGADA DE TURISTAS
COTA DE MERCADO (%) – 1999



CHEGADA DE TURISTAS NA AMÉRICA DO SUL



4. O TURISMO NO BRASIL

No Brasil, o turismo e as diversas atividades a ele ligadas, no período de 2000–2009, segundo a Embratur – Empresa Brasileira de Turismo –, apresentaram um crescimento de 11%. Movimentam R\$ 43 bilhões, que correspondem a aproximadamente 2,8% do PIB, e são responsáveis por 11 milhões de empregos diretos e indiretos.

Apesar do grande potencial turístico do Brasil, graças à beleza cênica de inúmeras porções de seu território, a atividade é relativamente pequena e mal explorada.

Os problemas do setor turístico brasileiro

Dentre os principais problemas relacionados ao setor turístico, no Brasil, destacam-se: a falta ou a precariedade da infraestrutura de hospedagem, de transportes e de comunicações, a violência, particularmente nas áreas urbanas, e a deficiência na orientação do turista, particularmente o estrangeiro. Segundo a Embratur, as principais queixas dos estrangeiros em estada no Brasil referem-se a questões de limpeza, sinalização turística e segurança. Apesar desses problemas, 88% dos estrangeiros afirmam que voltariam ao país.

O potencial turístico brasileiro

Um levantamento da Embratur identificou 1 635 municípios com as maiores atrações turísticas no país, em virtude de aspectos ambientais, culturais e religiosos. Desses, 1 308 têm rios, 948, quedas-d'água, 899, lagoas ou lagos e 801, montanhas.

A infraestrutura do turismo no Brasil

No Brasil existem 21 000 estabelecimentos de hospedagem, 36 milhões de leitos, com uma ocupação média de 60,1%, sendo 48% no Sudeste, 25% no Sul, 18% no Nordeste, 5% no Centro-Oeste e 4% no Norte.

O turismo doméstico

Em média, 25% dos brasileiros deslocam-se, com finalidade turística, num ano, o que equivale a 32,5 milhões de pessoas.

TURISMO DOMÉSTICO

Principais saídas	% do total	Principais destinos	% do total
São Paulo	27,2	São Paulo	23,4
Paraná	7,3	Rio de Janeiro	17,6
Rio de Janeiro	6,9	Ceará	8,0
Minas Gerais	6,8	Paraná	3,6
Rio Grande do Sul	4,6	Bahia	5,5

Embratur

A maioria dos turistas domésticos viaja de ônibus (49,6%), 19,9% com veículo próprio, 11,8% de carona, 6,8% de avião e 6,1% com excursões, em modos de transporte variados.

Desse total de turistas, 70% viajam na alta estação, meses de verão, e apenas 5,4% na baixa estação. Os principais destinos domésticos são: São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife e Curitiba.

No dia 15 de março de 2000, representantes do setor turístico do Brasil entregaram a CARTA DE GOIÁS ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Este documento, que continha propostas para o incremento do turismo no Brasil, cuja meta era atingir 63,5 milhões de turistas, entre domésticos e estrangeiros, até 2003, foi o resultado do I Congresso da Atividade Turística, realizado em dezembro de 1999 na cidade de Caldas Novas (GO).

Neste encontro foram escolhidos cinco macrotemas: competitividade, infraestrutura, transporte, financiamento e legislação.

Dentre as sugestões do documento, estão:

- a criação de uma diretoria específica no BNDES para o setor do turismo;

- melhorias nas condições de negociação dos financiamentos;
- a captação de fundos no exterior;
- o estabelecimento de incentivos fiscais;
- a elaboração de projetos turísticos;
- o estabelecimento de percentuais mínimos para o turismo, dos orçamentos dos governos, destinados à qualificação profissional;
- a modernização dos portos;
- a ampliação da navegação turística;
- a construção e conservação de vias de acesso;
- o incentivo à concorrência entre as empresas aéreas comerciais e os vôos *charter*;
- o aumento da segurança do turista no Brasil;
- a valorização da identidade cultural;
- dar tratamento diferenciado ao ecoturismo e ao turismo cultural;
- a criação de uma Comissão Permanente de Turismo na Câmara dos Deputados;
- a instalação de um Sistema de Classificação dos Serviços Turísticos;
- a montagem de *bureaus* de informações turísticas;
- a criação de uma linha única de 0800 para serviços emergenciais de apoio aos turistas.

Os turistas brasileiros no exterior

Em 1998, 4,6 milhões de turistas saíram do Brasil, 15% a mais que no ano anterior. No entanto, a queda no valor do real restringiu nos últimos anos esse segmento do turismo no Brasil.

BRASILEIROS NO EXTERIOR – PERFIL DAS VIAGENS (EM %)

Motivo	1997	1998	2009
Turismo	68,4	71,3	70,4
Negócios	23,0	19,7	23,2
outros	8,6	9,0	6,6
Hospedagem			
Hotel	76,0	77,9	81,0
Casa de amigo ou parente	16,8	18,2	11,0
outros	7,2	3,9	8,0
Forma de Organização			
por meio de agência	47,2	44,7	47,0
independente	53,8	55,3	53,0

Embratur

O turista brasileiro no exterior gasta em média US\$ 83,09 dia/*per capita*. Apesar deste total variar de país para país, é o turista brasileiro um dos que mais gastam no exterior, superado por poucos, dentre eles norte-americanos e japoneses.

Mais da metade dos turistas brasileiros parte para os Estados Unidos, depois os destinos mais comuns são: França, Argentina, Itália e Espanha.

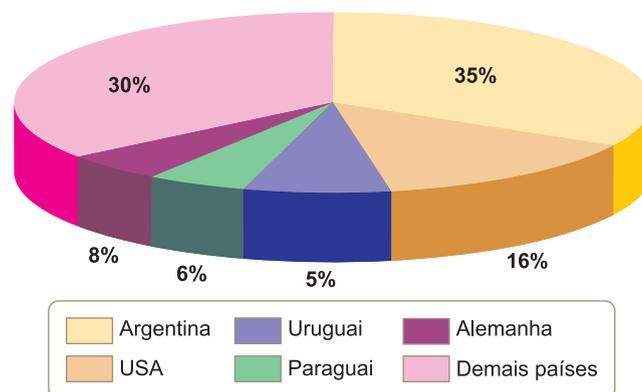
Os turistas estrangeiros no Brasil

No continente americano, o Brasil é o 6º. país que mais recebe turistas, sendo superado pelos Estados Unidos, México, Canadá, Argentina e Porto Rico.

De 1990 a 1998, o número de turistas vindos para o Brasil cresceu de 1,1 milhão para 4,8 milhões. O acesso ao território brasileiro é feito, em 70% dos casos, por via aérea e apenas 27% por via terrestre.

No período de 1997–1998, houve um aumento de 65,3 para 71,8% nas viagens de turismo para o Brasil, e uma redução de 32,6 para 26,7% nas viagens de negócios.

PRINCIPAIS MERCADOS EMISSORES DE TURISTAS PARA O BRASIL – 2009



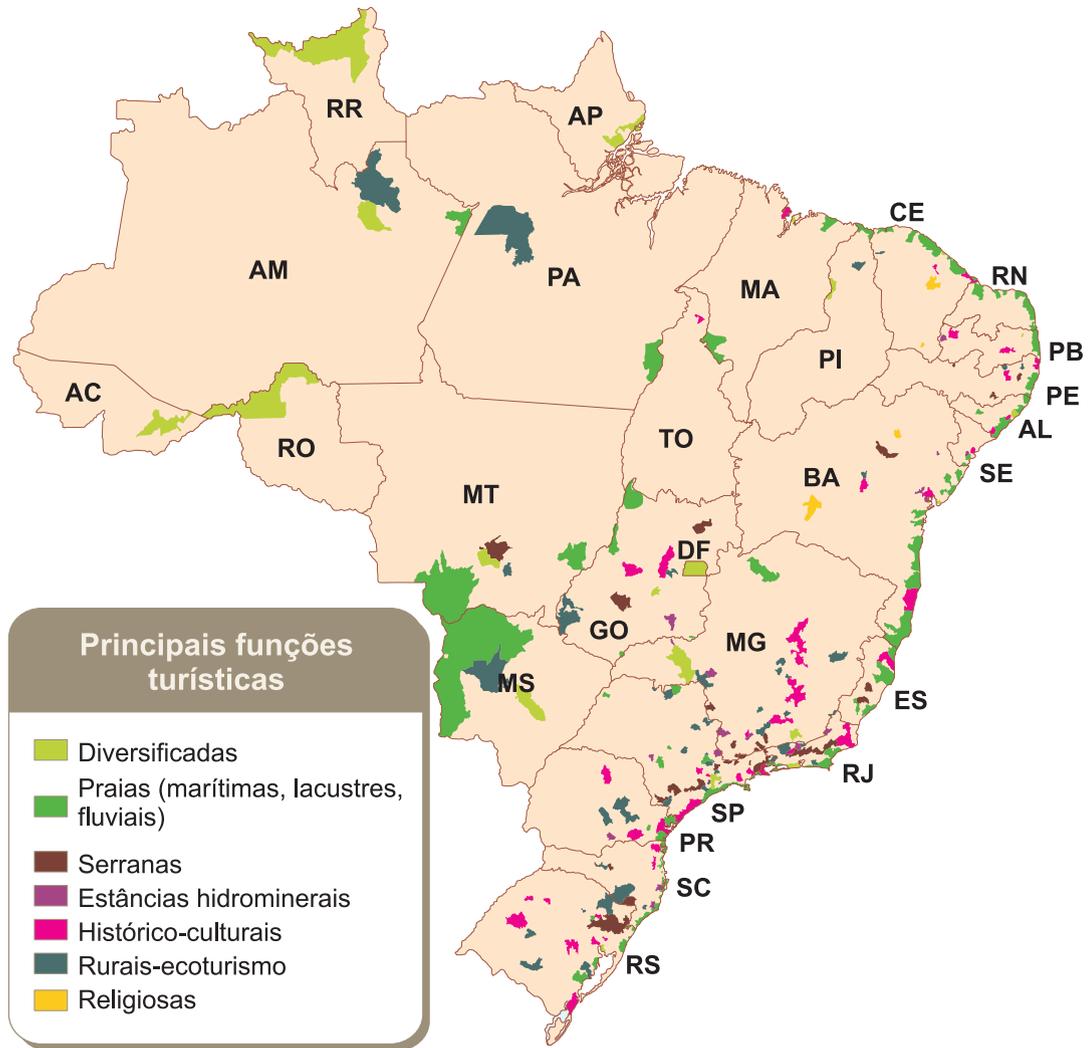
(Anuário Estatístico Embratur 1998, Brasília, v. 25, 2009.)

ESTRANGEIROS NO BRASIL		TURISTAS ESTRANGEIROS	
Cidades mais procuradas	%	Origem	%
Rio de Janeiro	33	Argentina	36
São Paulo	17	Estados Unidos	16
Florianópolis	16	Uruguai	5
Salvador	12	Alemanha	8
Foz do Iguaçu	5	Paraguai	3

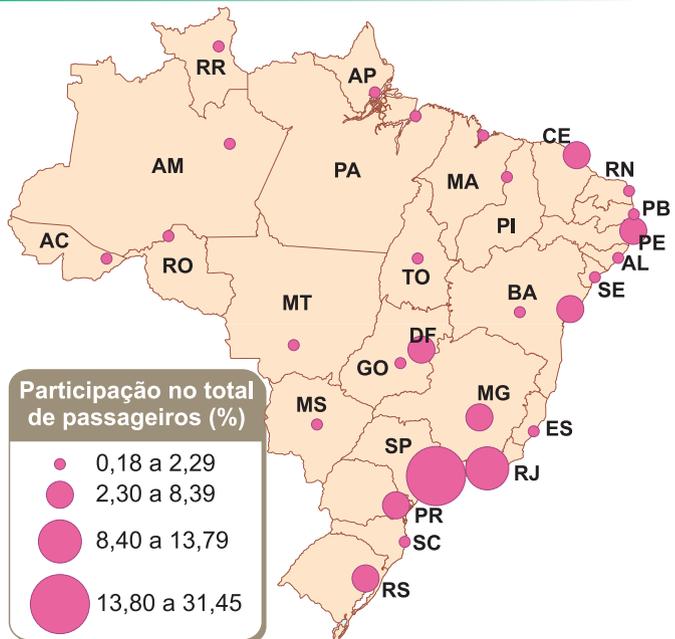
Embratur



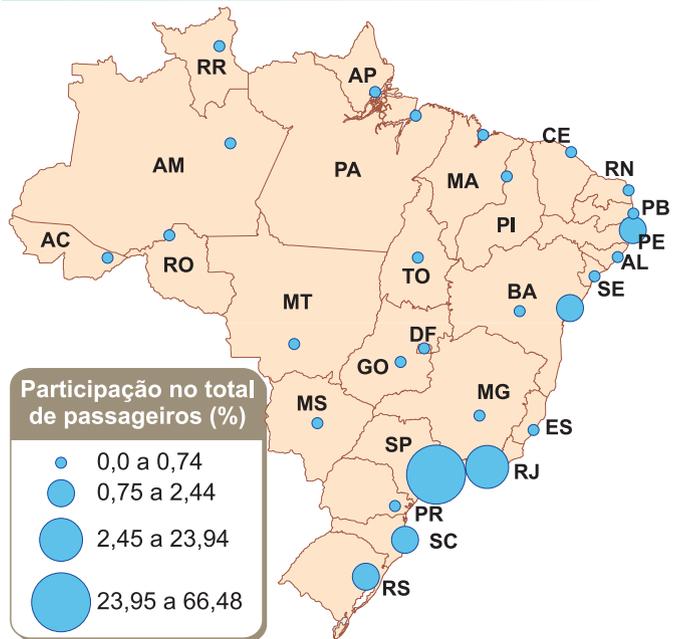
TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS

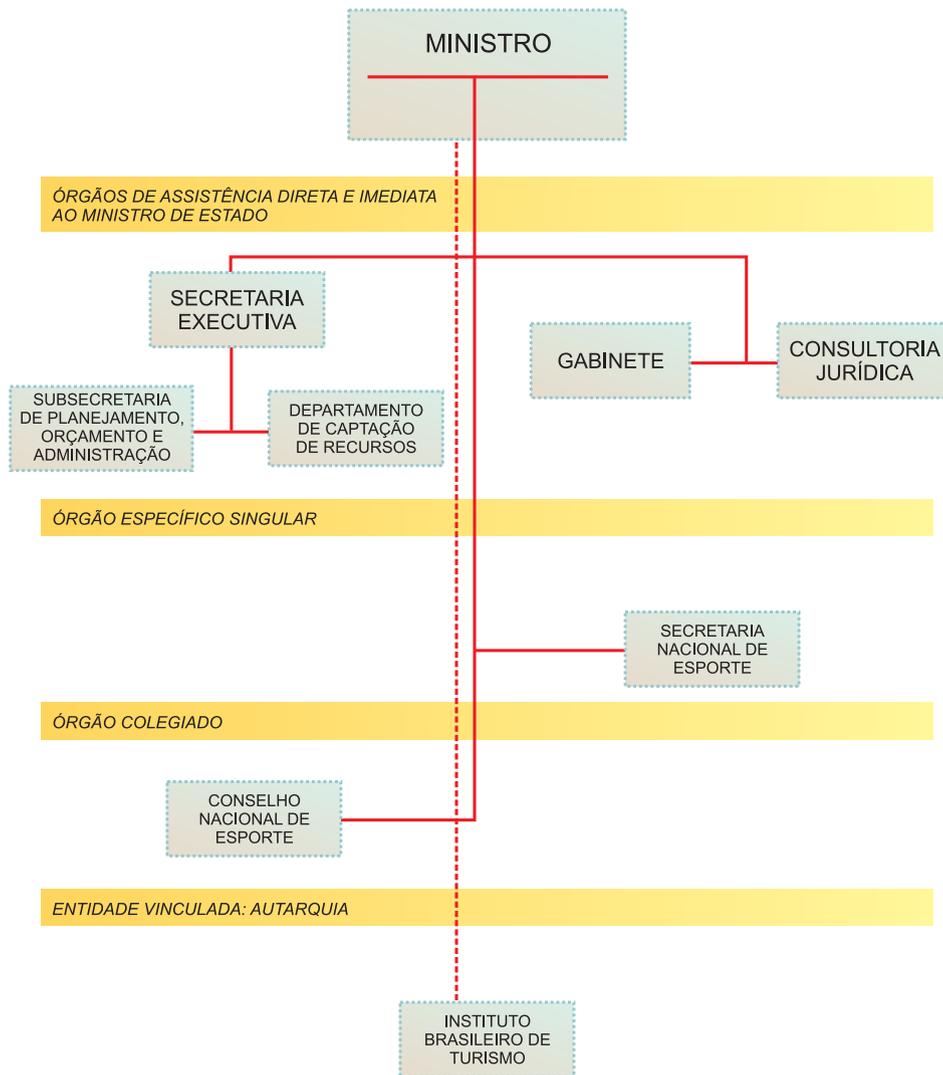


PASSAGEIROS DESEMBARCADOS EM VOOS NACIONAIS



PASSAGEIROS DESEMBARCADOS EM VOOS INTERNACIONAIS





□ Esportes

Os eventos esportivos são importantes fontes de renda, pois impulsionam de tempos em tempos a atividade turística. Na maior parte dos países, e o Brasil não é exceção, ficou claro que uma política na área esportiva não pode ser desvinculada do setor turístico.

Como forma de impulsionar o setor turístico, o Brasil procura há algum tempo desenvolver jogos regionais, e, ao mesmo tempo, ampliar a infraestrutura para atrair jogos e eventos esportivos que fazem parte do calendário internacional. Destacam-se:

Os Jogos Sul-Americanos são os jogos multiesportivos da América do Sul e contam também com atletas de países da América Central e Caribe. Os jogos são a grande competição da Organização Desportiva Sul-Americana (ODESUR), entidade fundada em 1976 e composta por países da América do Sul, mas também por outros, da América Central e Caribe. Ao todo, são 15 os seus integrantes: Antilhas Holandesas, Argentina, Aruba, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

Os Jogos de 2002 seriam realizados na cidade argentina de Córdoba, que desistiu de organizar o evento. A competição foi transferida para Bogotá, na Colômbia,

mas cancelada posteriormente. Com isso, o Brasil candidatou-se para receber as disputas de 1º a 11 de agosto, em quatro cidades – Belém, Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo – e ganhou esse direito por 11 votos a 3 na Assembleia Geral Extraordinária da ODESUR de 18 de abril, em Assunção, no Paraguai. Desde o Pan-Americano de São Paulo e a Universidade de Porto Alegre, em 1963, o Brasil não recebia uma competição deste porte.



VII JOGOS SUL-AMERICANOS BRASIL 2002

Em 2007, o Rio de Janeiro foi a sede dos jogos Pan Americanos.



Os Jogos dos Povos Indígenas nasceram da ideia dos índios, no final da década de 70. Eles sempre procuraram os dirigentes esportivos oficiais do governo para que se realizassem as “Olimpíadas Indígenas Brasileiras”, porém nunca foram ouvidos.

Toda a concepção dos Jogos, desde seu desenvolvimento esportivo até a parte cultural, está sob coordenação dos índios. A escolha das tribos participantes, a cidade e local onde serão realizados os jogos devem passar pela aprovação de um conselho organizador.



Os jogos não têm por finalidade a busca dos grandes campeões, não havendo somente a preocupação da competição entre etnias. O foco principal é o conagraçamento entre as diferentes etnias do País. Incentivando o coletivo na prática de seus esportes tradicionais e suas manifestações culturais, os índios têm como consequência uma vida mais digna e respeitosa entre si e em seu relacionamento com toda a sociedade não indígena, o que fortalece a autoestima e a identidade cultural de cada índio.

Os objetivos específicos dos Jogos são: demonstrar as manifestações esportivo-culturais de cada etnia; permitir que cada integrante das delegações indígenas conheça e participe do esporte e cultura de outros povos; permitir que cada participante adquira novos conhecimentos; incentivar no indígena a prática de seus esportes e cultura tradicionais.

Nesse sentido promove-se o esporte socioeducacional, o desporto voltado a edificar a cidadania indígena, buscando uma integração e interação de valores das diversidades étnicas existentes em nosso país.



Jogos da Juventude

Os Jogos da Juventude foram criados em 1995 pelo Governo Federal para promover, sob a perspectiva do Esporte de Rendimento, a prática de atividades esportivas entre os jovens, que representam a base do desenvolvimento do setor. A competição tem como objetivo, ainda, a descoberta e o aprimoramento de novos talentos, com a realização de avaliações dos participantes, buscando identificar as potencialidades de cada atleta.

Sedes: João Pessoa – 22 a 29/06/1995
Curitiba – 01 a 10/11/1996
Goiânia – 07 a 16/11/1997
Porto Alegre – 20 a 29/11/1998
Recife – 26/07 a 05/08/2001

(Ministério da Cultura do Esporte)

MÓDULO 27

Sistema Ferroviário



1. INTRODUÇÃO

O setor de transportes tem importância fundamental na operação do sistema econômico, pois os serviços que produz são praticamente absorvidos por todas as unidades produtivas.

O investimento em transportes, atuando como poderoso fator no espaço econômico, condiciona novos esquemas de divisão geográfica do trabalho nessas economias, influenciando na localização de atividades industriais, extrativas e agrícolas.

Quanto à expansão do sistema de transportes no Brasil, temos a fase em que predominou como elemento determinante da geração e crescimento da renda, sendo que a **exportação** de produtos primários e as atividades econômicas no Brasil caracterizaram-se por uma acentuada concentração numa estreita faixa litorânea, com acesso ao sistema de navegação de longo curso. Os investimentos em transportes foram feitos nas diferentes regiões, para permitir o escoamento da sua produção primária para o principal porto regional da maneira mais eficiente. Por outro lado, a integração Norte-Sul dos diferentes polos de exportação fazia-se por meio da navegação de cabotagem.

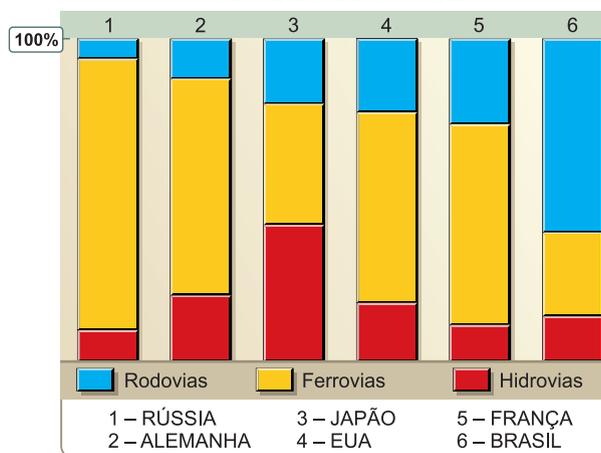
Portanto, de início, integraram-se ferrovias e portos na comercialização agrícola destinada à exportação. Posteriormente, com a acelerada industrialização, por meio de um processo de substituição de importações, o sistema de transportes teve de fazer frente aos fluxos adicionais de bens intermediários e finais, para atendimento do mercado interno.

O transporte rodoviário desempenhou papel fundamental nesse estágio de desenvolvimento econômico.

Os quadros comparativos apresentados permitem estabelecermos a relação entre as etapas do desenvolvimento econômico brasileiro e a evolução do sistema de transportes.

Observa-se ainda que um dos sérios problemas enfrentados pelo país consiste em vencer as grandes distâncias que separam as regiões e suprir as deficiências em termos da ausência de meios de transporte rápidos, eficientes e baratos que as interliguem e escoem suas produções, bem como o transporte de passageiros.

PORCENTAGEM DE CARGA DESLOCADA POR TIPO DE TRANSPORTE



A expansão do mercado interno, associada às oportunidades de intercâmbio externo, acarretou modificações importantes nas escalas de produção. Os novos dados da realidade econômica do país impõem a necessidade de uma revisão profunda na tradicional concepção da política de transporte, centrada, principalmente, na estrutura viária. Veja abaixo a participação no **transporte de cargas** dos diversos meios de transporte, **comparativamente** no gráfico anterior.

A crise mundial de combustíveis também contribuiu para uma nova orientação mais ampla e eficiente, em termos de meios de **transporte**, apesar de o setor rodoviário ter sido o que mais cresceu nos últimos anos.

Os fatores que devem ser apontados para a análise das necessidades e do traçado das vias de transporte são múltiplos, podendo ser citados: relevo, vegetação, navegabilidade dos rios, distâncias, custo de instalação, custo de manutenção, o tipo de combustível, a intensidade do fluxo de mercadorias e pessoas e o isolamento de algumas áreas.

Na década de 60, foi criado o Geipot – Grupo Executivo da Integração da Política de Transportes, no sentido de impulsionar o setor.

❑ Velhos caminhos (histórico)

O período colonial foi marcado por caminhos e trilhas abertas na mata pelos indígenas, pelos bandeirantes e pelos jesuítas. O traçado era, geralmente, no sentido litoral em direção ao interior.

Cumprir destacar o papel dos rios como vias de comunicação e integração territorial; foram utilizados pelos bandeirantes.

Com o desenvolvimento da pecuária, particularmente no Nordeste, muitos caminhos surgiram para a passagem do gado. Na Região Sul, também havia o caminho ligando Sorocaba ao Rio Grande do Sul, possibilitando o deslocamento dos tropeiros. A mineração também abriu novos caminhos, estabelecendo contato entre as Minas Gerais e o litoral do Rio de Janeiro e outras áreas.

No século XIX, passou a existir a preocupação em transformar os velhos caminhos em estradas, de forma que permitissem o tráfego regular de meios de transporte, como os coches e diligências.

Em 1822, surgiu a **Estrada do Comércio**, que ligava o Rio de Janeiro ao Vale do Paraíba, onde se desenvolviam os cafezais. Posteriormente, surgiram: **Estrada União e Indústria** (ligando Petrópolis a Juiz de Fora, MG); **Estrada Graciosa** (litoral do Paraná a Curitiba); **Estrada Dona Francisca** (Joinville e Rio Negro, no atual Estado de Santa Catarina).

2. TRANSPORTE FERROVIÁRIO

A nossa **primeira ferrovia** foi construída pela Imperial Companhia de Estradas de Ferro, fundada pelo **Visconde de Mauá**, ligando o Porto de Mauá, na Baía de Guanabara, à **Serra da Estrela**, no caminho de Petrópolis. Tinha uma extensão de 14,5km e bitola de 1m (1854).

Logo a seguir, outras surgiram no Nordeste, Recôncavo Baiano e, principalmente, em São Paulo, para servir à economia cafeeira, então em franco desenvolvimento (**Estradas do Café**). Eram, em geral, construídas ou financiadas por capitais ingleses que visavam somente à satisfação de seus interesses comerciais, sem o mínimo de planejamento.

Entre **1870 e 1920**, vivíamos uma verdadeira “**Era das Ferrovias**”, sendo que o crescimento médio destas era de 6 000km por década.

Observe o exposto abaixo:

1855 – E.F. D. Pedro II (E.F.C.B.);

1868 – E.F. Santos–Jundiá;

1868 – Companhia Paulista de Estradas de Ferro;

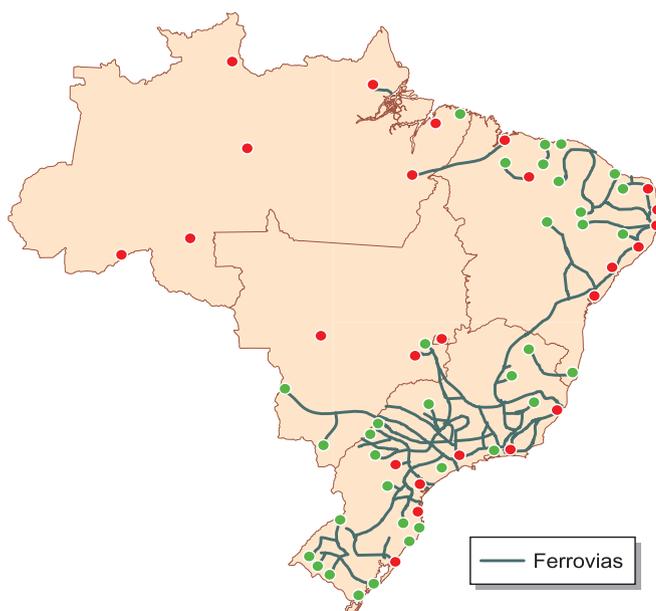
1872 – Companhia de Estradas de Ferro São Paulo–Rio de Janeiro;

1872 – Companhia Mogiana de Estradas de Ferro.

Após 1920, com o advento da era do automóvel, as ferrovias entraram numa fase de estagnação, não tendo se recuperado até hoje.

Neste quadro, notamos que, hoje, o Brasil é um país pobre em ferrovias, e que estas se encontram irregularmente distribuídas pelo território, pois enquanto a Região Sudeste concentra quase metade (47%) das ferrovias do país, as Regiões Norte e Centro-Oeste, juntas, concentram apenas 8%.

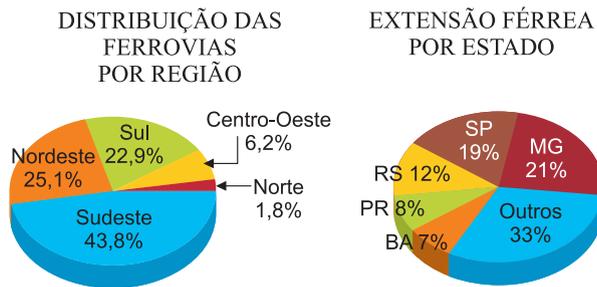
BRASIL: DENSIDADE FERROVIÁRIA E TRAÇADO DAS FERROVIAS



Redes ferroviárias

Do ponto de vista geográfico, reconhecemos **seis grandes redes ferroviárias**:

- **Rede Sul-Rio-Grandense**
- **Rede Paraná-Catarinense**
- **Rede Nordeste**
- **Rede Baiana**
- **Rede Mineiro-Fluminense**
- **Rede Paulista**



As ferrovias do governo do Estado de São Paulo estavam reunidas na FEPASA, criada em 1971, com a finalidade de administrar e organizar o sistema ferroviário do Estado de São Paulo.

REDE FERROVIÁRIA DO SUDESTE – 1970



Pertenciam à Fepasa:

- **Companhia Mogiana de Estradas de Ferro**
- **E.F. Araraquara**
- **Companhia Paulista de Estradas de Ferro**
- **E.F. Sorocabana**
- **E.F. Noroeste do Brasil**
- **Rede Paraná-Catarinense**

Rede Sul-Rio-Grandense

Década de 1990

• **FEPASA** – transferida para a União, em 1997, como parte do pagamento da dívida do Estado, foi privatizada em 1998, sendo denominada **FERROBAN**.

• A **RFFSA**, ocorreu a privatização no biênio 96/97, foi desmembrada por áreas entre várias empresas particulares consorciadas. Dentre essas, destacam-se:

– A **MRS**, que passou a controlar parte da antiga malha Sudeste e Sul;

– A **NOVOESTE**, que passou a controlar a antiga malha Oeste, incluindo a antiga E.F. Noroeste do Brasil, que interligava Bauru, C. Grande e Corumbá-MS;

– A **CENTRO-ATLÂNTICA**, que passou a controlar a antiga malha Centro-Leste. O consórcio de oito acionistas é integrado também pelas empresas **CVRD** e **CSN**, privatizadas anteriormente com aproximadamente 7.000 km; a **CENTRO-ATLÂNTICA** corta seis Estados – MG, RJ, ES, BA, SE e GO, criando corredores norte-sul e leste-oeste de escoamento da produção para os principais portos;

– A **NORDESTE** passou a ser controlada pelo consórcio **MANOR** e é formada pela CVRD, CSN, Taquari Participações (Vicunha) e Bradesco, com aproximadamente 4.700 km de extensão, interligando os Estados do MA, PI, CE, RN, PB, PR, AL e SE.

• A **E.F. TEREZA CRISTINA** – com 169km, ligando Criciúma ao Porto Imbituba-SC, foi privatizada em novembro de 1996 e é controlada por consórcio liderado pela **MPE** (Montagem Projetos Especiais).

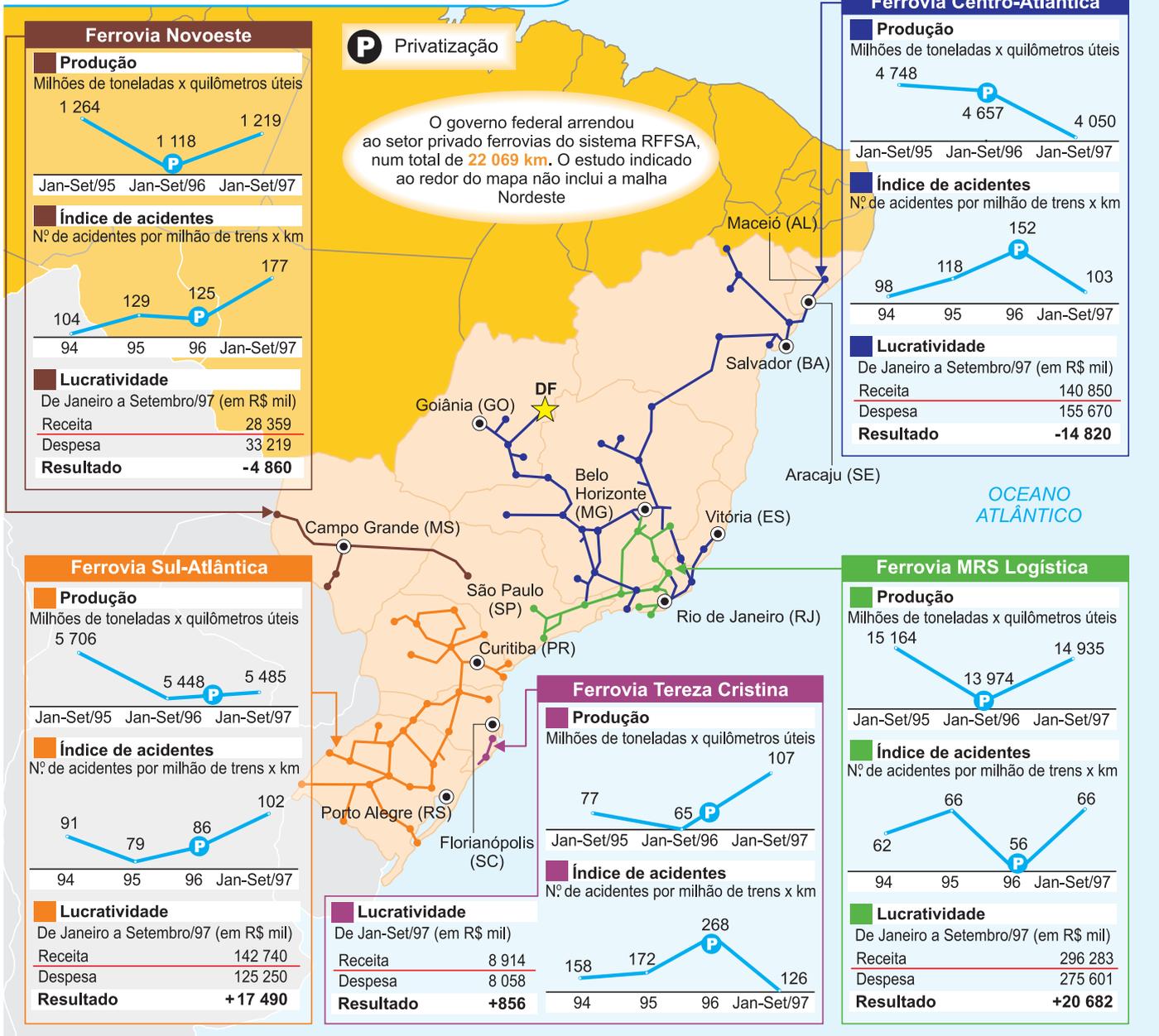
Situação atual

Atualmente, o país possui 30 300km de ferrovias para tráfego, o que dá uma densidade ferroviária de 3,1 metros por km²; é bastante pequena em relação aos EUA (150m/km²) e Argentina (15m/km²). Apenas 2 450km são eletrificados.

Além das **curtas extensões**, as ferrovias apresentam-se mal distribuídas e mal situadas, estando 52% localizadas em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O Brasil está redescobrimo a importância das ferrovias

AS PRIVATIZAÇÕES NO SISTEMA FERROVIÁRIO



A **Brasil Ferrovias** é uma companhia aberta (*holding*) que controla a malha ferroviária da Ferronorte, Novoeste, Ferrobán e Portofer.

A **Ferronorte** é a ferrovia responsável por transportar a produção de grãos, principalmente soja, do Centro-Oeste brasileiro até o porto de Santos.

A Ferronorte está interligada ao sistema rodoviário por três terminais de armazenagem e carregamento em Chapadão do Sul, no Alto Taquari e no Alto Araguaia (MT). Os terminais reduzem o percurso rodoviário dos grãos e possuem silos que permitem o armazenamento da soja.

A Ferronorte transporta a soja até o porto de Santos, onde há um terminal de grãos e farelos. No retorno para

Os números do Brasil Ferrovias 2002

	Ferronorte	Ferrobán	Novoeste
Vagões (unidades)	1 671	6 967	1 637
Locomotivas (unidades)	75	76	52
km de vias	526	2 241	1 604
Terminais próprios	4	7	–
Toneladas úteis (milhões)	5,5	8,3	2,8
Funcionários operacionais	383	1 014	556
Receita líquida (R\$ milhões)	252	132	49

(Gazeta Mercantil, 21/05/2002.)

Mato Grosso, a ferrovia transporta insumos para a lavoura – fertilizantes, agroquímicos e calcário.

Apesar do grande desenvolvimento da Ferronorte, ela apresenta algumas limitações como:

- carência de material rodante;
- diferença de bitola dos trilhos, modernos em Goiás e Mato Grosso e antigos em São Paulo, o que reduz a velocidade de 80km/h para 50km/h.

A Portofer controla a malha ferroviária do porto de Santos e está resolvendo os pontos de estrangulamento da área portuária.

A contribuição da integração da Ferronorte no oeste brasileiro é indiscutível.

São vários os marcos pioneiros deixados no seu rastro, como a ponte rodoferroviária, que cruza o Rio Paraná, na fronteira de São Paulo com Mato Grosso do Sul.



Na **Malha Sul** privatizada pela América Latina Logística (ALL), binacional, temos um excelente desempenho das ferrovias, com 15 628 km de extensão e volume de carga de 20,7 milhões de toneladas.

A ligação entre São Paulo e norte do Paraná é feita até o Rio Grande do Sul. A conexão entre o Brasil e a Argentina é a estação da fronteira uruguaia / Paso de Los Libres, onde as cargas são transferidas de uma composição para outra. As linhas que ligam o Rio Grande do Sul a Buenos Aires avançam da capital argentina para Mendoza e San Juan no pé da Cordilheira dos Andes.

Os produtos mais transportados são: grãos, produtos siderúrgicos, contêineres, água, vinho, pedra e cimento.





1. TRANSPORTE RODOVIÁRIO

□ Evolução rodoviária

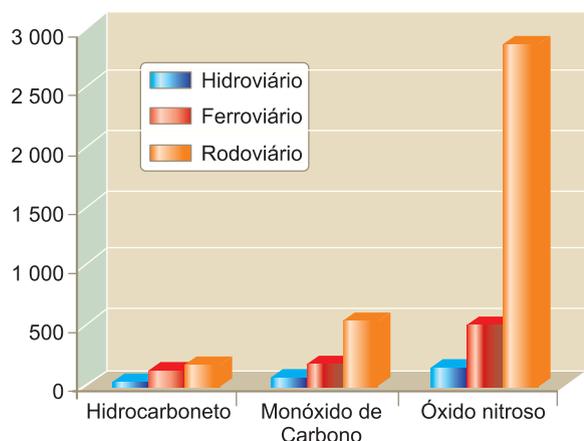
As estradas brasileiras, como dissemos, sofreram um colapso entre 1860–1920, em razão do incremento das ferrovias. Porém, a partir de 1920, com a introdução dos automotores, a situação inverteu-se, vivendo o país, até os dias atuais, uma verdadeira “Era das Rodovias”.

Aquelas antigas estradas, transitáveis só no período de estiagem, passaram a ser melhoradas, enquanto outras surgiram rapidamente pelas diferentes regiões do país. A partir de 1937, com a criação do **Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)**, iniciaram-se melhoramentos referentes à pavimentação, que se intensificam ainda hoje, e à produção do asfalto e cimento, por parte das indústrias brasileiras.

Nos dias atuais, a **extensão** das nossas **rodovias** é de cerca de 2 132 756km, o que resulta em uma média de 176 metros por km².

As rodovias **federais** perfazem 78 412km, dos quais 57 350km são pavimentados.

EMIÇÃO DE POLUENTES EM CADA MODAL



Quadro da extensão das Rodovias Federais e Estaduais por regiões e percentagem pavimentada

Regiões	Rodovias (total) km	Pavimentadas km	Não Pavimentadas km
Brasil	1 660 352	148 247	1 512 105
Norte	97 212	8 943	88 269
Nordeste	379 313	41 234	338 079
Sudeste	479 521	51 847	427 674
Sul	460 646	29 335	431 311
Centro-Oeste	225 659	16 888	208 771

As **estaduais**, com 203 756km, apresentam 61 218km pavimentados e as **municipais**, com 1 850 555km, possuem 12 314km pavimentados.

REDE RODOVIÁRIA BRASILEIRA



Acompanhando esse aumento na extensão das rodovias, a frota nacional de veículos também vem crescendo rapidamente, atendida quase totalmente pela produção brasileira.

Assim como acontece com as demais atividades econômicas, a distribuição das rodovias não se apresenta de forma homogênea nas diversas regiões.

Observamos que a **Região Sudeste** se destaca quanto às **estradas pavimentadas**. A Região Centro-Oeste, apesar de possuir maior quilometragem que a Sul, possui apenas 4% de estradas pavimentadas.

A coordenação e planificação das nossas rodovias estão a cargo da **Geipot** e do **Conselho Rodoviário Nacional**.

□ Rodovias federais

As rodovias federais estão divididas em 5 tipos, a partir de 1967:

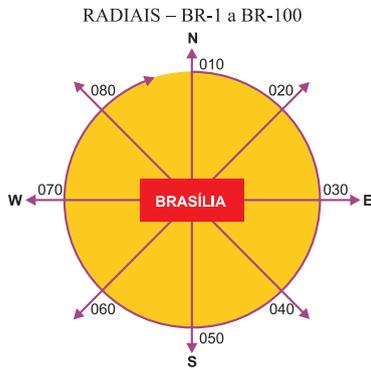
- Rodovias radiais (de BR-1 a BR-100);
- Rodovias longitudinais (de BR-101 a BR-200);
- Rodovias transversais (de BR-201 a BR-300);
- Rodovias diagonais (de BR-301 a BR-400);
- Rodovias de ligação (de BR-401 em diante).

- As **rodovias radiais saem todas de Brasília**. A sua numeração é contada a partir do sentido norte, aumentando no sentido horário.



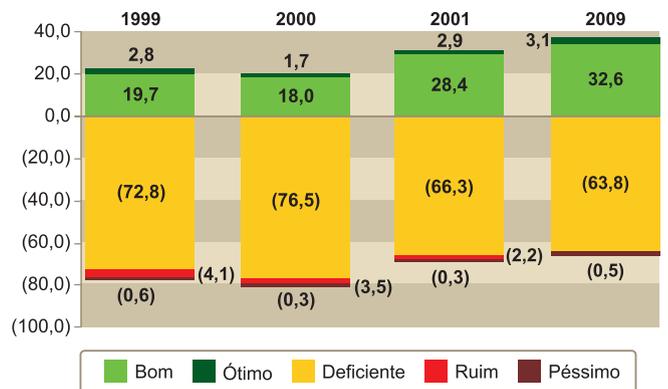
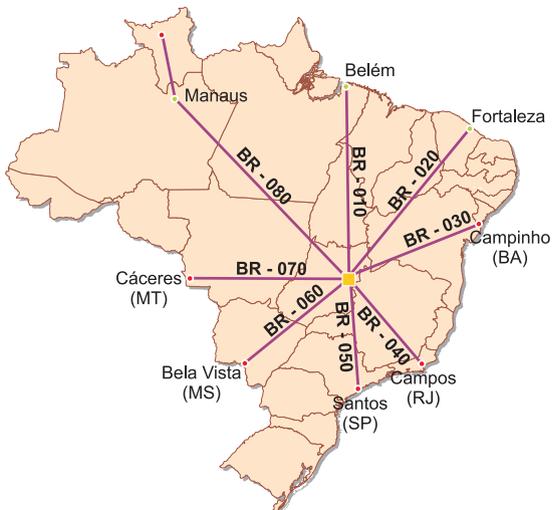
SITUAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DAS RODOVIAS FEDERAIS BRASILEIRAS

RODOVIAS



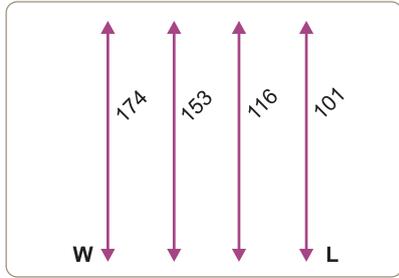
Rodovias Radiais		
Número	Ligação	Extensão
BR-10	Brasília-Belém (PA)	1 091km
BR-20	Brasília-Fortaleza (CE)	1 882km
BR-30	Brasília-Campinho (BA)	1 111km
BR-40	Brasília-Campos (RJ)	1 154km
BR-50	Brasília-Santos (SP)	1 051km
BR-60	Brasília-Bela Vista (MS)	1 281km
BR-70	Brasília-Cáceres (MT)	-
BR-80	Brasília-Manaus (AM)	3 604km

RODOVIAS RADIAIS



b) As **rodovias longitudinais** são traçadas no sentido dos meridianos, isto é, cruzam o país na direção **norte-sul**. A sua numeração aumenta de **leste para oeste**, como os meridianos.

LONGITUDINAIS – BR-101 A BR-200

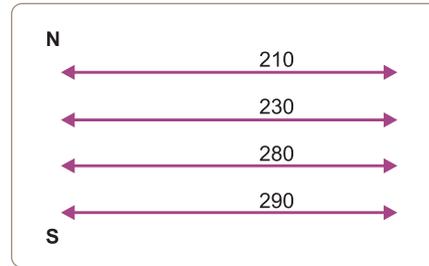


Rodovias Longitudinais		
Número	Ligação	Extensão
BR-101	Rodovia do Turismo Fortaleza (CE) – Osório (RS)	4 085km
BR-116	Fortaleza (CE) – Jaguarão (RS)	4 403km
BR-153	Tucuruí (PA) – Aceguá (RS)	3 749km
BR-156	Macapá (AP) – Oiapoque (AP)	686km
BR-158	Félix (MT) – Livramento (RS)	2 714km
BR-163	Cuiabá (MT) – Santarém (PA)	1 618km
BR-172	Canumã (AM) – Vilhena (RO)	1 120km
BR-174	Manaus (AM) – Sta. Helena (RR)	970km

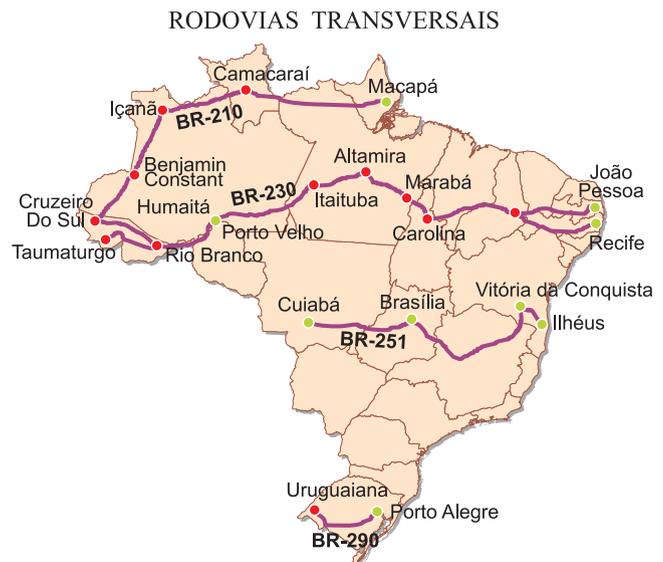


c) As **rodovias transversais** cruzam o Brasil na direção **leste-oeste**. A sua numeração aumenta de norte para sul.

TRANSVERSAIS – BR-201 A BR-300

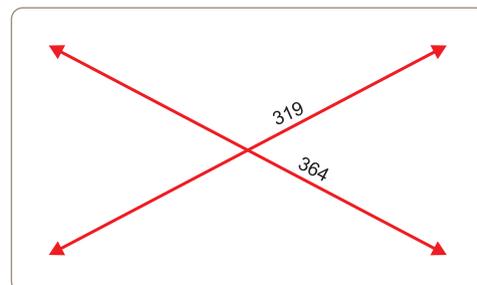


Rodovias Transversais		
Número	Ligação	Extensão
BR-210	Perimetral Norte Macapá (AP) – Cruzeiro do Sul (AC)	3 300km
BR-230	Transamazônica: Recife (PE) e João Pessoa (PB) – Taumaturgo (AC)	5 400km
BR-236	Abunã (RO) – Vila Japim (Peru)	4 189km
BR-251	Ilhéus (BA) – Cuiabá (MT)	1 108km
BR-262	Vitória (ES) – Corumbá (MS)	2 199km
BR-273	Campinas (SP) – Campo Grande (MS)	2 253km
BR-277	Paranaguá (PR) – Foz do Iguaçu	1 097km



d) As **rodovias diagonais** cruzam o país na direção nordeste-sudoeste ou sudoeste-noroeste.

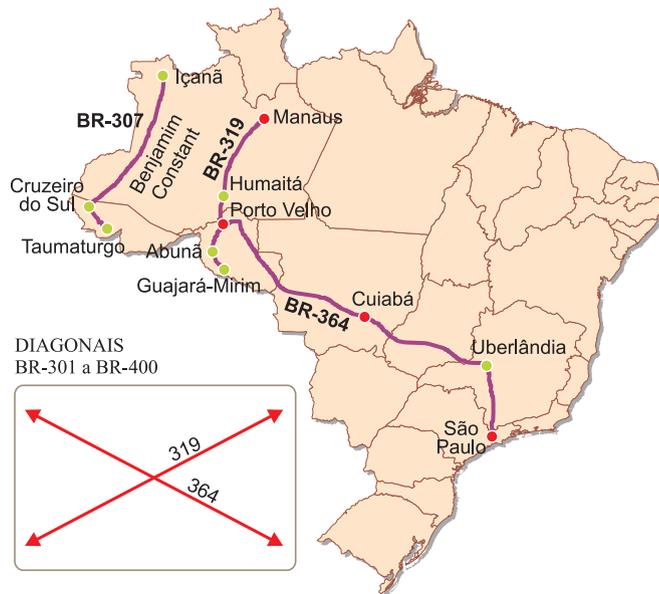
DIAGONAIS – BR-301 A BR-400





Rodovias Diagonais		
Número	Ligação	Extensão
BR-307	Benjamin Constant (AM) – Taumaturgo (AC)	750km
BR-316	Belém (PA) – Maceió (AL)	2 032km
BR-319	Porto Velho (RO) – Manaus (AM)	1 107km
BR-364	Porto Velho (RO) – Cuiabá (MT)	1 416km

RODOVIAS DIAGONAIS



e) **Rodovias de ligação** são aquelas que unem duas rodovias entre si. São numeradas de BR-401 a BR-500, como, por exemplo, a BR-401, que vai de Boa Vista (RR) até a fronteira com a Guiana, com uma extensão de 140km.

□ Planejamento rodoviário

A princípio, **as decisões para a realização de uma obra rodoviária** devem ser tomadas em função do objetivo da estrada e de sua influência na economia da região atendida e do país.

Assim sendo, as iniciativas no setor devem orientar-se segundo **critérios** distintos e, em geral, pertencentes a cada um dos **seguintes casos**:

- investimentos em regiões não agrupadas demográfica e economicamente;
- investimentos em regiões ocupadas e de baixo nível de renda;
- investimentos em regiões ocupadas e de **grande potencial** econômico;
- investimentos em regiões **mais** desenvolvidas.

Conforme se percebe no mapa, as rodovias prestam-se à integração nacional, lado a lado com as torres

metálicas da **Embratel** — Empresa Brasileira de Telecomunicações —, que interligam, cada vez mais, os pontos mais distantes do país com telefone e televisão.

Observações

Em 1982, o **DNER** deu início à execução das **AGROVIAS** (Programa Nacional de Rodovias Alimentadoras). Esse programa destina-se a permitir a construção de rodovias integrantes das redes: federal, estadual e municipal, que tenham como função básica assegurar o transporte e o escoamento da carga do meio rural para polos urbanos ou para vias de transporte de longa distância.

A **Rodovia Ayrton Senna (antiga Trabalhadores)**, inaugurada em maio de 1982, liga São Paulo a Jacareí. Além de diminuir o congestionamento da Via Dutra, próximo à metrópole paulista, possibilitou o rápido escoamento da produção agrícola de toda região do Vale do Paraíba, facilitando ainda o acesso ao litoral norte e ao Aeroporto Internacional de Cumbica.

A **Rodovia Carvalho Pinto** permite a ligação de Guararema a Taubaté.

□ Principais rodovias paulistas

Via **Anhanguera** – liga São Paulo, Campinas, Limeira, Igarapava.

Via **Washington Luís** – liga Rio Claro, Cordeirópolis, São José do Rio Preto, Pereira Barreto.

Via **Fernão Dias** – liga São Paulo a Belo Horizonte.

Via **Raposo Tavares** – liga São Paulo, Presidente Prudente, Presidente Epitácio.

Via **Régis Bittencourt** (BR-116) – liga São Paulo a Jaguarão (RS); é um trecho da CE-RS.

Via **Marechal Rondon** – liga Jundiá, Campinas, Araçatuba, Andradina.

Via **Castelo Branco** – São Paulo–Avaré.

Via dos **Imigrantes** – Diadema– Baixada Santista.

Via dos **Bandeirantes** – São Paulo–Campinas.

Via **Anchieta** – São Paulo–Santos.

□ Rede rodoviária do norte

• Transamazônica

Sua extensão total, entre a cidade de João Pessoa até a fronteira do Peru, é de 5.400km. Os seus principais objetivos são:

- integração do Nordeste e Amazônia ao Centro-Sul do país;
- colonizar a região pelo aproveitamento do solo;
- facilitar a pesquisa e a exploração econômica de riquezas minerais;



– completar o vasto sistema fluvial da Amazônia (20 000km).

A Rodovia **Transamazônica** tem seu trecho inicial duplo, partindo de João Pessoa (BR-230) e de Recife (BR-232), confluindo-se na cidade de **Picos** (PI). Segue o traçado da BR-230 até Floriano (PI), passando pelas cidades de Carolina (MA), Estreito (MA-GO), Marabá (PA), Jatobal (PA), Altamira (PA), Itaituba (PA), Jacareacanga (PA), Humaitá (AM), Lábrea (AM), Rio Branco (AC), Cruzeiro do Sul (AC) e Taumaturgo (AC).

Atravessa os Estados nordestinos de Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão e, na Região Norte, Pará, Amazonas e Acre, e no Centro-Oeste, Goiás. Os seus 5 400km cortam transversalmente as bacias dos afluentes da margem direita do Rio Amazonas, no trecho em que esses rios deixam de ser navegáveis, graças ao contato entre o Planalto Central e a Planície Amazônica.

Com a finalidade de integrar duas regiões (N-NE), ligando-as por uma estrada que permitirá novos habitantes para a Amazônia e novos recursos para o Nordeste, seu grande mérito é facilitar a ligação N-NE com o Sul, por meio das rodovias que vão cruzá-la.

• Rodovia Perimetral Norte

Nascendo no Atlântico, no Amapá, acompanha as fronteiras norte e nordeste do Brasil, encontrando-se com a Transamazônica em Cruzeiro do Sul, no Acre, após percorrer 3 900km nos Estados do Pará, Amazonas, Acre, Amapá e Roraima.

□ Rede básica do Nordeste

O programa rodoviário para o Nordeste estabeleceu **prioridade para a interligação das capitais e dos portos dos nove Estados nordestinos**, integrando-os ainda com o Sertão e as regiões produtoras e conectando-os com o centro-sul do país e a Amazônia.

□ Prodoeste e Provale

A Região Centro-Oeste e o Vale do São Francisco são objetos de programas especiais de investimentos, instituídos pelo governo.

Esse sistema viário, ao lado de outros investimentos de infraestrutura na região, trará inestimáveis benefícios para a economia local do país e servirá como suporte para as rodovias Belém-Brasília, Cuiabá-Santarém e Cuiabá-Porto Velho-Manaus, destinadas à expansão de nossas fronteiras econômicas em direção à Amazônia.

□ Redes rodoviárias do Sul e Sudeste

As Regiões Sudeste e Sul apresentam-se em fases mais avançadas de desenvolvimento econômico, com razoável concentração demográfica e expressiva participação na renda nacional.

Os principais projetos em tais regiões pretendem interligar os principais polos econômicos, bem como vincular as áreas de produção aos centros de consumo e aos terminais de exportação.

Dois outros aspectos que caracterizam as inversões rodoviárias nessas áreas são:

- investimento em estradas de interesse turístico;
- aumento da capacidade de rodovias existentes.

No primeiro caso, podemos citar as rodovias: BR-227 – Paranaguá a Foz do Iguaçu; BR-101 – Natal (RN) a Osório (RS); trechos da Rio-Vitória-Salvador; e Rio-Santos.

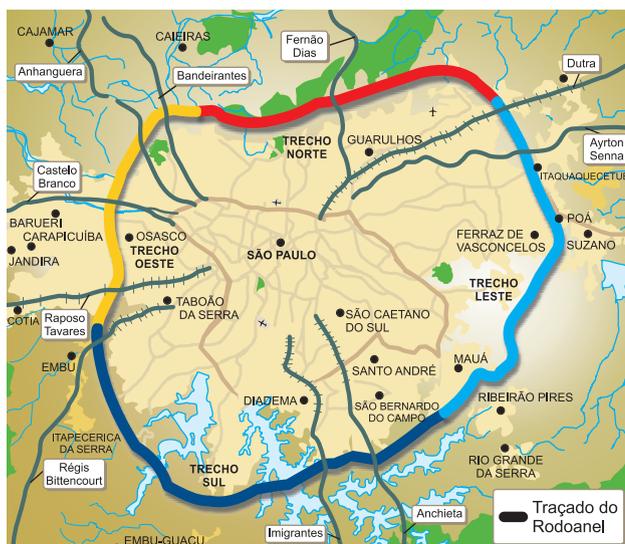
□ Rodoanel

1º: trecho do Rodoanel foi liberado ao tráfego no dia 23 de dezembro de 2001, ligando a Av. Raimundo Pereira de Magalhães à Via Anhanguera.

2º: subtrecho do Trecho Oeste do Rodoanel, o Módulo I, que liga as rodovias Régis Bittencourt e Raposo Tavares, foi entregue ao tráfego no dia 14 de abril de 2002.

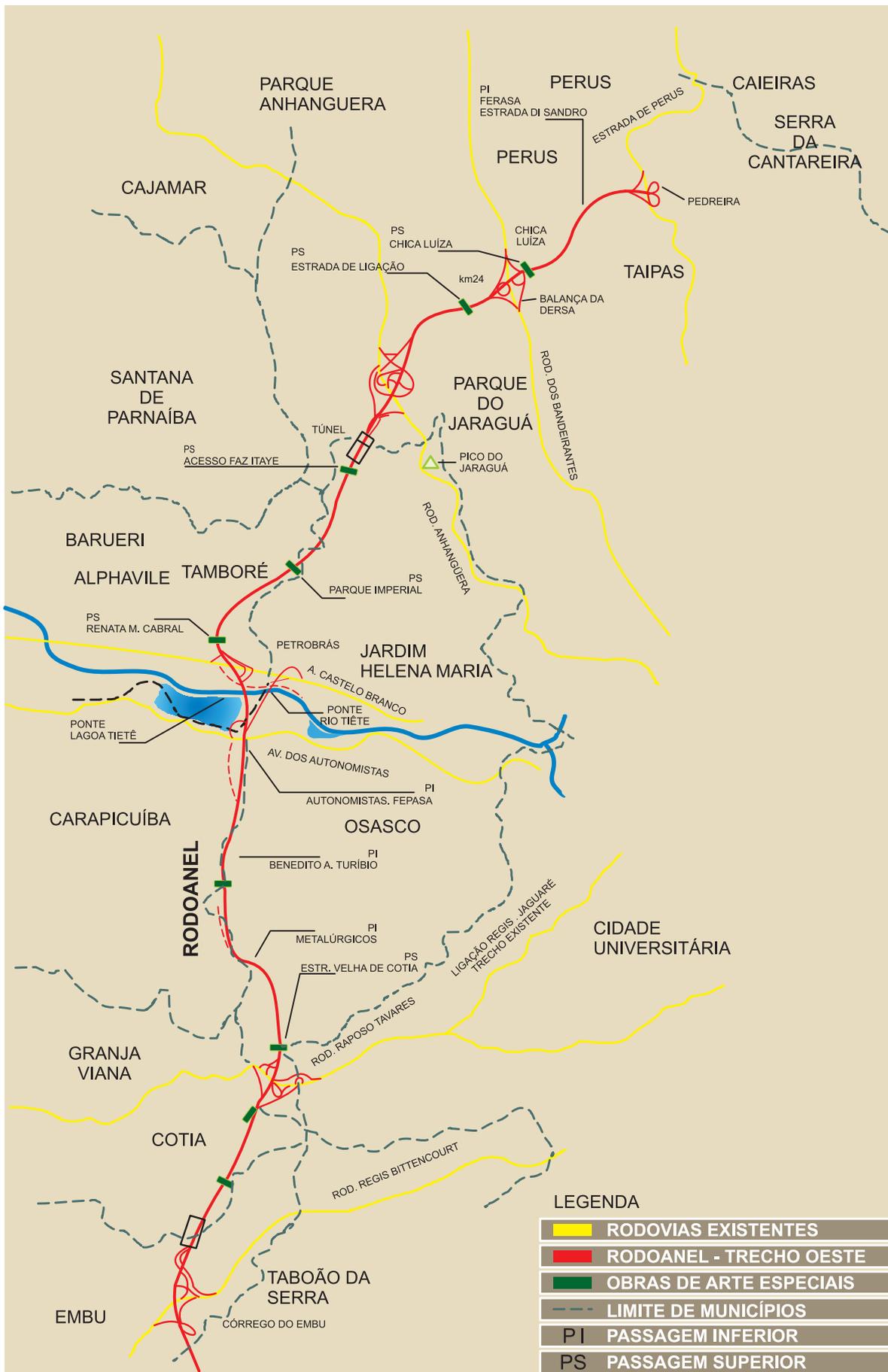
Cronograma de obras do Rodoanel Mário Covas SP-021

Trecho	Início	Previsão de término
Oeste	1999	2002
Sul	2002	2004
Leste	2004	2006
Norte	2004	2006





TRECHO OESTE DO RODOANEL DE S.PAULO



2. TRANSPORTE MARÍTIMO

Pela posição que o Brasil ocupa no Oceano Atlântico, com um perímetro costeiro de 7 400km e possuindo a economia voltada para o litoral, era de se esperar que a nossa marinha mercante fosse muito desenvolvida. Porém, tal não acontece. Em 1993, tivemos um movimento de 37 360 embarcações com um total transportado de 346 milhões de toneladas.

Essa marinha mercante precária constitui um dos pontos de estrangulamento da nossa economia.

Vários são os problemas que dificultam o desenvolvimento da marinha, entre os quais:

- embarcações velhas, em média com 44 anos de uso;
- deficiências das instalações portuárias;
- problemas tarifários;
- desorganização administrativa.

O setor de transporte marítimo conta com dois importantes órgãos:

- a Sunamam – Superintendência Nacional da Marinha Mercante, que tem como objetivo reorganizar o setor;

– o Geicon – Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval, que cuida do planejamento, da execução e renovação das embarcações.

Em parte, os problemas estão sendo resolvidos pelo Fundo Portuário Nacional.

A ampliação de estaleiros, por meio da política da Sunamam, deverá solucionar grande parte dos problemas referentes às embarcações, esperando-se que, num futuro próximo, a frota seja quase totalmente renovada.

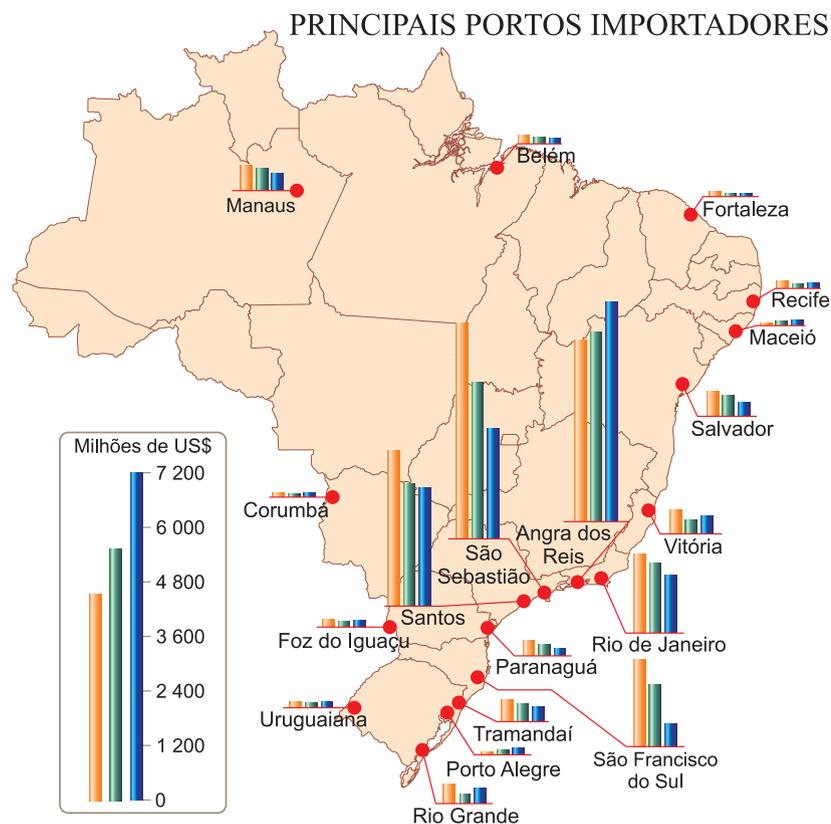
A navegação é feita sob duas modalidades:

□ Navegação de longo curso ou internacional

No Brasil, a navegação de longo curso está sendo feita pelo **Loyde Brasileiro**, com 55 embarcações, e pela **Transpetro**, que possui 69 embarcações.

A navegação de longo curso feita pelo Loyde consegue atender a uma mínima parte dos transportes marítimos nos portos brasileiros. O restante é executado por navios estrangeiros fretados, o que representa importante saída de divisas dos cofres públicos.

Quanto à Fronape, todo petróleo bruto e derivados importados são, praticamente, transportados por esta companhia.



As principais empresas de navegação de longo curso, no Brasil, são:

- Fronape – petróleo e minério de ferro;
- Loyde Brasileiro – máquinas e produtos agrícolas;
- Docenave – Vale do Rio Doce Navegação S/A – minérios.

☐ Navegação de cabotagem

É a navegação que liga os diversos portos brasileiros entre si. Essa navegação só pode ser feita por **navios nacionais, segundo dispositivos constitucionais**. Porém, em razão das deficiências da nossa marinha mercante, mais de 50% da tonelagem é transportada por embarcações estrangeiras.

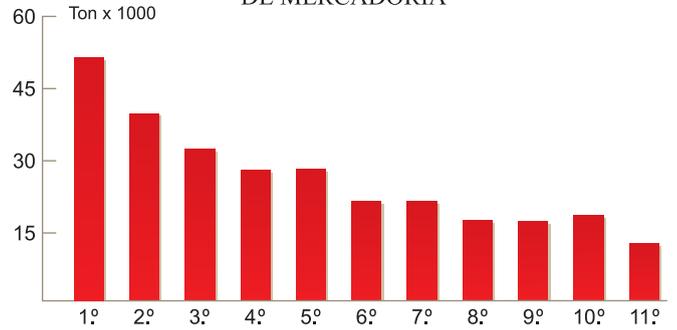
Entre as principais companhias que exploram esse tipo de navegação, temos:

- Loyde – Companhia Costeira de Navegação;
- Aliança – Companhia Baiana de Navegação;
- Companhia Paulista de Navegação.

☐ Portos

Em grande parte, como já dissemos, as deficiências apresentadas pela nossa marinha mercante devem-se às instalações portuárias, que são precárias. Dentre os diversos portos marítimos e fluviais, dois podem ser considerados de primeira categoria: Santos e Rio de Janeiro.

PRINCIPAIS PORTOS DO BRASIL EM MOVIMENTO GERAL DE MERCADORIA

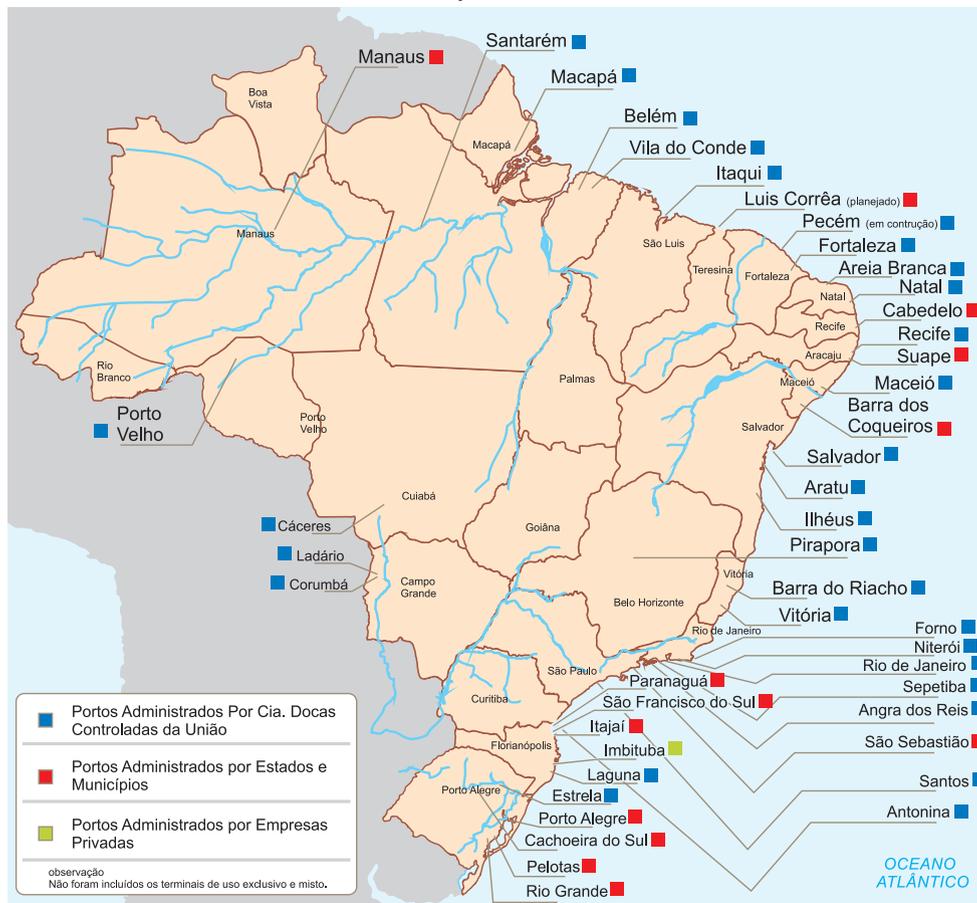


- 1º Tubarão (ES)
- 2º Itaqui (MA)
- 3º S. Sebastião (SP)
- 4º Santos (SP)
- 5º Sepetiba (RJ)
- 6º Angra dos Reis (RJ)
- 7º Rio de Janeiro (RJ)
- 8º Paranaguá (PR)
- 9º Praia Mole (ES)
- 10º Aratu (BA)
- 11º Rio Grande (RS)

Entre os principais portos e suas especialidades, podemos destacar:

- **Porto de Santana**, junto a Macapá, no Amapá – minério de manganês;
- **Porto de Areia Branca** (RN) – sal marinho;
- **Porto de Malhado**, em Ilhéus (BA) – cacau;
- **Porto de Sepetiba** (RJ) – minério de ferro;

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA





- Porto de Itajaí (SC)** – pescado;
- Porto de S. Sebastião (SP)** – petróleo;
- Porto de S. Francisco do Sul (SC)** – madeira;
- Porto de Maceió (AL)** – açúcar e petróleo;
- S. Luís – Itaqui (MA)** – ferro de Carajás (PA).

O complexo portuário-industrial de Itaguaí (ex-Sepe-tiba) (RJ), inaugurado em maio de 1982, receberá de início **carvão metalúrgico** e **energético**, destinados ao parque siderúrgico da Região Sudeste. Deverá estar capacitado, também, para a futura movimentação de minério de ferro destinado à exportação, desafogando o movimento desses produtos no porto do Rio de Janeiro.

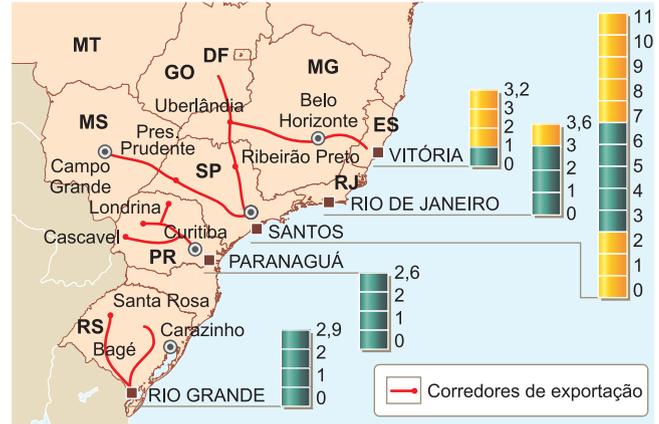
Sepetiba estará destinado à movimentação de gra-néis e insumos básicos industriais, enquanto o porto do Rio de Janeiro será restrito ao manuseio de cargas mais nobres.

O porto de Itaguaí vai articular-se com a Ferrovia do Aço, através da malha rodoviária existente, passando por Japeri e Volta Redonda, o que tornará possível o escoamento do minério de ferro de Minas Gerais. E, através de Itutinga, fará a conexão com a malha ferro-viária do Centro-Oeste, permitindo a futura exportação por Sepetiba da produção agrícola do Cerrado (GO, MG).

OS MAIORES PORTOS EM CARGA (EM TONELAGEM)

Portos	Carga movimentada em mil toneladas
Tubarão (ES)	52 502
Itaqui (MA)	39 678
São Sebastião (SP)	32 772
Santos (SP)	29 111
Sepetiba (RJ)	28 756

MAIORES PORTOS EXPORTADORES DO BRASIL
1990 (bilhões de dólares)



Corredor de exportação

Foi estabelecido, por intermédio do Ministério dos Transportes, o programa de corredores de exportação que, melhorando a infraestruturá viária, desde áreas de produção até certos portos selecionados, visa à redu-ção dos custos dos transportes de bens destinados à exportação.

BRASIL – CORREDORES DE EXPORTAÇÃO



Pretende-se interligar Cuiabá (MT) com as malhas ferroviárias existentes no Triângulo Mineiro e São Paulo, alcançar Porto Velho (RO), onde começa a navegação do Rio Madeira, e Santarém (PA), onde integra-se à navegação de longo curso pelo Rio Amazonas. Em Aparecida do Taboado (MS), interligar-se-á com a hidrovia Tietê-Paraná, servindo de alternativa para se atingir os principais mercados do Sul do País. Abre a possibilidade de escoamento da produção do Centro-Oeste pelos portos de Santos (SP) e Sepetiba (RJ). É um projeto de longo prazo, estritamente privado, não acarretando ônus para a União.

Bacia do Prata

Compreende a navegação feita no Rio Paraguai (no trecho brasileiro), Rio Paraná e em alguns afluentes.

A navegação é controlada pelo Serviço de Navegação da Bacia do Prata (oficial). A esse órgão pertence a Estrada de Ferro Mate-Laranjeira, que liga Guara a Porto Mendes, com 68km de extensão (praticamente em abandono).



TERMINAIS HIDROVIÁRIOS

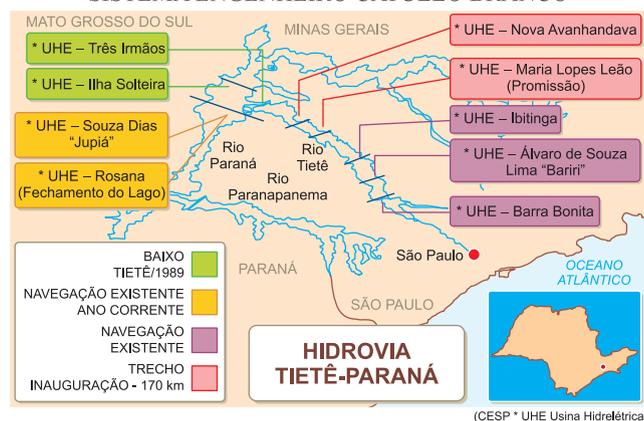




Cumprir destacar que o transporte do Rio Paraguai é um dos mais importantes do Brasil, pelo valor da carga que por ele é transportada: minérios (ferro e manganês provenientes do Maciço do Urucum), gado, madeira, arroz, cimento, trigo e derivados de petróleo para importação. Seus principais portos no Brasil são Corumbá e Ladário.

O Rio Paraná tem seu trecho navegável no Brasil no seu alto curso, na divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul, com 1.500km. Transporta trigo, soja, gado e madeira, e seus portos principais são Presidente Epitácio, Panorama e Guaiara.

SISTEMA ENGENHEIRO CATULLO BRANCO



(CESP*UHE: Usina Hidroelétrica)

❑ **Bacia do São Francisco**

Constituída pelo Rio São Francisco, desde Juazeiro (BA) até Pirapora (MG), e alguns afluentes. A navegação é controlada pela Codevasf.

A articulação do São Francisco ao litoral é feita pela Estrada de Ferro Central do Brasil, de Pirapora ao Rio de Janeiro, e pela Viação Férrea Leste Brasileiro, de Juazeiro a Salvador.

A navegação é facilitada pela Barragem de Três Marias e Comporta de Sobradinho.

❑ **Outras bacias**

De importância restrita, destacam-se os rios Jacuí (RS) e Doce (MG).

O Rio Tietê tem seu trecho navegável entre Ibitinga, passando por Barra Bonita, e o Rio Paraná.

4. TRANSPORTE AÉREO

O desenvolvimento do transporte aéreo foi grande desde a década de 20, graças à grande extensão do Brasil e à fundação da Varig (Viação Aérea Rio-Grandense), em 1927.

Nos **dias atuais**, o **Brasil** coloca-se entre os **grandes países** neste setor, sendo várias as empresas nacionais e internacionais que exploram esse tipo de transporte.

Entre os fatores que permitem o desenvolvimento da aviação comercial, temos:

1. grande extensão territorial;

2. condições climáticas favoráveis;
3. relevo de baixa altitude e aplainado;
4. ausência de outros tipos de transporte capazes de ligar as diferentes áreas do país.

Em 1969, foi criada a Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica), com sede em São José dos Campos (SP). Nessa área, funcionam, como um conjunto, o CTA (Centro Técnico Aeroespacial), o ITA (Instituto Técnico de Aeronáutica), o IPD (Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento) e o IAA (Instituto de Atividades Aeroespaciais).

Com a finalidade de implantar, administrar e explorar a infraestrutura aeroportuária do Brasil, foi criada, em 1972, a Infraero (Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária).

Atualmente, estão sendo produzidos, no Brasil, vários tipos de aviões.

A frota nacional é composta por muitas unidades de grande porte (Boeing 747, DC 10, 737 e Airbus).

As empresas nacionais mais importantes que atuam com linhas de voos domésticos e internacionais são: Gol, TAM e outras.

Os principais aeroportos do Brasil são:

- Congonhas – São Paulo (SP); André Franco Montoro – Guarulhos (SP); Viracopos – Campinas (SP); Galeão – Rio de Janeiro (RJ); Santos Dumont – Rio de Janeiro (RJ); Dep. Luís Eduardo Magalhães – Salvador (BA); Brasília – Distrito Federal (DF); Pampulha – Belo Horizonte (MG); Guararapes – Recife (PE); Salgado Filho – Porto Alegre (RS); Afonso Pena – Curitiba (PR); Eduardo Gomes – Manaus (AM); Val-de-Cães – Belém (PA); Pinto Martins – Fortaleza (CE); Marechal Cunha Machado – São Luís (MA).

Dentre os problemas da aviação, podem ser citados:

- elevado custo operacional; baixo índice de produtividade; sucessivos aumentos das tarifas e preços dos combustíveis; necessidade de maior número de linhas de tráfego aéreo.



(Atlas Geográfico, FAE, p. 30)



REDES DE TRANSPORTE

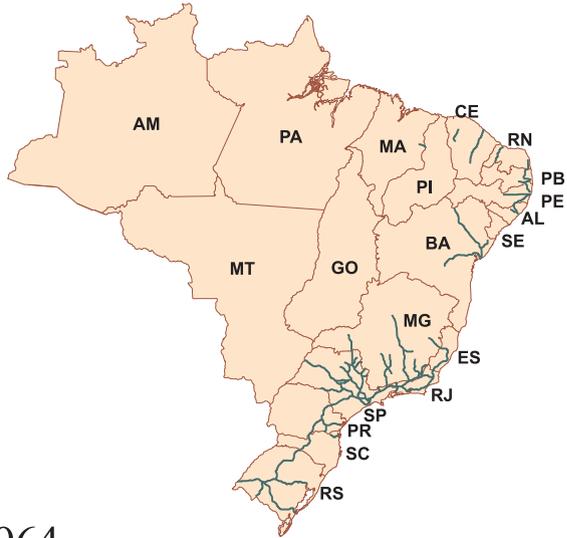




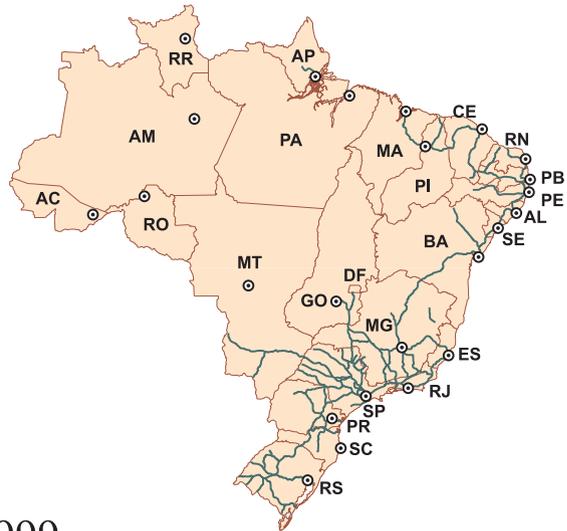
EVOLUÇÃO DAS REDES FERROVIÁRIA E RODOVIÁRIA

REDE FERROVIÁRIA

1910



1964

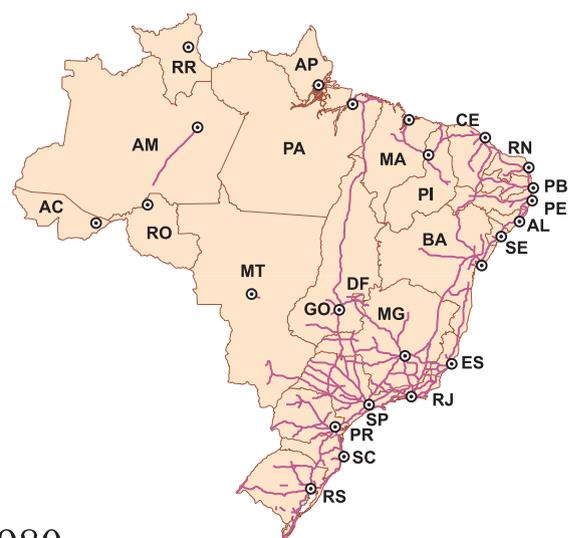


1999

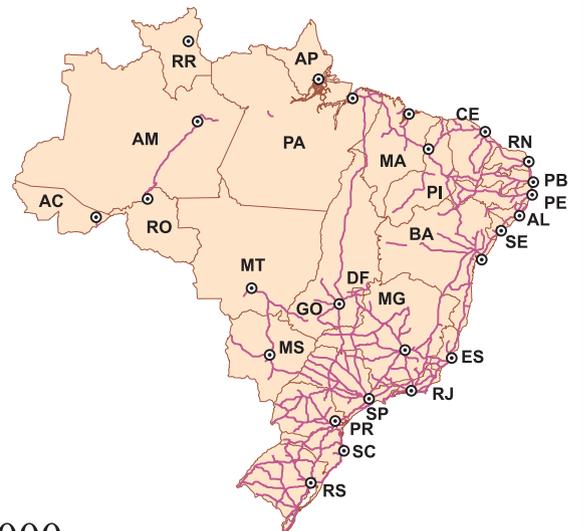


ESTRADAS PAVIMENTADAS

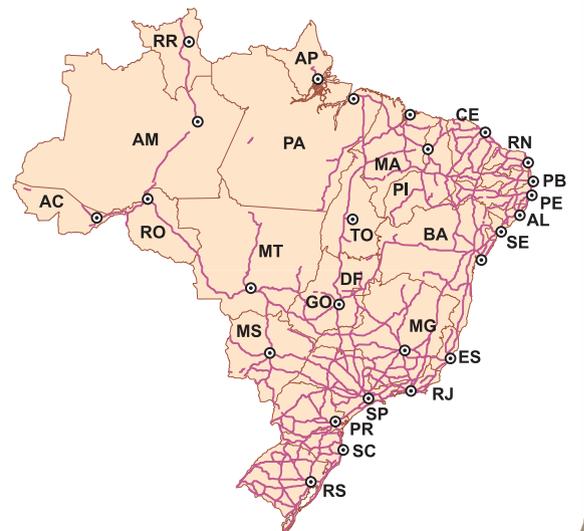
1973



1980



2000





❑ Histórico

A evolução do nosso comércio externo pode ser dividida, grosso modo, em **quatro etapas**, mais ou menos distintas:

A **primeira** vai, praticamente, da descoberta do Brasil **até 1808**, quando houve a **abertura dos portos**. Neste período, o comércio externo brasileiro era monopolizado pela metrópole, sendo esta atividade exercida pelas companhias que recebiam privilégios do reino.

As exportações brasileiras eram representadas por: açúcar, ouro, pedras preciosas e o fumo, em menor intensidade.

As importações consistiam em gêneros alimentícios e manufaturados.

Este monopólio se tornou mais caracterizado após a aplicação do "Pacto Colonial".

A partir de 1808, com a abertura dos portos, o Brasil entrou no regime de LIVRE-CAMBISMO, que foi até 1844, iniciando-se o segundo período, quando, apesar das vantagens tarifárias obtidas pela Inglaterra pelo Tratado de 1810 (de comércio e navegação), de forma geral, o comércio externo sofreu regular desenvolvimento.

Em 1844, foi instituída a tarifa Alves Branco, entrando o país num regime protecionista. Foi estabelecida em 30% a tarifa alfandegária para todos os produtos e todos os países.

O estabelecimento da taxa alfandegária, em nível elevado, diminuiu a concorrência de produtos estrangeiros, possibilitando, dessa forma, um ligeiro desenvolvimento das indústrias internas.

Neste período, o café torna-se o produto básico da economia brasileira, atingindo 75% do valor das exportações, por volta de 1900. Ao lado deste produto, aparecem: algodão, cacau, borracha e açúcar.

Quanto às importações, não houve substancial modificação do quadro anterior, embora as importações de alguns produtos manufaturados tivessem diminuído relativamente.

No **início da República**, o governo, por meio de Rui Barbosa, passou a permitir a emissão de títulos resgatáveis, por parte dos bancos particulares. Esta medida foi tomada pelo fato de o meio circulante ser deficitário, em consequência do próprio desenvolvimento econômico e por ter havido alteração na relação de trabalho com a abolição da escravatura.

Esta crise provocou a saída de capitais estrangeiros do Brasil, ao mesmo tempo que o nosso comércio externo sofre abalo causado pela inflação.

A partir de 1900, foi então estabelecida a tarifa Joaquim Murinho, que vigorou **até 1934**.

Durante esse período, houve duas anormalidades no comércio externo; a primeira, causada pela 1ª Guerra Mundial, e que acarretou a diminuição das

importações; a segunda, causada pela crise da bolsa de Nova York.

Até o início da Segunda Guerra Mundial, a exportação do país permaneceu modesta, apesar da evolução industrial que se verifica. Contudo, as importações de manufaturas foram diversificando-se.

Durante a Segunda Guerra, houve violenta restrição de importação no Brasil, uma vez que as indústrias dos países beligerantes estavam empenhadas em produzir armamentos. Mas, não havendo restrição das exportações com a mesma intensidade, o país viu a sua capacidade de exportação cada vez maior.

Porém, finda a guerra, houve forte importação de equipamentos, para substituir os antigos ou os de segunda mão, que vinham sendo utilizados, o que esgotou rapidamente a nossa capacidade de importação.

Devido a este fato e ao desenvolvimento crescente das áreas de influências comerciais, no plano mundial, entramos, a seguir, na fase de acordos comerciais, por meio dos quais deveriam surgir vantagens.

A partir de 1945, profundas modificações ocorreram no comércio internacional.

Em consequência de vários fatores (2ª Guerra Mundial, desenvolvimento dos meios de transporte e comunicações, independência dos países africanos), os países subdesenvolvidos ativaram as suas exportações, na tentativa de minorar os problemas econômicos internos.

Ocorre, porém, que, em geral, os subdesenvolvidos possuem natureza climática semelhante, produzindo, portanto, os mesmos produtos agrícolas de exportação, tornando bastante intensa a concorrência desses no mercado de consumo mundial.

Por outro lado, o mercado de consumo torna-se inelástico, sofrendo lenta evolução.

Esses fatores tendem a manter os preços dos produtos primários agrícolas em níveis bastante baixos.

Ora, como as exportações brasileiras eram constituídas por esses produtos em grande parte, naturalmente as receitas de exportações baixavam, enquanto as nossas importações subiam devido à necessidade de industrializar o país (matéria-prima, equipamentos, máquinas etc.).

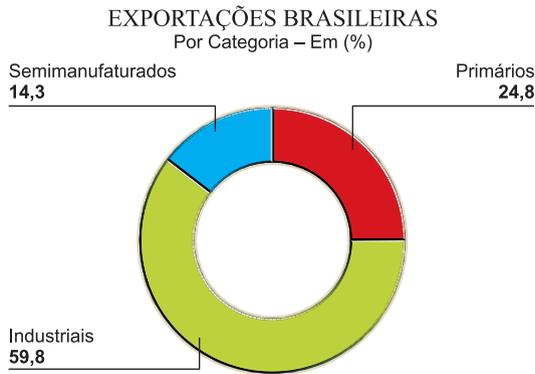
Em vista desta alteração no comércio internacional, o Brasil lentamente modificou também o seu comércio externo, aumentando sensivelmente as exportações a partir de 2002.

Em 1960, foi criada a **ALALC** (Associação Latino-Americana de Livre Comércio), com sede em Montevideo, na tentativa de solucionar os problemas relacionados ao comércio dos países-membros, que são: Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai, Chile, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e México. Em agosto de 1980, a Alalc foi extinta e substituída pela **Aladi**

(Associação Latino-Americana de Integração).

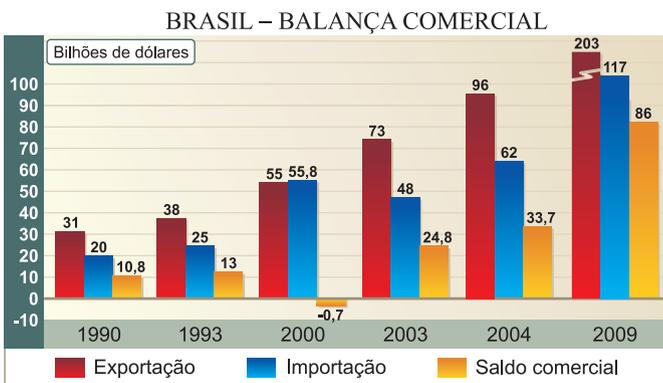
No entanto, vários problemas dificultaram a realização satisfatória do comércio nesta área, como a falta de Marinha Mercante dos países-membros para defender o seu comércio, em detrimento da Associação.

Na década de 60, o Brasil emvidou esforços para depender cada vez menos das exportações de produtos primários agrícolas, incentivando, por outro lado, vendas de manufaturados e minérios (ferro, manganês etc.).



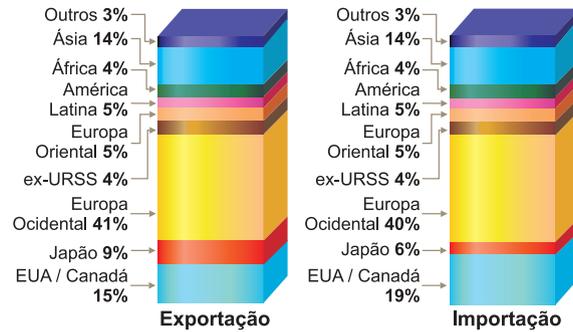
Quanto às importações, vão sofrendo modificações, na medida em que o país sofre um rápido processo de industrialização.

Em 1995, ativou-se o comércio, com a criação do **Mercosul**, com os países Argentina, Paraguai e Uruguai.



Secex – 2004

COMÉRCIO MUNDIAL
Participação por Região (%)

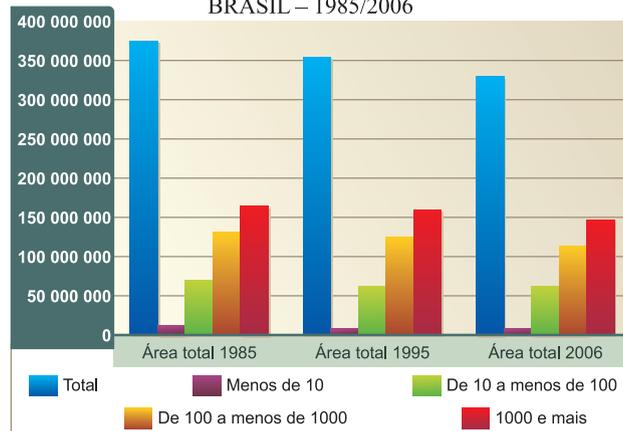


2. A DÍVIDA EXTERNA

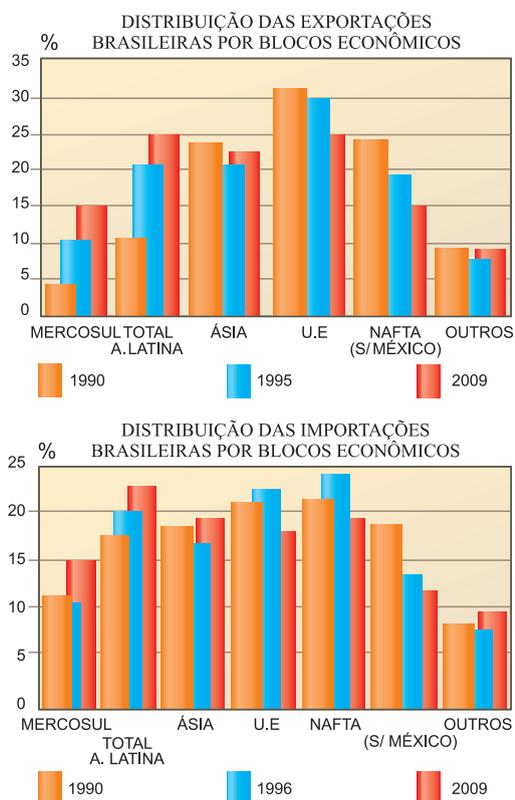
A evolução da dívida externa brasileira está cada vez mais relacionada à política de exportações e à administração da Balança Comercial.

Contraída nos anos 50 para promover o desenvolvimento brasileiro durante o governo de JK, a dívida apresentou um enorme crescimento a partir dos anos 70, por causa de dois motivos: primeiro, o encarecimento do preço do petróleo, devido às crises do Oriente Médio, e, segundo, devido a mais empréstimos contraídos para promover o desenvolvimento de infraestrutura, como a construção de estradas, redes de água e esgotos, construção de hidroelétricas, metrô etc. A alta de juros causada pela procura internacional de capitais provocou um avultamento da dívida, que tornou impraticável o pagamento de juros em 1982.

DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, SEGUNDO OS ESTRATOS DE ÁREA BRASIL – 1985/2006



Para conseguir gerar recursos para honrar os pagamentos, o governo brasileiro estabeleceu uma política de exportações, diminuindo os custos dos impostos de produtos exportados, reduzindo o custo da produção e a procura interna de produtos pela redução de salários, desvalorizando a moeda nacional para atrair compradores. Como resultado, entre 1982 e 1994, o Brasil gerou superavits que giraram em torno de 10 bilhões de dólares anuais, com o propósito de pagar a dívida, ao mesmo tempo em que procurava renegociá-la.



A renegociação da dívida foi um processo difícil, devido ao fato de o Brasil, durante o governo Sarney, negar-se, em determinados momentos, a pagar os juros (moratória unilateral) e, por outro lado, ao grande número de credores que o Brasil possuía, de diversos tipos (privados e oficiais). A renegociação, iniciada em 1990 (com intermediação do FMI), foi finalizada em 1994, quando, então, parte da dívida foi abatida, outra parte transformada em papéis, e o saldo restante a ser pago em 30 anos, a partir daquela data.

Com a estabilização da moeda melhorando a capacidade de compra do consumidor interno e a política de afrouxamento dos impostos de importação, o Brasil passou, a partir de 1994, a importar mais do que importava, o que gerou déficits na nossa Balança Comercial. Isso expõe o país novamente ao endividamento externo acelerado que pode fragilizá-lo em face do movimento de capitais financeiros internacional.

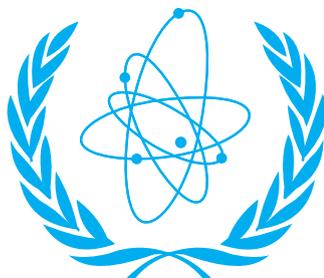
MÓDULO 30

Participação do Brasil em Organismos Internacionais

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS QUE O BRASIL INTEGRA

☐ A I E A - Agência Internacional de Energia Atômica

Centro mundial de cooperação na área da energia nuclear, estabelecida em 1957, constituído por países membros das Nações Unidas, com finalidade de promover o desenvolvimento pacífico, e seguro da tecnologia nuclear.



AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA

Sediada em Viena, Áustria, possui escritórios regionais em Genebra, Suíça; Nova York, Estados Unidos; Toronto, Canadá e em Tóquio, Japão; centros de pesquisa e laboratórios em Viena e Seibersdorf, Áustria; Mônaco; e Trieste, Itália.

O secretariado da AIEA é composto por 2200 indivíduos de diversas áreas, de 90 países membros. Suas missões são dirigidas segundo o interesse de seus membros, priorizando a segurança, a ciência e a tecnologia.

☐ ALADI - Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração



Associação Latino-Americana de Integração

A ALADI foi criada em 1980, dando continuidade ao projeto de integração regional da América Latina, estabelecido pela ALALC em 1960, visando promover a expansão econômica e a integração da região, com o objetivo de

promover o desenvolvimento econômico e social integrado, além da criação de um mercado comum, numa etapa mais avançada de complementação econômica.

Formada por três órgãos políticos: o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, a Conferência de Avaliação e Convergência e o Comitê de Representantes.

Países-membros originários da ALADI, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e a Venezuela. Aderiram posteriormente: Cuba, 1988.

A Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Integração – ALADI foi instituída pelo Tratado de Montevideu, em 12/08/80, para dar continuidade ao processo de integração econômica iniciado em 1960 pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC. Este processo visa à implantação, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano, caracterizado principalmente pela adoção de preferências tarifárias e pela eliminação de restrições não tarifárias.

Países-membros: Argentina, Colômbia, Paraguai, Bolívia, Cuba, Peru, Brasil, Equador, Uruguai, Chile, México e Venezuela.

❑ **BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento**



Criado em 1959 visando a cooperação técnica para projetos de desenvolvimento regional latino-americano. Os programas e instrumentos do BID foram tão efetivos que se converteram em modelo para a criação de outras instituições multilaterais de desenvolvimento regional e sub-regional. O BID é atualmente o maior de todos os bancos de desenvolvimento regional, e constitui a maior fonte de desenvolvimento de projetos de desenvolvimento da América Latina e Caribe.

Seus membros originais são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos.

Seus membros originais são: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai, Venezuela e Estados Unidos.

Atuais membros: Argentina, El Salvador, Noruega, Alemanha, Eslovênia, Países Baixos, Áustria, Espanha, Panamá, Bahamas, Estados Unidos, Paraguai, Barbados, Finlândia, Peru, Bélgica, França, Portugal, Belize, Guatemala, Suécia, Bolívia, Guiana, Suíça, Brasil, Haiti, Suriname, Canadá, Honduras, Trinidad y Tobago, Chile, Israel, Reino Unido, Colômbia, Itália, República Dominicana, Costa Rica, Jamaica, Uruguai, Croácia, Japão, Venezuela, Dinamarca, México, Equador, Nicarágua. Cuba não ratificou o convênio constitutivo do Banco, e os estatutos que deram origem à instituição.

❑ **ALCA – Área do Livre Comércio das Américas FTAA – Free Trading America Area**

Iniciativa para a criação da ALCA surge com a Cúpula das Américas, realizada em dezembro de 1994 em Miami, Estados Unidos. Chefes de Estado e de Governo de 34 países do continente americano decidiram então criar a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), na qual serão eliminadas progressivamente as barreiras ao comércio e ao investimento. Eles acordaram que as negociações referentes a esse acordo serão

concluídas até o ano 2005.

Durante a fase preparatória (1994-1998), os ministros responsáveis por Comércio estabeleceram doze grupos de trabalho para identificar e examinar as medidas relacionadas com o comércio em suas respectivas áreas com vistas a definir os possíveis enfoques das negociações. Quatro reuniões ministeriais foram realizadas nesta fase preparatória: a primeira, em junho de 1995, em Denver, Estados Unidos; a segunda, em março de 1996, em Cartagena, Colômbia; a terceira, em maio de 1997, em Belo Horizonte, Brasil; e a quarta, em março de 1998, em São José, Costa Rica.

Na Declaração de São José, os Ministros estabeleceram a estrutura das negociações, acordaram os princípios e os objetivos gerais para orientar as negociações e recomendaram aos Chefes de Estado e de Governo que iniciassem as negociações formais sobre a ALCA.

As negociações da ALCA foram oficialmente lançadas em abril de 1998 na Segunda Cúpula das Américas, em Santiago, Chile. Os Chefes de Estado e de Governo participantes desse evento estabeleceram que o processo de negociações da ALCA seria equilibrado, amplo e congruente com a OMC e constituiria um compromisso único. Também concordaram que o processo de negociação seria transparente e levaria em conta as diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias das Américas a fim de facilitar a plena participação de todos os países. Além disso, acordaram que as negociações deveriam visar a contribuir para elevar os níveis de vida, melhorar as condições de trabalho dos povos das Américas e proteger melhor o meio ambiente.

Finalmente, definiram a estrutura sob a qual seriam conduzidas as negociações.

A ALCA conta com o apoio Técnico e Analítico: o Comitê Tripartite é constituído pelas seguintes instituições: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização dos Estados Americanos (OEA) e Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).



Os membros da ALCA são: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

❑ Banco Mundial



Fundado em 1944, o Grupo do Banco Mundial tem por missão combater a pobreza.

Tem 184 membros, é sediado em Washington e tem escritórios em mais de 100 países com mais de 10 000 funcionários. O Banco Mundial é provedor de assistência para o desenvolvimento concedendo empréstimos.

concedendo empréstimos.

O Banco Mundial desenvolve projetos em mais de 100 economias em desenvolvimento, sobretudo subdesenvolvidos. São objetivos do Banco Mundial: investimentos, desenvolvimento social, proteção ao meio ambiente, apoio ao setor privado, promoção do desenvolvimento, além de promover reformas a fim de promover a estabilidade econômica.

❑ Cúpula Ibero-Americana

Constituída por 21 países: Portugal, Espanha e todos os países latino-americanos, que totalizam uma população de pouco mais de 489 milhões de habitantes e uma área de 21 352 017 km², a Conferência Ibero-Americana constitui foro político sobre temas de interesse comum, tendo por base o compromisso com os princípios da democracia representativa e com respeito aos direitos humanos, às liberdades fundamentais e à autodeterminação dos povos.

O mecanismo nasceu em Guadalajara, México, em 1991, no âmbito dos preparativos para a celebração do V Centenário da Descoberta das Américas, e tem como elemento comum a identidade cultural entre os povos latino-americanos e ibéricos.

No âmbito da VIII Reunião de Cúpula da Conferência Ibero-Americana (Porto, 1998) foi aprovada a criação de uma Secretaria de Cooperação, com sede em Madri, cujos objetivos são: contribuir para a consolidação da Comunidade Ibero-americana de Nações sobre a base dos valores compartilhados; contribuir para o desenvolvimento da cooperação e aproximação e interação dos atores da cooperação ibero-americana; fortalecimento das características especificamente ibero-americanas.

Esses objetivos articulam-se em torno dos seguintes eixos: difusão das línguas e das culturas comuns; interação das sociedades e aprofundamento do conhecimento mútuo; fortalecimento das instituições.

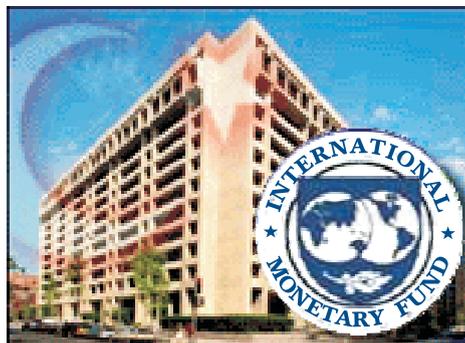


❑ FMI – Fundo Monetário Internacional

O FMI foi criado a partir do Tratado Bretton-Woods, em 1945, e é uma organização internacional composta

por 184 membros, cujo objetivo é a promoção de uma cooperação monetária internacional, a estabilidade cambial, a assistência financeira e técnica temporária no auxílio ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Por se tratar de uma organização que, na prática, visa assegurar a integridade do sistema financeiro e o manejo adequado do serviço das dívidas externas, a ação do FMI é comumente criticada por economistas de esquerda, pois visa o equilíbrio financeiro, que, em



países em crise, implica em menores investimentos em áreas sociais, redução de salários e aumento da carga tributária e dos impostos.

❑ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. Criada em 17 de Julho de 1996, a organização tem como objetivos gerais: o alinhamento político-diplomático entre seus estados membros; cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.



A sede da CPLP está em Lisboa, Portugal. Os estados membros da CPLP são, por ordem alfabética: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- Igualdade soberana dos estados membros;
- Não ingerência nos assuntos internos de cada estado;
- Respeito pela sua identidade nacional;
- Reciprocidade de tratamento;
- Primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social;
- Respeito pela sua integridade territorial;
- Promoção do desenvolvimento;
- Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

❑ Grupo do Rio



O Mecanismo Permanente de Consulta e Integração Política – Grupo do Rio (GRIO) – foi criado em 1986, no Rio de Janeiro. Dele fazem parte Argentina, Bolí-

via, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Venezuela, Uruguai e um representante da Comunidade do Caribe/CARICOM. A partir da Cúpula de Cartagena (junho de 2000) Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e República Dominicana participam do GRIO como membros plenos e individuais, e não mais sob a forma de representação rotativa como vinha ocorrendo até então.

O Grupo do Rio é um mecanismo singularmente dotado para consultas políticas no mais alto nível, com grande maleabilidade de procedimentos e um grau mínimo de institucionalização. Tem sido um importante instrumento na contenção de processos que colocam em risco a ordem democrática. Além disso, tornou-se um foro privilegiado de integração de posições latino-americanas e caribenhas em questões regionais e internacionais.

Por participar ativamente das discussões sobre os grandes temas da agenda internacional, o Grupo do Rio tem sido reconhecido como interlocutor legítimo e confiável de outros países, tais como Canadá, Japão e Índia, e de outras associações de países, como a União Europeia.

Na Declaração do Rio de Janeiro, em 1986, foram fixados os principais objetivos desse mecanismo: ampliar e sistematizar a cooperação política entre os governos dos países membros; examinar questões internacionais que sejam de interesse e concertar posições comuns em relação às mesmas; promover o melhor funcionamento e a coordenação dos organismos latino-americanos de cooperação e integração; apresentar soluções próprias aos problemas e conflitos que afetam a região; impulsionar iniciativas e ações destinadas a melhorar, por meio do diálogo e da cooperação, as relações interamericanas; explorar conjuntamente novos campos de cooperação que favoreçam o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico.

❑ G-77



O G-77 foi criado em junho de 1964 por setenta e sete países não desenvolvidos.

Originalmente um Fórum Ministerial, a organização gradualmente foi sendo ampliada até se transformar na maior organização de países do Terceiro Mundo integrante na ONU, que buscavam defender interesses econômicos coletivos,

através da promoção da cooperação técnica e econômica.

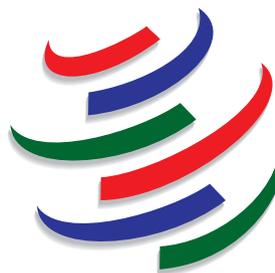
❑ Interpol



Criada para promover a segurança internacional e o combate integrado ao crime.

A **Interpol** dá suporte às autoridades de segurança nacionais prevendo, reprimindo e monitorando atividades criminosas, através da cooperação internacional, da coordenação de ações e da troca de informações.

❑ OMC - Organização Mundial do Comércio



WTO OMC

A OMC ocupa-se das regras de funcionamento e de dinamização do comércio internacional. Os acordos da OMC foram assinados pela maioria das potências comerciais, ratificados por seus parlamentos. Sua finalidade é auxiliar a circulação de mercadorias e serviços, otimizando as atividades ligadas às im-

portações e às exportações.

A OMC foi criada em 1993 em substituição ao GATT (Acordo Geral de Comércio e Preços).

❑ ONU - Organização das Nações Unidas



❑ SELA - Sistema Econômico Latino-Americano

O SELA é um organismo regional intergovernamental, com sede em Caracas, Venezuela, composto por 27 países da América Latina. Criado em 1975 com o estabelecimento do Convênio Constitutivo do Panamá, formado atualmente por: Panamá, Venezuela, México, Cuba, Guiana, Equador, Peru, Brasil, Granada, Jamaica, República Dominicana, Barbados, Trinidad y Tobago, Bolívia, Honduras, Nicarágua, Guatemala, Argentina, Costa Rica, Uruguai, Haiti, Chile, Colômbia, Suriname, Paraguai, Belize e Bahamas.

Seus objetivos são: promover um sistema de consulta e coordenação para alinhar posições e estratégias comuns para o desenvolvimento da América Latina.



❑ TCA - Tratado de Cooperação Amazônica

Firmado em julho de 1978, o Tratado de Cooperação Amazônica é um relevante instrumento multilateral para promover a cooperação entre os países amazônicos – Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – em favor do desenvolvimento sustentável da região.

❑ Tratado da Bacia do Prata

Estabelecido em 1969, com o objetivo de permitir o desenvolvimento harmônico e equilibrado, assim como o ótimo aproveitamento dos grandes recursos naturais da região, e assegurar sua preservação para as gerações futuras através da utilização racional dos aludidos recursos. O tratado ainda visa: a) à facilitação e assistência em matéria de navegação; b) à utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos-d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo; c) à preservação e ao fomento da vida animal e vegetal; d) ao aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações; e) à complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia; f) à complementação econômica de áreas limítrofes; g) à cooperação mútua em matéria de educação, saúde e luta contra enfermidades; h) à promoção de outros projetos de interesse comum e em especial daqueles que se relacionem com o inventário, avaliação e aproveitamento dos recursos naturais da área; i) ao conhecimento integral da Bacia do Prata.

❑ OPANAL / Tratado de Tlatelcolco



Organismo intergovernamental criado pelo Tratado de Tlatelcolco, para assegurar o cumprimento das obrigações nele firmadas. O Tratado de Tlatelcolco foi firmado em fevereiro de 1967, e entrou em vigor em 1969, visando: assegurar a ausência de armas nucleares em sua zona de influência; contribuir para a

não proliferação de armas nucleares, promover o desarme geral e completo dos países signatários, vetar o trânsito e a troca de artefatos e técnicas nucleares e fins militares.

Seus signatários são: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Kitts e Nevis, São Vicente e Granadinas, Santa Lucia, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

❑ OEA - Organização dos Estados Americanos

A OEA foi criada pela IX Conferência Internacional de Estados Americanos, realizada em Bogotá, maio de 1948. Como um dos mais antigos organismos regionais do mundo, a OEA atravessou um século em busca de soluções para os principais problemas do continente, mostrando notável capacidade não só de adaptação à conjuntura histórica, mas até mesmo de inovação. Encontra-se atualmente em processo de revitalização, marcado por novas perspectivas de atuação, ao lado de novos desafios. A partir da década de 90, a ênfase no fortalecimento da democracia marcou os trabalhos da Organização, ocorrendo, ao mesmo tempo, uma atualização de sua agenda política, resultante do novo quadro internacional. Assim, a OEA passou a atuar mais intensamente em áreas de interesse de seus Estados-membros, tais como o comércio e integração, controle de entorpecentes, repressão ao terrorismo, corrupção, lavagem de dinheiro e preservação do meio-ambiente.

São atualmente em número de 35 os Estados-membros da OEA: Antigua e Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba (cujo Governo está suspenso desde 1962), Dominica, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, São Cristóvão e Nevis, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela. Em 2005 foi eleito José Miguel Insulga, ministro do interior do Chile como secretário-geral da OEA.



A OEA atua nas seguintes principais áreas: fortalecimento da democracia; segurança hemisférica; construção da paz; promoção e defesa dos direitos humanos; estímulo ao comércio entre as nações; combate às drogas; preservação do meio ambiente; combate ao terrorismo; incentivo à probidade administrativa e cooperação para o desenvolvimento.

❑ Mercosul



A criação do Mercosul surgiu, inicialmente, como zona de livre comércio, estimulada pela liberalização tarifária gradual, linear e automática acordada por seus quatro Estados Partes (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai). O segundo passo foi estabelecer os primeiros contornos da União Aduaneira, com a entrada em vigor em 10 de janeiro de 1995 da Tarifa Externa Comum (TEC).

O Tratado de Assunção, firmado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991, é o instrumento jurídico fundamental do Mercosul. Como resultado da utilização dos instrumentos previstos no Tratado, cerca de 95% do comércio intra-Mercosul realiza-se atualmente livre de barreiras tarifárias, condição que deve alcançar a totalidade do comércio intra-regional até o ano 2000. A Tarifa Externa Comum (TEC) encontra-se definida para praticamente todo o universo tarifário do Mercosul, tendo sido implementada em grande parte a partir de 10 de janeiro de 1995. Até 2006, quando termina o período de convergência ascendente ou descendente das tarifas nacionais que ainda se encontram em regime de exceção, a TEC estará implementada para a totalidade do universo tarifário.

A configuração atual do Mercosul encontra seu marco institucional no Protocolo de Ouro Preto, assinado pelos quatro países em dezembro de 1994.

O Mercosul é hoje uma realidade econômica de dimensões continentais. Somando uma área total de pouco menos de 12 milhões de quilômetros quadrados, o que corresponde a mais de quatro vezes a União Europeia, o Mercosul representa um mercado potencial de 200 milhões de habitantes e um PIB acumulado de mais de 1 Trilhão de dólares, o que o coloca entre as quatro maiores economias do mundo, logo atrás do Nafta, União Europeia e Japão.

O Mercosul é hoje um dos principais polos de atração de investimentos do mundo. As razões para este sucesso não são poucas: o Mercosul é ao mesmo tempo um das maiores economias mundiais e uma das principais reservas de recursos naturais do planeta. Suas reservas de energia estão entre as mais importantes, em especial as de minério e as hidroelétricas.

O Mercosul é um global trader e, como tal, tem todo o interesse em manter um relacionamento externo amplo e variado. Seus quatro países membros têm se preocupado constantemente em manter uma inserção comercial global. Destacam-se: a) a negociação de acordos de livre comércio entre o Mercosul e os demais membros da Aladi; b) a implementação do Acordo-Quadro Inter-regional de Cooperação Econômica e Comercial, firmado em dezembro de 1995 entre o Mercosul e a União Europeia; c) a coordenação de posições no âmbito das negociações com vistas à formação da Área Hemisférica de Livre Comércio.

Seus membros são: efetivos: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, membros associados: Bolívia e Chile.



UNASUL – União das Nações Sul-Americanas: zona de livre comércio continental, estabelecida em 2004 com a Declaração de Cuzco, que integra Mercosul e Comunidade Andina, além do Chile, Guiana e Suriname. Com sede em Quito, Equador, Caracas, será a sede do Banco do Sul e Cochabamba, na Bolívia, a sede de seu Parlamento.

ALBA – Aliança Bolivariana para os povos da nossa América: é uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia de integração social, política e econômica entre os países da América Latina e Caribe.



1. AMÉRICA ANDINA

- Composta por 6 países:
Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Chile e Bolívia.
- Relevo dominado pela Cordilheira dos Andes, de formação recente e sujeito a terremotos e vulcanismo, com as maiores altitudes da América.
- Clima influenciado pela altitude: em corte vertical da cordilheira poderemos encontrar, da base para o topo, todos os tipos de clima e vegetação.
- População de origem mestiça (brancos e índios – incas); negros no Peru e Colômbia. População jovem, com alta natalidade e mortalidade, predominantemente rural, mas com grande êxodo.
- Economia baseada na monoprodução; reduzida industrialização.

Principais bases econômicas:

Venezuela: petróleo (OPEP).

Equador: petróleo; frutas tropicais.

Colômbia: café.

Peru: pescado; algodão, Fe, Zn, Ag, Pb.

Bolívia: estanho e gás natural.

Chile: cobre, salitre e frutas.

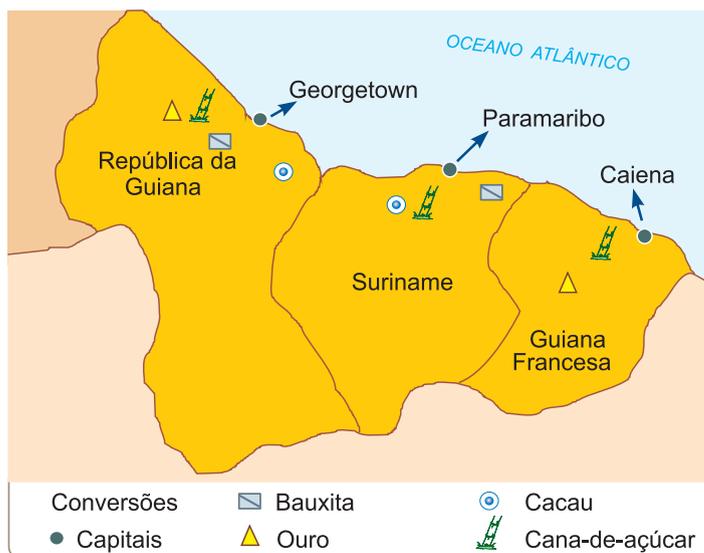
2. GUIANAS

República da Guiana (ex-posseção inglesa)

Suriname (ex-posseção holandesa)

Guiana Francesa (território da França)

- Planícies litorâneas, interior com planaltos.
- Clima tropical úmido, mata tropical.
- População composta por elementos vindos de outras colônias, poucos brancos.
- Economia precária, baseada em minérios e produtos tropicais.





UNASUL – União de Nações Sul-Americanas: zona de livre comércio continental, estabelecida em 2004 com a Declaração de Cuzco, que integra Mercosul e Comunidade Andina, além do Chile, Guiana e Suriname. Com sede em Quito, Equador, Carajás, será a sede do Banco do Sul e

Cochabamba, na Bolívia, a sede de seu Parlamento.

ALBA – Aliança Boliviana para os Povos da Nossa América: é uma plataforma de cooperação internacional baseada na ideia da integração social, política e econômica entre os países da América Latina e do Caribe.

MÓDULO 26

América Platina e Mercosul



AMÉRICA PLATINA

É composta por três países: Argentina, Uruguai e Paraguai.

O elemento comum entre esses três países é a presença da Bacia Platina, formada pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai.



□ Paraguai

- Área: 406 750 km².
- População absoluta: 6 100 000 de habitantes.
- Principais cidades: Assunção, Ciudad del Este, San Lorenzo.
- Predomínio de mestiços.
- População urbana: 58%.
- Crescimento vegetativo: 2,2%.

- Destaques econômicos: soja, algodão, cana e bovinos.

□ Uruguai

- Área: 176 215 km².
- População absoluta: 3 399 237 de habitantes.
- Principais cidades: Montevidéu, Salto e Paysandú.
- Predomínio de brancos.
- População urbana: 94%.
- Crescimento vegetativo: 0,65%.
- Destaques econômicos: trigo, arroz, milho, bovinos e ovinos.

□ Argentina

- Área: 2 780 400 km².
- População absoluta: 39 745 613 de habitantes.
- Principais cidades: Buenos Aires, Córdoba, Rosário e La Plata.
- Predomínio de brancos.
- População urbana: 93%.
- Crescimento vegetativo: 1,18%.



Destaques Econômicos: cereais, bovinos, ovinos, cana, algodão, vinicultura, petróleo, carvão, oliveiras, indústria mecânica, têxtil e alimentícia.



MERCOSUL

A efetiva integração dos países do Cone Sul da América teve início com a assinatura do Tratado de Assunção, de 26/03/1991.

O **Mercosul**, bloco econômico que vigora desde 1.º de janeiro de 1995, estabeleceu uma zona de livre comércio entre seus países membros, que são Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. O estabelecimento deste acordo multilateral não se constitui um lance da diplomacia econômica de seus integrantes, mas resulta de um amplo e retrospecto processo de aproximação, que se intensificou com o advento do processo de globalização, que por sua vez se intensificou com o fim da Guerra Fria, mas que pode ter como concreto ponto de partida a assinatura entre o Brasil e a Argentina, em 1986, da Ata para a Integração Argentino – Brasileira. A integração Brasil-Argentina, antecedente imediato do MERCOSUL, foi impulsionada por três fatores principais:

- a) a superação das divergências geopolíticas bilaterais;
- b) a democratização política;
- c) a crise do sistema econômico internacional.



As tentativas de integração regional, na América Latina, remontam à criação da **ALALC** – Associação Latino-Americana de Livre Comércio, em 1960, sucedida pela **ALADI** – Associação Latino-Americana de Integração, em 1980.

O Tratado de Assunção, firmado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai em 1991, se constituiu o primeiro instrumento jurídico do Mercosul. Esse tratado, que garante o fim das barreiras tarifárias entre os países membros, possibilitou trocas comerciais isentas de qualquer taxa aduaneira.

A **TEC** – Tarifa Externa Comum, que varia de 0% a 20%, para todo o Mercosul, vigora desde 1.º de janeiro de 1995 e será plena até 2011.

O Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, reconhece o status jurídico de direito internacional do bloco.

A Declaração de Iguazu, de 1985, que visava à integração entre Brasil e Argentina nas áreas técnica, econômica, financeira, comercial, sobretudo visando à cooperação da utilização pacífica da energia nuclear, buscava formar um espaço econômico comum por meio da abertura seletiva dos mercados brasileiro e argentino.

Em 1988, o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento estabeleceu num prazo de dez anos um espaço econômico comum por meio da liberalização integral do comércio.

Em 1990, com a assinatura da Ata de Buenos Aires, Brasil e Argentina estabeleceram a data de 31/12/1994 para a efetivação de um mercado comum.

Neste mesmo ano, Paraguai e Uruguai são convidados a ingressar neste bloco.



A União Europeia assinou, em 1995, um acordo com o MERCOSUL, documento que abre novas e promissoras perspectivas para o crescimento comercial de ambos os lados. O MERCOSUL já celebrou acordos de livre comércio com o Chile (1996) e a Bolívia (1997), de que resultou uma ampliação do acesso de vários produtos brasileiros àqueles mercados. Ambos passaram assim a usufruir do status de países associados ao MERCOSUL sem, entretanto, se tornar membros plenos, pois não participam da união aduaneira.

A entrada da Venezuela no Mercosul deverá ser decidida pelo Paraguai em 2010, pois o Senado brasileiro já aprovou essa adesão, bem como a Argentina e o Uruguai.



1. ARGENTINA

Localização: Cone Sul do continente Americano.

Superfície: 2 780 400 km², segundo maior país da América Latina.

Divisão administrativa: 22 províncias.

Limita-se a oeste com Chile, norte com a Bolívia, e nordeste com Paraguai, Brasil e Uruguai.

Banhada pelo Oceano Atlântico e atravessada ao norte pelo Trópico de Capricórnio.



Apresenta litígio de fronteira que abrange o canal de Beagle, disputado com o Chile.

População absoluta: 39,7 milhões de habitantes.

População relativa: 19,1 hab./km².

População urbana 93%; principais cidades: Buenos Aires, Córdoba, Rosário e La Plata.

Crescimento vegetativo: 1,18% ao ano.

Expectativa de vida: mulheres 74 anos;
homens 76 anos.

Mortalidade infantil: 6,8‰.

Taxa de analfabetismo: 1%.

IDH: 0,827

PIB US\$ 325 bilhões, sendo $\left\{ \begin{array}{l} 3\% \text{ agropecuária} \\ 36\% \text{ indústria} \\ 61\% \text{ serviços} \end{array} \right.$

Crescimento do PIB: 3,5% ao ano.

Exportações: US\$ 38,4 bilhões.

Importações: US\$ 41,2 bilhões.

▣ Destaques econômicos

Trigo, milho, soja, arroz, mate e frutas.

Bovinos, ovinos.

Petróleo, carvão, gás.

Indústria: alimentícia (bebidas, carnes, laticínios), química (petroquímica), couro, mecânica (automobilística).

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS



▣ Regiões geoeconômicas



▣ Atividade agropecuária argentina

1. Pampa

Maior concentração populacional; agropecuária intensiva: trigo, milho, bovinos, ovinos; concentração industrial têxtil, alimentícia, química, metalúrgica, mecânica.



2. Mesopotâmia

Culturas de arroz, cana, erva-mate e exploração de madeira.

3. Chaco

Culturas de algodão, cana e criação extensiva de bovinos.

4. Piemonte

Vinicultura, agricultura mediterrânea; criação semi-extensiva de bovinos.

5. Patagônia

Criação extensiva de bovinos e ovinos; cultura irrigada de frutas; carvão e petróleo.

□ Mercosul

Membro fundador do Mercosul, é a maior economia da organização depois da do Brasil.

A instabilidade política e econômica argentina impede uma maior integração com o Brasil, de economia também instável.

Em 2000, com a chegada de Fernando De La Rúa à presidência do país, e do ministro Cavallo, monetarista da “escola de Chicago” e abertamente favorável à ALCA, a crise econômica entre Brasil e Argentina intensificou-se.

A adoção, por parte da nova política econômica do país, de medidas liberalizantes, dentre as quais a abertura quase sem restrições às importações, subordinando-se às determinações do FMI – Fundo Monetário Internacional –, que cedeu US\$ 40 bilhões ao país em 2000, prejudicou as exportações brasileiras, o maior parceiro do país no Mercosul.

□ A crise argentina

• A história da crise

No começo do século XX, a Argentina era uma economia forte, sobretudo graças às exportações de carne. Mas, a partir dos anos 40, a Argentina foi abalada pelo isolacionismo e, entre 1976-1982, pelo regime militar. No fim da década de 80, a inflação superava 200% ao mês.

Em 1989, Carlos Menem, que chegava ao poder, liberalizou as relações comerciais, privatizou empresas estatais e eliminou entraves burocráticos, para estimular o crescimento industrial. O fracasso inicial dessas medidas foi devido ao elevado *deficit* público argentino. O estabelecimento da paridade entre o peso argentino e o dólar aumentou a confiança dos investidores externos, proporcionando ao país a esperada estabilidade financeira, pois o vínculo entre o peso e o dólar impossibilitava os, até então frequentes, reajustes de preços.

No primeiro mandato de Carlos Menem, o crescimento econômico argentino anual atingiu a média de 8%.

Na década de 1990, a prosperidade econômica argentina era apontada como um milagre econômico,

visto que o país saía, relativamente bem, de uma grave crise econômica herdada dos anos 80, mais propriamente dos desmandos administrativos do período militar e do primeiro governo democrático, que se estabeleceu com o presidente Raul Alfonsín. O país volta a sonhar com a possibilidade de uma melhor posição no cenário político e econômico internacional.

A paridade peso-dólar, que solucionou o problema da instabilidade no período da hiperinflação, na fase da economia estável, indicava que a Argentina não tinha controle sobre sua política monetária.

A Argentina passou praticamente incólume pela crise mexicana de 1995, mas foi pega em cheio pela crise nas bolsas asiáticas em 1998. Em 1999, a desvalorização do real ampliou as exportações brasileiras para o país e retraiu o contrafluxo de produtos argentinos, pois o peso mantinha ainda a paridade com o dólar. Isso, somado à queda mundial do preço de produtos agrícolas e à recente desaceleração da economia mundial, agravou os problemas argentinos. O declínio das exportações argentinas restringiu a capacidade do país de obter moeda estrangeira para pagar a dívida argentina em dólar.

Os incentivos fiscais dados às indústrias locais impediram o governo de equilibrar seu orçamento e fizeram com que o nível de desemprego chegasse a 30%.

A crise de 2001 representou um ponto de inflexão no processo de consolidação democrática argentina: o país, cuja dívida externa quadruplicara desde 1983 até superar os 180 bilhões de dólares, entrara em *default* com os credores internacionais, as reservas do Banco Central estavam esgotadas, os bancos retinham os depósitos de seus clientes e a economia encontrava-se praticamente paralisada. A turbulência popular que provocou a renúncia do presidente De la Rúa derivou do fato de que, após mais de uma década de neoliberalismo desenfreado (a Argentina privatizara todas as suas empresas públicas a preço de banana, incluindo as reservas de gás e petróleo, e era considerada a “aluna-modelo” do ideário neoliberal), o nível de vida de cerca de 60% da população havia descido abaixo dos padrões de pobreza estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde (cerca de 20% em estado de miséria absoluta) e os índices de corrupção e criminalidade haviam alcançado níveis vertiginosos. O país que ao longo de todo o século 20 fora o mais igualitário da América Latina havia se convertido em um dos mais desiguais do mundo.

O presidente Kirchner alterou as regras do jogo neoliberal: ignorou parte da dívida externa, renegociou novos prazos e, acima de tudo, esquivou-se às pressões do Fundo Monetário Internacional, quitando o débito com a entidade. Em razão da desvalorização do peso em 300% (determinada pelo seu antecessor, Duhalde), a uma conjuntura internacional muito favorável para as *commodities* que a Argentina produz em abundância (essencialmente, produtos agropecuários e energéticos), a uma política econômica baseada

em fortes taxações dos principais produtos de exportação nas mãos das multinacionais, ao estímulo da indústria e a uma maior sensibilidade social, que melhorou as condições de vida da população (embora até agora não tenha alterado o essencial dos efeitos sociais da crise), o ‘milagre’ se produziu: desde 2003, o país cresce a uma média de 8% ao ano, goza de expressivo *superavit* fiscal e o Banco Central dispõe de reservas confortáveis. Em outubro de 2007, novas eleições presidenciais consagraram a senadora Cristina Kirchner, advogada, militante de longa data e esposa do presidente Kirchner, que se comprometera a aprofundar as mudanças.

Os produtores agropecuários anunciaram em abril de 2008, a suspensão do locaute, protestos que realizaram durante semanas, devido ao aumento de impostos aplicados às exportações de produtos agrícolas.

Anunciaram também a suspensão de piquetes nas estradas, que impediram o trânsito de caminhões que transportavam produtos agrícolas e provocaram o desabastecimento de alimentos nas principais cidades.

Em abril, outra crise foi anunciada: dura crise energética, que ameaça o país desde 2004: racionamento para as indústrias e apagões nas principais cidades. Falta comida nos supermercados, a inflação disparou para perto de 30% ao ano e há piquetes diários contra a política do governo nas ruas das principais cidades do país. O centro da crise está no campo, onde os produtores bloqueiam há 100 dias as principais rodovias em protestos contra elevação de um tributo sobre exportações agrícolas destinado a financiar a distribuição de renda em favor dos descamisados e a concessão crescente de benefícios sociais e previdenciários. O imposto sobre a exportação de grãos existe desde 1865. Mas o governo inovou ao criar por decreto, em março, uma tributação variável segundo a cotação dos alimentos exportador. Quanto mais alta é a cotação internacional das *commodities*, maior é a alíquota a que se submetem os exportadores.

(Revista Veja, junho de 2008)

2. CHILE

• Uma breve cronologia da política e da economia chilena

Em setembro de 1973, as forças armadas chilenas, apoiadas pelos Estados Unidos, deram um golpe de Estado, depondo e assassinando o presidente Allende, e impondo ao país uma ditadura chefiada pelo general Augusto Pinochet, e com isso houve a mais longa interrupção democrática da história do país, provocando uma mudança profunda na estrutura econômica, particularmente no setor exportador, elevando a competitividade internacional da economia.

Mediante um plebiscito, em 1988, os cidadãos chilenos rejeitaram a prolongação do regime do general Augusto Pinochet, dando início à transição à democracia. Nas eleições presidenciais de 1989, triunfou am-

plamente Patricio Aylwin, candidato da opositora Concentração de Partidos pela Democracia.

Ao assumir seu mandato, o presidente Aylwin restituiu o regime democrático. O modelo econômico incorporou fortemente a variável social: o crescimento com equidade. Nas eleições de dezembro de 1993, foi eleito presidente da República Eduardo Frei Ruiz Tagle, com 57,9% dos votos, assumindo o poder em 1994.

Em 2000, Ricardo Lagos Escobar é eleito presidente, com 51,32% dos votos.

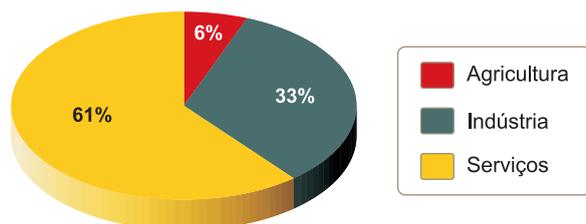
No início de 2006, Michelle Bachelet, a ministra da Defesa no governo de Lagos, foi eleita presidente com 53,5% dos votos.

Em maio de 2006, cerca de 600 mil estudantes entraram em greve por melhorias no ensino público do país, o que causou queda de popularidade de Bachelet. Em junho de 2007, estudantes secundaristas ocuparam 651 colégios públicos, dando início à Revolta dos Pinguins – o nome é uma referência ao uniforme, como gravata, dos estudantes.



❑ Dados sobre a economia chilena

O Chile tem uma PNB de US\$185,1 bilhões, com crescimento médio anual de 1%. Sua renda *per capita* equivale a US\$ 12.400.



Exportações: US\$15,6 bilhões.

Commodities: cobre, peixe, frutas, papel, produtos químicos.

União Europeia 27%, EUA 16%, Mercosul 15%, Japão 14%.

Importações: US\$13,9 bilhões.

Motores, veículos, combustíveis, eletrônicos, máquinas pesadas. EUA 24%, União Europeia 23%, Mercosul 17%, Japão 16%.

Deficit na Balança Comercial: US\$ 39 bilhões.

3. VENEZUELA

A derrota no referendo popular em dezembro de 2007 foi um dos mais duros golpes políticos contra Hugo Chávez, que pretendia com a reforma constitucional, começar a implementar o seu “socialismo do século 21” na Venezuela.

A mudança no conceito de propriedade – pública, social, coletiva, mista e privada – havia sido incluída no projeto de reforma constitucional que foi rejeitado em dezembro.

Agora, o governo venezuelano pretende colocá-la em vigor por meio da Lei Habitante, dispositivo legal que permite ao presidente Chávez legislar por decreto por 18 meses.

Inflação, criminalidade em alta, corrupção e escassez de produtos agravam a situação do país.

4. BOLÍVIA

Nos últimos meses, cresce a rivalidade entre as duas grandes regiões em que podemos dividir o país:

- 1) a **planície** a leste, conhecida como “meia lua”, onde estão os departamentos mais ricos de Santa Cruz, Tarija, Beni e Pando. Na planície, a maioria da população é branca ou mestiça. Nela se encontram quase todas as reservas de gás e petróleo. Os dirigentes dos departamentos comandam a oposição ao governo Evo Morales e reivindicam autonomia política.
- 2) o **altiplano**, a zona de planaltos e das montanhas no oeste do país, onde se concentra a maioria da população, predominantemente indígena e mais pobre.

Os eleitores do Departamento de Tarija foram às urnas em 22/06/2008 para votar sobre o estatuto de

autonomia com relação a La Paz e consolidar um bloco de quatro regiões – Santa Cruz, Beni, Pando e Tarija – que apoiam a descentralização. O sim venceu com mais de 80% dos votos. O estatuto de governo autônomo outorga à região mais controle sobre os ganhos obtidos com a exportação de gás natural. A região de Tarija concentra 85% das reservas de gás do país. O governo do país classificou de inconstitucionais os referendos, que aprofundam a polarização política e regional do país.



5. PARAGUAI

O presidente eleito em 2008, Fernando Lugo, prometeu aos eleitores a revisão do Tratado de Itaipu, assinado por Brasília e Assunção, em 1973.

Pelo Tratado, a propriedade da usina hidrelétrica construída pelo Brasil no rio Paraná, é dividida entre o Brasil e o Paraguai. A energia gerada também é dividida entre os dois.

Mas enquanto, o Brasil utiliza toda sua cota (20% do consumo total de energia elétrica no Brasil), o Paraguai utiliza apenas 5% do que tem direito, quantia suficiente para suprir 95% de sua demanda total. O restante, nos termos do Tratado, tem que ser vendido ao Brasil.

Com a renda da venda do excedente de energia, o Paraguai amortiza a sua parte nos empréstimos tomados pelo Brasil para a construção da usina binacional.

Lugo prometeu elevar o valor pago pelo Brasil ou encontrar outros compradores para o excedente de Itaipu.

Hoje, os *royalties*, lucros e dividendos obtidos pelo Paraguai através de Itaipu representam cerca de 4% do seu PIB.

O governo brasileiro apresentou ao Paraguai um conjunto de acordos de cooperação, um programa de obras de infraestrutura para estimular o agronegócio e a industrialização no Paraguai e a promessa de investimentos de empresas brasileiras que usam muita energia elétrica, abrindo novas perspectivas para a economia paraguaia.

Da oferta brasileira ao Paraguai estão três grandes obras: (1) a construção de uma linha de transmissão de energia de Itaipu até Assunção. (2) Trecho ferroviário entre Cascavel e Foz de Iguaçu, que fará parte da futura ligação entre o Porto do Paranaguá (PR) e a de Autofagasta (Chile). (3) Construção de entreporto franco, que permitirá o escoamento, pela hidrovía do rio Uruguai, de parte da soja produzida no Mato Grosso do Sul e em fazendas paraguaias.

6. COLÔMBIA

A **OEA** (Organização dos Estados Americanos) aprovou em março de 2008 um acordo entre o Equador e Colômbia para reduzir a tensão entre os dois países. Segundo o acordo, a Colômbia admite ter violado a soberania e integridade territorial do Equador e os princípios do direito internacional por invadir o território equatoriano durante o ataque contra um acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). 2008 é o ano em que vários líderes e guerrilheiros das FARC morreram e o enfraquecimento e a quebra de coesão do movimento terrorista está levando ao fim as FARC.

Em julho de 2008 foram resgatados 15 reféns políticos das FARC, entre os quais a ex-candidata a presidente Ingrid Betancourt, enfraquecendo ainda mais o grupo guerrilheiro, obrigando-o a repensar sua estratégia militar e política.

7. BANCO DO SUL

Em dezembro de 2007 foi assinada a Ata de Constituição do **Banco do Sul**, em Buenos Aires, encabeçada por Argentina, Bolívia, Brasil, Equador, Paraguai e Venezuela.

O Banco do Sul, novo organismo multilateral criado em junho de 2008 para financiar projetos de desenvolvimento na América do Sul, terá capital inicial de US\$ 10 bilhões, podendo chegar a até US\$ 20 bilhões. Brasil, Argentina e Venezuela contribuirão com US\$ 2 bilhões cada, e os demais países, com um valor menor. Embora o aporte seja diferente, todos os países terão o mesmo poder nas decisões.

Segundo o ministro da Economia argentino, Carlos Fernández, o Banco do Sul está em fase final de estruturação. Ele se reuniu com o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, e representantes da Bolívia, do Paraguai, do Uruguai e da Venezuela. Os ministros participam na segunda, em San Miguel de Tucumán, na Argentina, da reunião de cúpula do Mercosul.

"O sistema de governo e administração do Banco do Sul, por sua forma igualitária e democrática, representa uma inovação sem precedentes nos organismos multilaterais de crédito", afirmaram os países, em nota.

Idealizado pelo presidente da Venezuela, Hugo Chávez, o banco deve conceder financiamentos aos

países membros em condições e juros mais favoráveis do que o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

□ Unasul

Em maio de 2008 foi criada a Unasul (União das Nações Sul-Americanas) que visa aprofundar a integração entre os países da América do Sul. São 360 milhões de habitantes e um PIB de US\$ 2,5 trilhões. Trata-se de um importante passo para melhorar a negociação dos produtos sul-americanos no mercado internacional.

□ IIRSA

Desde de 2000, quando foi criada, a Iniciativa de Integração da infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), um megaprojeto que engloba transportes, energia e comunicações, tem implementado uma estratégia que viabiliza a inserção da América do Sul na economia globalizada de modo absolutamente coerente com a lógica neoliberal. A região é encarada como fornecedora de produtos agrícolas, matérias-primas e recursos energéticos para os centros dinâmicos do capitalismo.

O objetivo da IIRSA é "promover o desenvolvimento da infraestrutura com base em uma visão regional, procurando a integração física dos países da América do Sul e a conquista de um padrão de desenvolvimento territorial equitativo e sustentável". A iniciativa prevê a execução de 348 obras em vinte anos.

Os críticos chamam a atenção, logo de saída, para o flagrante descaso com relação aos efeitos nefastos sobre as comunidades ribeirinhas, os indígenas e os camponeses das regiões onde se situam as obras.

Na Amazônia brasileira, que tem seu território incluído em quatro dos "eixos de integração", a influência das obras se estenderá por 2,5 milhões de hectares, atingindo 107 terras indígenas, cujos residentes representam 22% da população indígena brasileira. Outras 484 áreas prioritárias para a conservação de biodiversidade também seriam afetadas.

Os "eixos" são, na essência, corredores destinados a facilitar a exportação de bens primários para os mercados dos países desenvolvidos.

□ Os dez eixos da IIRSA

1. Eixo Andino (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru, Bolívia): integração energética, com destaque para a construção de gasodutos.

2. Eixo de Capricórnio (norte do Chile e da Argentina, Paraguai, sul do Brasil): integração energética, incorporação de novas terras à agricultura de exportação, biocombustíveis.



3. Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil): criação de uma rede eficiente de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação.

4. Eixo do Sul (sul do Chile/Talcahuano e Concepción, e da Argentina/ Neuquén e Bahía Blanca): exploração do turismo e dos recursos energéticos (gás e petróleo).

5. Eixo Interoceânico Central (Sudeste brasileiro, Paraguai, Bolívia, norte do Chile, sul do Peru): rede de transportes para exportar produtos agrícolas brasileiros e minerais bolivianos pelo Pacífico

6. Eixo Mercosul-Chile (Brasil, Argentina, Uruguai,

Chile): integração energética, com ênfase nos gasodutos e na construção de hidrelétricas.

7. Eixo Peru-Bolívia-Brasil: redirecionamento do fluxo das exportações agrícolas brasileira para o Pacífico.

8. Eixo da Hidrovia Paraguai-Paraná (sul e sudoeste do Brasil, Uruguai, Argentina, Paraguai): integração dos transportes fluviais, incremento na oferta de energia hidrelétrica.

9. Eixo do Escudo Guiano (Venezuela, Guiana, Suriname, extremo-norte do Brasil): aperfeiçoamento da rede rodoviária.

10. Eixo Andino do Sul (região andina da fronteira Chile-Argentina): turismo, rede de transportes.

MÓDULO 27

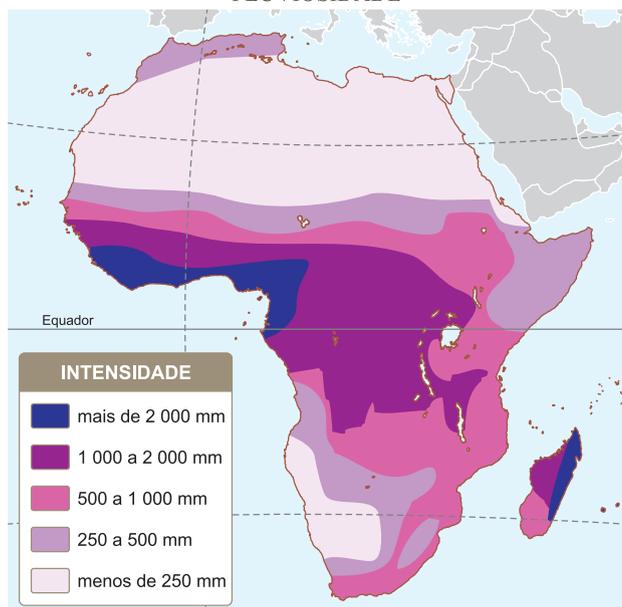
África: Aspectos Naturais



1. CLIMA

Por sua posição geográfica, cortada pelos dois **trópicos**, a África é dominada por **climas quentes**. Em geral, as temperaturas do mês mais frio não descem a menos de 10°C, e, por toda parte, o mês mais quente apresenta sempre mais de 20°C. Nos desertos, a temperatura chega a mais de 50°C.

PLUVIOSIDADE



Na **distribuição das chuvas**, o continente africano apresenta grande variedade. Em algumas regiões as chuvas são abundantes, mas em outras são extremamente escassas.

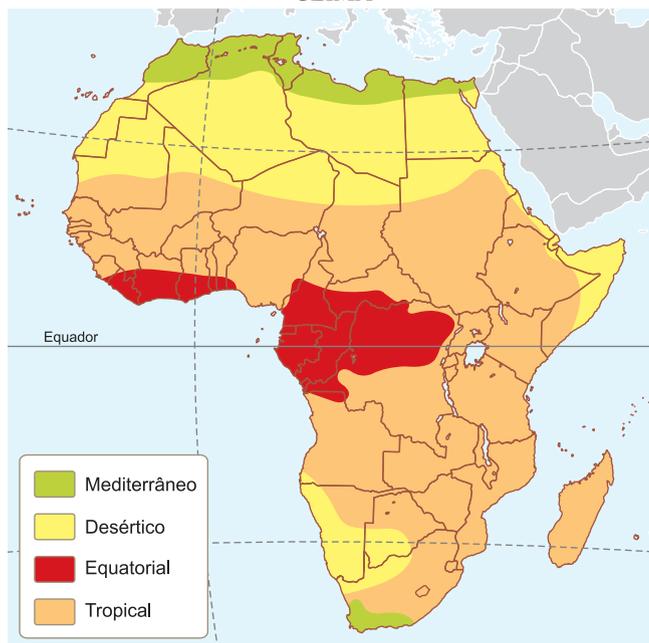
Há uma África úmida, bem diferenciada. Na região equatorial e na costa do Golfo da Guiné existe a zona de calmarias, que produz chuvas de convecção: chove em abundância quase diariamente. Em regiões mais afastadas dessa zona, as precipitações diminuem e aparece um período sensivelmente menos chuvoso em certos meses do ano, que corresponde aos meses

menos quentes: é o regime de climas tropicais úmidos propriamente dito.

Em contraposição à anterior, há uma África seca. Nas latitudes tropicais sopram os ventos alíseos; como consequência, a estação seca prolonga-se por quase todo o ano, e as chuvas, bem raras, são muito irregulares. Já nas suas extremidades norte e sul, o continente torna-se mais úmido. Aí os ventos do oeste provocam chuvas que se concentram nos meses de inverno, caracterizando climas mediterrâneos.

A diferenciação do clima se faz, de uma maneira geral, acompanhando o sentido dos paralelos. De norte a sul encontramos:

CLIMA



☐ Clima equatorial

Com chuvas abundantes durante o ano todo, sem estação fria. Corresponde às áreas próximas ao Equador, Congo, Quênia etc.



☐ **Clima tropical**

Com chuvas durante o verão e secas no inverno. Médias térmicas anuais elevadas, aparecendo nas áreas entre os desertos e o clima equatorial.

☐ **Clima desértico quente**

Nos desertos Saara e Calaari.

☐ **Clima subtropical**

Nos extremos norte e sul da África, em latitudes médias e nas elevadas altitudes. No extremo norte da África, o clima subtropical pode ser chamado mediterrâneo, em função de acentuadas influências do Mar Mediterrâneo.

Na porção meridional do domínio do Saara, e em menor proporção em seu extremo noroeste, há um processo natural de desertificação que é acelerado pela apropriação do solo, sem a preocupação com sua conservação: é o Sahel, que se estende praticamente da porção ocidental do continente até o chifre africano.



2. VEGETAÇÃO

As paisagens vegetais na África distribuem-se de um lado e de outro da linha do Equador, de acordo com a distribuição das chuvas: a zona equatorial, quente, muito úmida, com uma floresta densa e alta; a zona tropical, úmida, mas com estação seca bem marcada e vegetação de savana; por fim, encontram-se as estepes e os desertos.

☐ **Florestas da África úmida**

Uma floresta densa cobre toda a Bacia do Congo e as regiões costeiras do Golfo da Guiné. Compreende centenas de espécies, muitas delas de madeira de lei. Também a fachada costeira da África Oriental é ocupada por densa floresta, cuja riqueza **vegetal é**

comparável à da Amazônia. Entretanto, sob o húmus da floresta, os solos em geral são muito pobres e esgotam-se facilmente quando cultivados.

☐ **As savanas**

As savanas estendem-se de um lado a outro da Floresta Equatorial, na faixa tropical, mas também predominam nos planaltos e na região dos grandes lagos africanos.

Os solos são pobres e em grandes extensões prejudicados por lateritas (a laterita é uma crosta estéril que se forma na superfície do solo nas regiões tropicais).

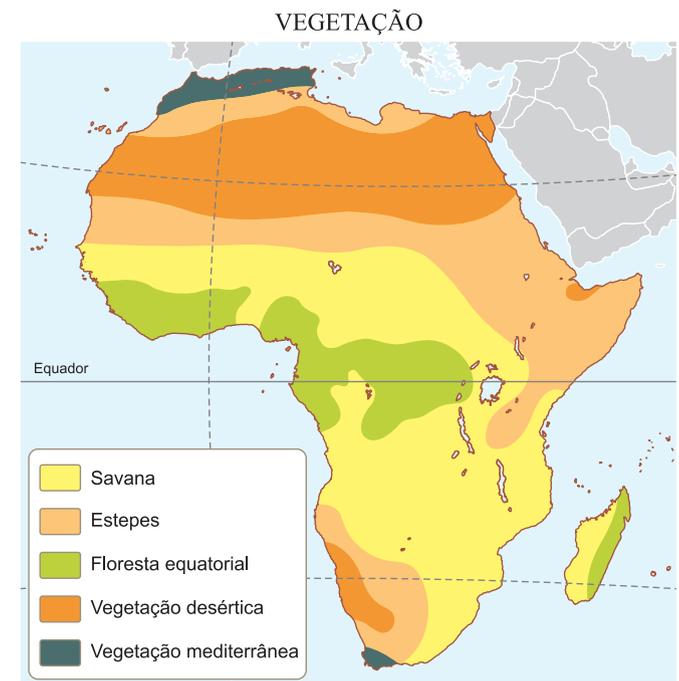
Nas savanas vivem grandes mamíferos como a girafa, a zebra e o elefante, além de outros de menor porte.

☐ **As estepes e os desertos**

As estepes predominam nas margens da savana, entre esta e o deserto, numa faixa que se estende do Atlântico ao Mar Vermelho. Os desertos abrangem as áreas onde as chuvas são inferiores a 250mm. Onde existe alguma umidade, uma vegetação rasteira e de folhas grossas cresce em tufos e recobre os leitos secos dos rios intermitentes. No Deserto de Calaari, entre blocos de rochas, cresce uma vegetação xerófila.

☐ **Vegetação mediterrânea**

Carvalhos, coníferas, mangues no extremo norte, no litoral do Mediterrâneo (maquis e garrigue).



1. ÁFRICA – DA COLONIZAÇÃO À INDEPENDÊNCIA

A parte **setentrional** do continente africano, depois de **períodos de grande desenvolvimento**, especialmente com a civilização egípcia, as presenças grega, fenícia e romana, e também a expansão árabe, permaneceu como que adormecida durante séculos, tendo sido, especialmente no interior, descoberta ou redescoberta pelos europeus.

A **África ao sul do Saara**, por sua vez, isolada do mundo mediterrâneo pelo deserto, só pôde ser **devassada e explorada pelo europeu a partir do último quartel do século XIX**, graças ao instrumento de relações representado pelo mar.

❑ Colonização europeia

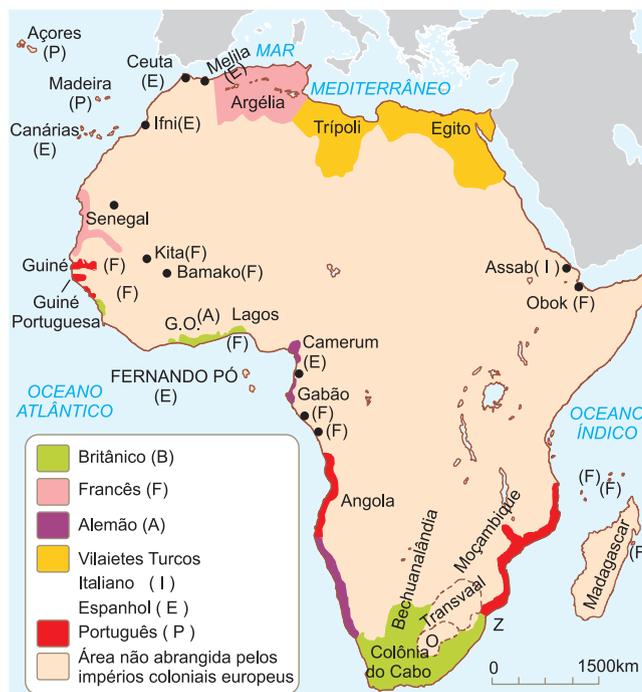
A partir de meados do século passado, as atividades de exploradores e cientistas europeus no continente despertaram a atenção das potências da Europa para essa parte da Terra, anteriormente apenas tocada perifericamente por portugueses, espanhóis e outros. O continente, em pouco tempo, foi como que repartido entre alguns Estados europeus, partilha esta praticamente sancionada internacionalmente pelo Congresso de Berlim de 1885.

A colonização europeia, que não se havia afastado muito do litoral, começou a avançar em toda parte rumo ao interior. Os **ingleses** bombardearam Alexandria e ocuparam o Egito em 1882.

Três anos depois, tropas **italianas** estabeleceram uma colônia na **Eritreia**, região da Abissínia, e em seguida Somália, Marrocos, Tunísia, Argélia, Mauritânia, Mali e Gabão passaram a pertencer à **França**. Desde 1885 os belgas colonizavam o que chamaram de República Livre do Congo: em 1907 a região foi oficialmente anexada como colônia da **Bélgica**. Camarões e Togo eram protetorados dos **alemães** e passaram à administração francesa mais tarde.

Durante as quatro primeiras décadas do século passado, a África apresentou-se como um continente colonial — verdadeiro quintal da Europa —, pois suas terras se encontravam repartidas praticamente na sua totalidade por alguns Estados europeus.

ÁFRICA POLÍTICA EM 1884



Ao findar a Segunda Guerra Mundial (1939–1945), no continente africano existiam tão somente quatro Estados independentes: Libéria, Etiópia, Egito e União Sul-Africana. Na prática, entretanto, todo o continente era colonial.

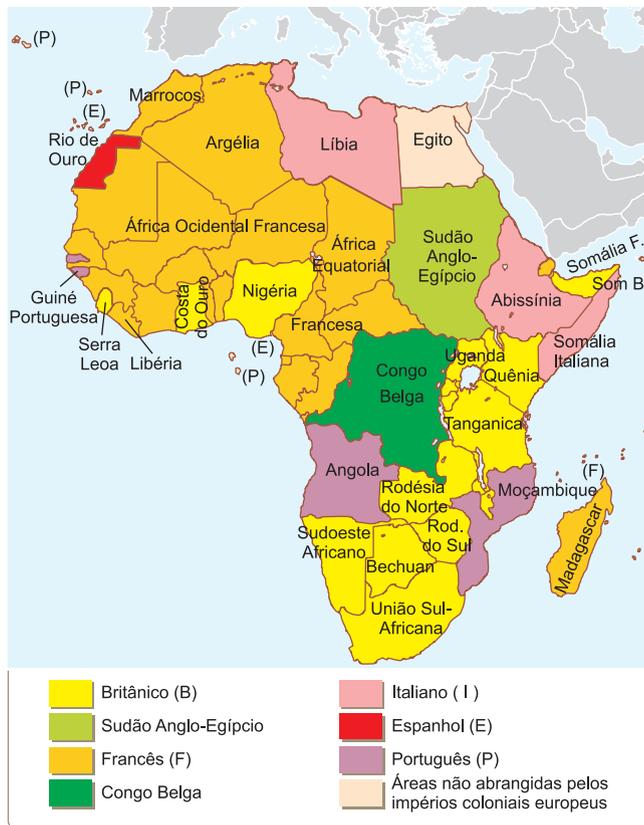
O Egito fora um protetorado britânico até o ano de 1922, mas não só continuava abrangido pela esfera de influência dessa potência, como também sofria controle militar e financeiro em uma de suas mais significativas áreas, a do Canal de Suez.

A Etiópia, antigo Estado africano, fora ocupada pela Itália de 1935 a 1941, passando, praticamente, para a esfera de influência britânica.

A Libéria, definida a partir de 1822 com o objetivo de abrigar uma população norte-americana descendente de escravos africanos, embora oficialmente soberana, sempre esteve economicamente vinculada aos Estados Unidos.

A **União Sul-Africana constituía um domínio da Comunidade Britânica de Nações**. Embora na prática fosse independente, nela ainda eram vivos os fatos relativos à **Guerra dos Bôeres**.

ÁFRICA POLÍTICA EM 1940



Independência africana (1945 a 1980)

No fim da Segunda Guerra Mundial, um sopro de liberdade percorreu o mundo inteiro. Na África, durante os anos que se seguiram, os movimentos de emancipação das colônias europeias sucederam-se em cadeia. Em cerca de 15 anos, de 1951 a 1965, uma parte considerável do continente deixou de caracterizar-se pelo *status* colonial.

Os novos Estados surgidos no continente africano constituem o fruto da presença colonial na África. Contrariamente ao que se verifica em outras partes do globo, especialmente na Europa, onde os Estados puderam definir-se após longo processo de elaboração, na África, as novas unidades políticas como que surgiram de repente, dentro de quadros elaborados a partir de estímulos estranhos ao continente e dentro de perspectivas que, a não ser excepcionalmente, não compreendiam a criação de Estados soberanos. Daí não ser difícil entender que os novos Estados africanos tenham surgido com uma vestimenta que, em grande parte, é de responsabilidade da vontade e dos interesses europeus.

A partilha da África verificou-se em época em que o continente era ainda quase desconhecido. Os territórios foram sendo abrangidos dentro deste ou daquele império colonial praticamente sem nenhuma atenção às condições naturais do continente, assim como às condições étnicas e às tradições de sua população. As fronteiras, frequentemente traçadas arbitrariamente em

face de condições locais, atendendo tão-somente às resultantes dos conflitos de interesses entre as potências europeias, eram corrigidas eventualmente, porém sempre em função dos referidos interesses. Expressam nas suas características, particularmente em seus traçados quase sempre artificiais, soluções de grande instabilidade.

No conjunto, o quadro político da África deve ser considerado pouco estável, sujeito não apenas a modificações resultantes do prosseguimento do processo de emancipação de antigos territórios coloniais, mas também aos frutos dos rearranjos que inevitavelmente deverão ser verificados, num processo de adequação dos quadros decorrentes da presença colonial a uma realidade ignorada.

Surgidos em um momento particular em face do quadro político-econômico mundial, e de certa forma aproveitando-se desse momento, os novos Estados africanos constituem, pelo seu elevado número, elementos de primeiríssima ordem dentro desse quadro. Admitidos na ONU, formam, como bloco africano ou unidos aos Estados asiáticos, uma frente poderosa, com capacidade para influir nas decisões do referido organismo internacional. Por outro lado, durante a Guerra Fria tiveram importância indiscutível no jogo de interesses entre o mundo liderado pelos ocidentais e aquele liderado pela União Soviética, forma como participavam ativamente dos conflitos de interesses envolvendo Estados de um mesmo grande bloco, como acontecia com a presença chinesa diante da soviética ou a europeia diante da norte-americana.

E é sob o ponto de vista dos interesses que caracterizam o mundo atual que devem ser vistos os Estados africanos, isto é, no seu conjunto, pois em função das possibilidades de cada um, fracos e pobres, com uma estrutura econômica organizada em função de uma presença colonial, conseguiram ter uma posição significativa.

Na verdade, os Estados africanos vieram a ampliar consideravelmente o quadro do Terceiro Mundo ou do mundo subdesenvolvido. É evidente que, na condição de áreas subdesenvolvidas, essas unidades já existiam anteriormente; entretanto, sua independência tornou o fato mais nítido, na medida em que o próprio processo de emancipação inclui a consciência do problema do subdesenvolvimento e da proposição de soluções.

Sob esse aspecto talvez a África conheça seu maior drama. No momento em que se emancipa politicamente, percebe a impossibilidade de desenvolver-se economicamente, como seria de desejar, sem uma forma qualquer de auxílio do exterior. Isso pode significar, em muitos casos, outras formas de dependência. Realmente, parece lícito perguntar até que ponto os programas soviéticos (ou chineses), norte-americanos ou europeus não constituíam aspectos de um processo de competição visando, como em um novo colonialismo, a abranger a África dentro de uma área política e econômica deste ou daquele bloco.

DIVISÃO POLÍTICA DA ÁFRICA: 1999



Nesse sentido, a associação de uma série de novos Estados africanos (antigas dependências francesas, italianas ou belgas) ao Mercado Comum Europeu não seria uma volta da África à condição de quintal da Europa? Poderia ser, entretanto, o início da definição de uma Euráfrica — unidade interdependente em que, dentro de muito tempo ainda, as áreas mais ricas, as europeias, teriam o papel de colaborar para o desenvolvimento das áreas africanas mais pobres.

❑ A instabilidade política e os conflitos no continente africano

Os conflitos no continente africano parecem crônicos. Seus determinantes são de ordem interna e externa. Ordem Interna: a diversidade étnica e religiosa da composição da maioria dos países, cujas fronteiras foram impostas pelas potências imperialistas, principalmente Inglaterra e França, além das estruturas políticas pouco evoluídas e de suas frágeis economias, dependentes da exportação de gêneros primários, minérios e produtos agrícolas. Ordem Externa: a herança deixada pelo Imperialismo, ou seja, fronteiras não condizentes com a evolução histórica da região e, durante a Guerra Fria, a ação direta ou indireta das superpotências, especialmente durante o processo de descolonização.

O fim da Guerra Fria não significou o fim dos conflitos, ao contrário. A ação das superpotências, que paradoxalmente levou tensão ao continente, ao mesmo tempo proporcionava um equilíbrio de forças, ou simplesmente sufocava as manifestações nacionais, étnicas ou religiosas, pois essas poderiam constituir uma ameaça à sua dominação. Assim, o fim da Guerra Fria possibilitou a eclosão de movimentos autonomistas de ordem nacional, religiosa ou étnica, que levam muitos países à guerra civil ou à guerra de fronteira.

O MAPA DOS CONFLITOS



Países em que a guerra é sustentada pelo tráfico de diamante

	<p>PIB: 823 milhões de dólares</p> <p>Produção de diamante controlada pela guerrilha: 140 milhões de dólares (17% do PIB)</p>
	<p>PIB: 6,1 bilhões de dólares</p> <p>Produção de diamante controlada pelo governo: 350 milhões de dólares (5,7% do PIB)</p>
	<p>PIB: 7,7 bilhões de dólares</p> <p>Produção de diamante controlada pela guerrilha: 225 milhões de dólares (2,9% do PIB)</p>

RETRATO DA ÁFRICA



EM 766 MILHÕES DE HABITANTES:
A expectativa de vida média é de 53 anos
Apenas 0,3% da terra arável é cultivada
Há pelo menos 8 países envolvidos em guerras
Mais de 200.000 crianças lutam como soldados
O continente está coberto por mais de 18 milhões de minas terrestres
Pelo menos 3,5 milhões de pessoas estão fora de casa fugindo de guerras ou em busca de trabalho
Mais de 22 milhões de pessoas estão contaminadas com o vírus da Aids

Como a maioria destes conflitos não ameaçam a estabilidade da economia mundial, nem o processo de globalização capitalista, seu equacionamento e solução são negligenciados, o que os torna crônicos em algumas regiões, como em Angola, na Nigéria, na Somália ou na Etiópia.

2. QUADRO HUMANO

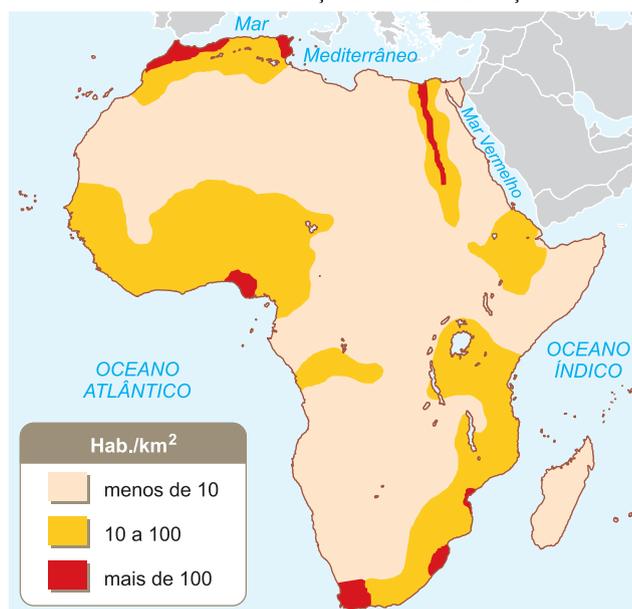
❑ População africana

A população africana é avaliada em cerca de 922 011 000 de habitantes, distribuindo-se irregularmente pelos quase 30 221 532 de km² de superfície que a África possui. A densidade demográfica média é de 30,51 habitantes por km², concentrando-se principalmente no



Baixo Nilo (onde encontramos as cidades do Cairo e Alexandria, as mais populosas da África) e no Magreb Setentrional ou África Menor (porção mediterrânea no Marrocos, Argélia e Tunísia). As menores densidades aparecem no Saara, Calaari e florestas equatoriais do Congo.

ÁFRICA: DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO



Os grupos de povos africanos

De uma maneira geral, apesar da enorme **diversidade das etnias na África**, há uma inclinação comum de começar por considerar duas Áfricas distintas em um só continente imenso.

Agrupam-se na primeira dessas Áfricas, a **África Negra**, com 34 países, Estados jovens que têm em comum a procura de um destino novo que, fundamentado nas verdadeiras raízes culturais, possa se desenvolver livre de erros que a história registra na vida dos países mais antigos.

Os demais países compõem a África Branca, com um terço de africanos de raça não negra. Todo o norte é ocupado por árabes, mouros, bérberes, além dos europeus que chegaram como colonizadores. Na África do Sul e Oriental vivem também minorias de origem europeia, remanescentes da fase colonialista.

As diversas etnias aparecem assim distribuídas no espaço africano:

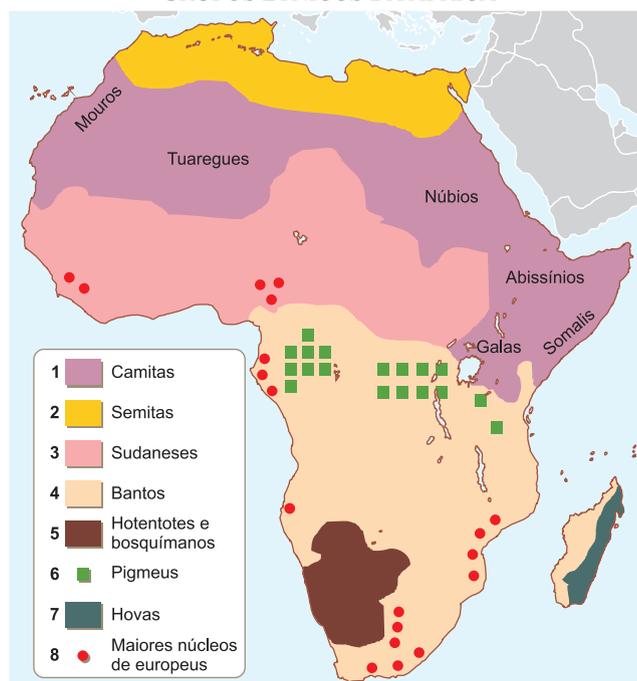
Os brancos

Caracterizando o norte e a parte ocidental da África, os brancos – que na realidade são morenos, chegando mesmo a possuir pele escura – repartem-se em dois grandes grupos: os camitas e os semitas.

Camitas: são os antigos habitantes, povos cuja origem ainda não é totalmente conhecida, correspondendo a diversos grupos: **galas e somalis** (na Etiópia), **núbios** (Egito, Sudão), **felás** (Egito), **bérberes**,

que correspondem aos **mouros, cabilas, tuaregues** (no Marrocos, Argélia e Tunísia) etc.

GRUPOS ÉTNICOS DA ÁFRICA



Semitas: árabes e judeus. A partir do século XVII os árabes conquistaram todo o norte da África, oriundos do Oriente Médio (expansões islâmicas), e os judeus encontram-se espalhados pelos centros urbanos da África Menor e Egito.

Europeus: além dos camitas e semitas, cumpre lembrarmos os europeus e seus descendentes, fixados por toda a África, de longa data, ao tempo em que a África era um continente colonial (após o século XVIII). Vieram da França, Inglaterra, Espanha, Portugal, Itália, Bélgica, dos Países Baixos (os bôeres da África do Sul) etc.

Os negros

Espalhando-se do sul do Saara até a África do Sul, os milhões de negros africanos (400 milhões, no mínimo) aparecem em dois grandes grupos: os sudaneses e os bantos.

Sudaneses: mais civilizados, grande parte converteu-se ao islamismo e habita a África Ocidental e parte Central, compreendendo os **chiliques** (no Nilo), **háussos** e **ibos** (no centro-oeste) e **mandigues** (a oeste). Nos séculos XVI e XVII chegaram como escravos ao **Brasil**, geralmente aportando em Salvador, na Bahia.

Bantos: estendem-se de Camarões, na África Central, ao Cabo, na África Meridional. Foram denominados KAFIRS, ou infiéis, pelos árabes, que não conseguiram convertê-los ao Islão. Compreendem os **zulus** e **congoleses** e chegaram ao Brasil oriundos de Angola e Moçambique, aportando, geralmente, no Rio de Janeiro e Recife.



Outros: além dos sudaneses e bantos, temos os **pigmeus** ou **negritos** (na África Central, com 1,30m a 1,40m), os **nilóticos** ou **wantuses** (no alto Nilo, geralmente com mais de 1,90m de altura), os **hotentotes** e **bosquímanos** (no sudeste africano) e os **hovas** (malaios da Ilha de Madagascar).

❑ Modo de vida

• Atividades tradicionais

Nas **estepes norte-africanas**, predominam os grupos de **pastores nômades**, com seus rebanhos de ovelhas ou camelos. Nos **oásis do deserto** ou na região mediterrânea, as **populações sedentárias** caracterizam-se pelo desenvolvimento tradicional da **agricultura de regadio** nas planícies (tamareiras, cereais, legumes, forragens). Nas encostas cultivam-se os produtos típicos (oliveiras, figueiras, amendoeiras etc.) e criam-se animais.

Na África Central a criação é prejudicada pela doença do sono. Nas áreas de savanas mais secas e nos planaltos orientais, os negros criam gado da raça zebu.

A maior parte da população é de agricultores, praticando uma agricultura extensiva e em grande parte itinerante, com queimas anuais e esgotamento do solo em três anos em algumas regiões.

Na zona equatorial são produzidos tubérculos, como inhame e mandioca. Na zona tropical destacam-se os cereais, como milho, sorgo, oleaginosas e amendoim, sendo importantes também as culturas de bananeiras e dendezeiros.

O camponês africano vive em hábitat rural concentrado (aldeias), onde o trabalho coletivo é muito comum.

• Transformações recentes

A influência da atuação europeia aparece claramente nas regiões onde sua presença é mais marcante. **Inicialmente** ela aparece na primeira fase de comércio com o exterior, que se caracterizou pelo **tráfico de escravos** e de matérias-primas (marfim, ouro, madeira).

Em seguida, houve uma **ocupação do solo, sob a forma de sistema de plantation**, destinada a suprir as necessidades europeias de produtos tropicais, como: café, cacau, algodão, amendoim, azeite-de-dendê, cítricos e borracha.

E, por último, a mineração, com a exploração do ferro, manganês, cobre, ouro, diamante, petróleo etc.

A atuação europeia também se faz sentir nos meios de articulação africanos, estabelecendo, para poder atender à demanda dos produtos comerciais, meios de transporte modernos, tais como rodovias e circulação aérea, incrementando a criação de centros urbanos.

❑ As religiões predominantes

A maioria dos negros africanos é fetichista ou animista, enquanto o maometismo ou islamismo, introduzido no norte da África durante o domínio árabe, é professado pelos camitas, árabes e parte dos negros sudaneses. O cristianismo e o judaísmo têm seus adeptos nos descendentes de europeus e judeus espalhados pela África.

❑ As grandes cidades

A África não se caracteriza pela urbanização, pois a maioria dos 600 milhões de habitantes vive nas zonas rurais ou em aldeias e pequenos aglomerados urbanos. Poucas cidades possuem mais de um milhão de habitantes, sendo as mais importantes:

- Lagos** – na Nigéria com 9.968.455 habitantes.
- Kinshasa** – capital da República Democrática do Congo, com 8 900 000 de habitantes.
- Cairo** – capital do Egito, com 8 150 000 habitantes.
- Ibadan** – na Nigéria, com 5 157 000 habitantes.
- Alexandria** – No Egito, com 4 388 000 de habitantes.
- Abidjan** – na Costa do Marfim, com 4 123 000 habitantes.

3. A AIDS NO CONTINENTE AFRICANO

Em 1993, após mais de três décadas de uma das mais drásticas políticas de segregação racial de que se tem notícia, o APARTHEID chegou ao fim na África do Sul.

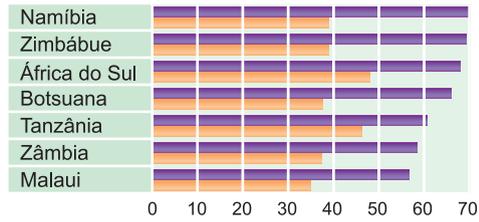
A democracia, tão sonhada pela maioria da população não branca, discriminada por tal política, vista como subcidadãos em seu país de origem, não chegou. Eleições diretas foram realizadas, permitiu-se até que os analfabetos votassem. Nelson Mandela, líder da resistência sul-africana contra o APARTHEID, chegou ao poder, mas o país, que voltava a fazer parte da comunidade internacional, numa economia que se globalizava, mergulhou numa guerra civil de origem étnica e tribal, que só agravou os problemas econômicos do país e ampliou as diferenças entre as comunidades justapostas.

Mandela foi sucedido por outro grande líder negro sul-africano, Thabo Mbeki, mas o país continua desolado. As desigualdades sociais nunca atingiram índices tão alarmantes; somando-se a isso, a caótica situação da saúde da pobre população negra sul-africana piora a cada dia. 20% de seus adultos estão contaminados pelo HIV. Em seu discurso na abertura da 13ª Conferência sobre a Aids, em Durban, o presidente sul-africano insinuou que a Aids é fruto da miséria. Talvez seja um de seus reflexos, mas objetivamente o governo poderia atuar mais na distribuição de medicamentos e em campanhas de prevenção.

EXPECTATIVA DE VIDA

A expectativa de vida nos países africanos foi revista por causa da Aids.

Em , as estimativas originais para 2010.
Em , as atuais (em anos de vida)



A AIDS NO MUNDO

Mortes desde o início da epidemia

África	Mundo
12 milhões	7 milhões
19 milhões no total	

Mais de 95% dos casos ocorrem em países pobres

Cerca de 50% dos contaminados são mulheres

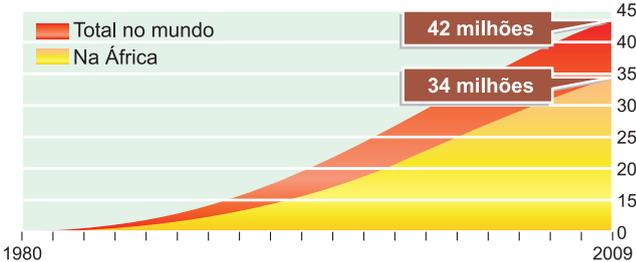
Em 16 países africanos pelo menos 1 em cada 10 adultos está infectado

Pessoas contaminadas em 1999	Mortes em 1999
5 milhões	3 milhões

Número de contaminados	
África	24 milhões
Ásia	6 milhões
América Latina	2 milhões
América do Norte	1 milhão
Europa	1 milhão

O AVANÇO DA AIDS

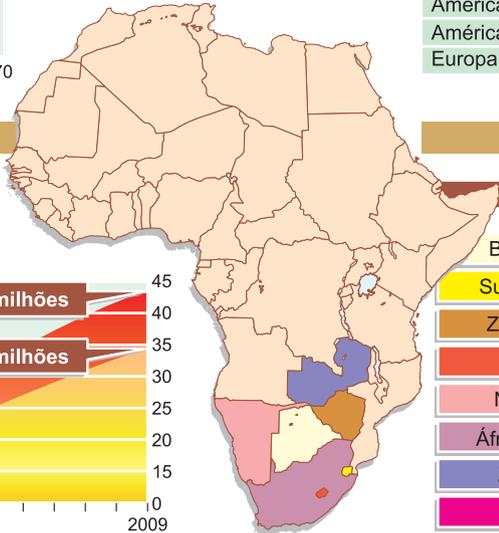
De cada três pessoas contaminadas no mundo, duas vivem na África



POPULAÇÃO CONTAMINADA

% dos habitantes adultos	
Botsuana	36
Suazilândia	25
Zimbábue	25
Lesoto	24
Namíbia	20
África do Sul	20
Zâmbia	20
Brasil*	0,6

*comparativo



A situação da República Sul-Africana, país mais rico do cone sul do continente, é apenas um exemplo da catastrófica situação socioeconômica da África.

A população dizimada pelas guerras, muitas delas remanescentes da Guerra Fria, pela fome, pelo colapso econômico, endemias e, nas últimas décadas, pela AIDS, justifica a classificação do continente africano como inviável por economistas norte-americanos. A inviabilidade do continente expõe-se em números, pois é o que menos investimentos recebeu nos últimos anos e até a ajuda humanitária parece se esgotar.

Estima-se que em uma década os índices de expectativa de vida na África deverão cair drasticamente, em alguns países abaixo de 40 anos.

Pobreza sem fim

POBREZA SEM FIM				
Os indicadores de alguns países da África				
País	PIB (em bilhões de dólares)	PIB per capita (em dólares)	Crescimento nos últimos 20 anos (em %)	Desnutrição em crianças com menos de 5 anos (em %)
Serra Leoa	0,7	140	-3,2	-
Namíbia	3,2	1940	-3	26
Zâmbia	3,2	330	-3,7	24
Moçambique	3,6	210	-2,3	26
Angola	4,1	340	-7,8	35
Congo	5,3	110	0,2	24
Etiópia	6,1	100	-0,4	48
Zimbábue	7,1	610	0,3	16
África do Sul	119	2880	-0,3	9

4. O HOLOCAUSTO AFRICANO

É cada vez mais caótica a situação do continente africano. Em apenas uma hora quase 2000 crianças morrem de fome, 5000 novos casos de AIDS surgem no continente a cada dia, número equivalente de novos casos de tuberculose. A equação é simples. Subnutrida, a população do continente é mais vulnerável a doenças oportunistas. Sem instrução, o campo é fértil para a disseminação do HIV. O G-8, o grupo dos sete países mais ricos do mundo, mais a Rússia, resolveu ajudar. Serão nos próximos anos US\$ 30 bilhões a caráter de auxílio para os mais pobres da África. Há algum tempo parte da dívida externa do continente foi abatida. Talvez não seja essa a solução. Mas o fato é que se não houver ajuda externa, a população africana corre o risco de desaparecer.

5. AGRICULTURA

- **Sistema de plantation: África Ocidental**
 - Café: Costa do Marfim e Angola.
 - Cacau: Nigéria, Gana e Costa do Marfim.
 - Amendoim: Senegal e Nigéria.
- **Agricultura irrigada:** junto ao Nilo, produção de algodão, trigo e arroz.
- **Agricultura do Magreb:** uvas, oliveiras, figueiras, tamareiras.



2. MINERAÇÃO

- **Ouro:** África do Sul e Gana. **Diamantes:** República Democrática do Congo e África do Sul. **Manganês:** Gabão e África do Sul. **Cobre:** República Democrática do Congo e Zâmbia. **Bauxita:** Guiné e Zimbábue. **Carvão e ferro:** África do Sul. **Petróleo:** Nigéria, Líbia, Argélia, Gabão e Angola. **Fosfato:** Marrocos e Tunísia.

3. INDÚSTRIA

A atividade industrial africana é muito recente e enfrenta sérios problemas.

- Possui grandes reservas minerais, mas não dispõe de capital para sua exploração.
- Possui um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, mas pequena potência instalada.

- Deficiências nas redes de transporte dificultam a utilização dos recursos naturais.
- Falta de mão de obra especializada e baixo poder aquisitivo da população.

As atividades industriais desenvolvidas por vários países concentram-se, em sua maioria, na produção de tecidos e nas indústrias de transformação da agricultura comercial e do extrativismo vegetal (madeira) e mineral (cimento, refinarias de petróleo e outras).

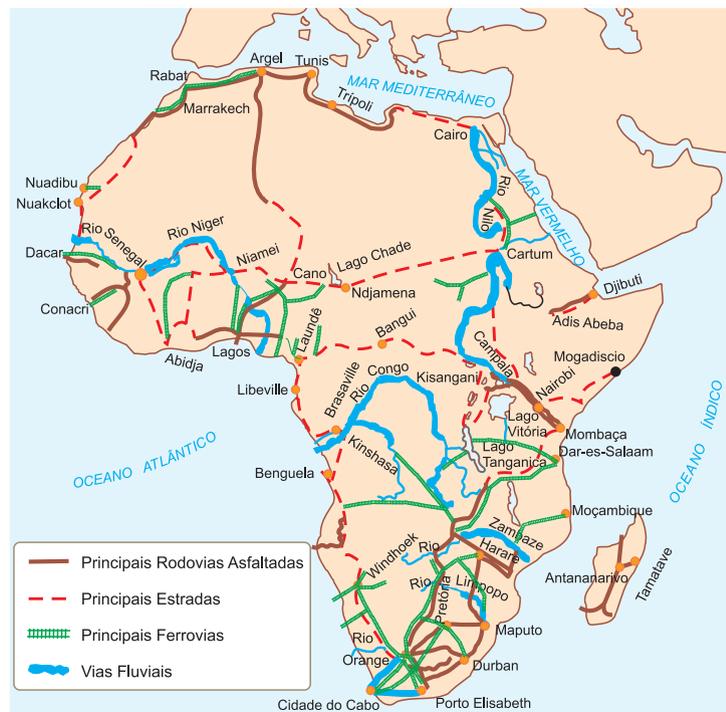
A República da África do Sul é o país mais industrializado do continente africano, concentrando, principalmente, indústrias pesadas, como metalúrgicas, siderúrgicas, químicas, montagem de automóveis, têxteis, equipamentos de mineração, estaleiros.

O Egito é o segundo país industrial da África. Produz artigos têxteis, alimentícios, químicos e petroquímicos. As indústrias estão centralizadas na Região do Cabo e em Alexandria.

O turismo tem-se tornado importante fonte de divisas no setor industrial do Quênia (Parque Nacional de Nairóbi) e Gâmbia.

Aspectos e características do subdesenvolvimento africano

Tendo como objetivo principal a produção de gêneros alimentícios e **matérias-primas** destinados à **exportação**, a economia mobilizou – e às vezes explorou ao máximo – alguns setores que pareciam particularmente propícios aos produtos agrícolas comerciais, em razão das aptidões do meio natural e também da proximidade dos portos de embarque. A **economia colonial organizou a produção de minérios** com vistas à **exportação** de minérios brutos



e de concentrados e estabeleceu a infraestrutura de transporte em função das necessidades desta produção e da exportação, limitando-se ao mínimo de equipamentos, por causa das dificuldades encontradas para estabelecê-los num país onde a mão de obra era escassa e frágil, e o meio natural particularmente agressivo.

Resultou daí, em todo o continente, uma dualidade fundamental entre os pontos de impacto da economia colonial: de um lado, grandes portos como Dacar, zonas de plantações como a Costa do Ouro (atual Gana), zonas minerais como Wiswatersrand e Kaanga; de outro, o resto do continente entregue a si, diluindo-se em uma infinidade de pequenas comunidades familiares que a administração só controla de muito longe, contentando-se em arrecadar os impostos e, de tempos em tempos, fazer recrutamento de homens, sem intervir nem na organização social nem na economia, a qual permaneceu como autarquia agrícola aldeã.

As descrições da sociedade e do meio geográfico africanos frequentemente desconcertaram por sua disparidade. Mas essa disparidade procede da própria realidade da África. Não existe uma agricultura da floresta. Existem, em verdade, quase tantas maneiras de abordar o problema da subsistência pela utilização do solo quantos são os povos da África. O fator comum é a exiguidade da margem de segurança entre a quantidade de produção obtida e a soma de necessidade da coletividade local. E a situação torna-se cada vez mais aflitiva por causa da generalização progressiva do crescimento natural da produção.

Excetuando-se as zonas exploradas com a produção de gêneros alimentícios comercializados por companhias europeias ou sob seu controle, a agricultura africana é caracterizada por sua descontinuidade e por uma baixa produtividade. Os rendimentos são desiguais, mas geralmente baixos.

A descontinuidade é consequência imediata da descontinuidade do povoamento. Ela decorre também da prática das rotações de longa duração. Os espaços cultivados formam pequenas manchas no meio da savana e da floresta secundária.

São muito reduzidas as relações entre as comunidades separadas por grandes distâncias de vegetação, apenas atravessadas por péssimas trilhas. Cada coletividade não tem outra preocupação senão assegurar sua própria continuidade, produzindo o que lhe é necessário e completando esta produção com a ajuda de diversas formas de coleta, de pesca e de caça. As colheitas, devido às más condições de conservação, estragam-se ou perdem-se antes do consumo. E o problema clássico para todas as comunidades é o do período de fim de safra, que se confunde com um período de carência de alimentos. As trocas são praticamente impossíveis enquanto as coletividades não forem servidas por uma rede de comunicações regionais. Não tendo oportunidade de vender eventuais excedentes de produção, nem de comprar em contrapartida outros produtos ou objetos de uso, as populações africanas não se sentem encorajadas a

umentar seu esforço além do que lhes parece tradicionalmente necessário em função das próprias necessidades. Essa situação é designada por alguns autores pelo neologismo "escravamento".

Aliás, qualquer esforço de aumento da produção comporta perigos que algumas populações perceberam perfeitamente. Uma superexploração dos solos com os métodos técnicos das coletividades rurais africanas e também, sob certas formas, com introdução de processos agrícolas inadequados para a África ameaça transformar regiões inteiras em verdadeiros desertos.

A agricultura africana está à procura dos métodos de revolução agrícola e, dentro das condições de exploração descontínua, ela não tem nenhuma possibilidade de achá-los. Essa agricultura é caracterizada pela separação da agricultura e da criação de gado, portanto, pela utilização do estrume, mesmo naquelas regiões onde a criação de gado é possível. Ignora-se tudo a respeito dos processos de seleção de sementes e de gado. Os rendimentos são magros por uma soma de trabalho às vezes considerável.

As cidades, que crescem em ritmo rápido devido à expulsão de uma parte da população rural de povoações que não podem mais prover a manutenção integral de sua população, estão subequipadas para a produção. São, essencialmente, centros comerciais onde se efetuam todos os negócios, até os mais humildes e mais sórdidos.

A aprendizagem do espírito e das técnicas da empresa é longa e difícil. Na maior parte dos casos faltam profissionais. É preciso encontrar métodos de equipamento e de organização que permitam a produção com um número diminuto de funcionários qualificados e de auxiliares estrangeiros. Alguns países africanos parecem, de imediato, poder obter melhores resultados do que outros, mas o dia de amanhã é sempre incerto.

□ As vias do desenvolvimento africano

Os Estados africanos não são igualmente favorecidos para poderem criar, em boas condições, uma indústria nacional e, sobretudo, uma indústria de base. Mas a **agricultura** pode ser transformada e tornar-se **fonte de criação de capital nacional**. O governo de **Gana** deu o **exemplo** fundando uma caixa de compensação alimentada pelos **excedentes de renda provenientes da venda do cacau** nos melhores anos, sustentando os preços de produção nos menos favoráveis e constituindo uma reserva de capitais para os investimentos em equipamentos. Para atingir tais resultados, mister se faz assegurar a realização de duas condições essenciais:

a) o "desencravamento" que permita introduzir, em todos os países considerados, o setor de produção comercial ao lado do setor de produção de autoconsumo e que esse setor comercial seja dedicado ao fornecimento de excedentes de produtos alimentícios básicos, de que as cidades em rápido crescimento têm crescente necessidade, ou que seja inserido numa economia de mercado internacional, como o mercado do cacau, do

óleo de palmeira, do amendoim e de bananas;

b) o aumento dos rendimentos de forma a assegurar para a mesma quantidade de trabalho, ou um pouco mais, a possibilidade de produzir a alimentação necessária para a coletividade local e os excedentes, destinados ao mercado.

A primeira condição está subordinada tanto a obras públicas quanto à evolução da mentalidade. Em verdade, a experiência mostra que ambas vão de braços dados e que o advento da estrada e do caminho desperta novas tentações e tendências.

A segunda condição supõe uma ação esclarecida e prudente que afasta todo perigo de dilapidação do capital em terras, por meio de uma superexploração destruidora de solos agrícolas.

A revolução agrícola pode ser realizada na África com o mínimo de investimentos. Ela penetra desigualmente conforme a região. Mas não seria possível prejudicar o papel do exemplo como fator de aceleração, uma vez que os camponeses podem temer que todo esforço destinado a aumentar a produção seja fonte de imposto suplementar. A resistência das velhas gerações não poderia aguentar muito tempo diante da pressão das classes jovens e numerosas, desde que estas sejam persuadidas pela escola e pela informação da possibilidade de viver melhor em troca de um esforço um pouco maior, mas à custa de maior vigilância no trabalho.

A distribuição da população ativa entre os diversos setores das atividades profissionais e a comparação do volume da produção primária e das exportações, com relação ao Produto Interno Bruto, mostram o atraso das economias no campo do desenvolvimento industrial.

Os países africanos são subequipados do ponto de vista energético e da organização dos transportes.

A maior parte dos planos dedica parte dos investimentos e dos esforços à industrialização. Esta parece ser necessária para absorver os excedentes de mão de obra rural, e em primeiro lugar aqueles que já perderam suas raízes e se acumulam nas favelas suburbanas, para valorizar parte dos produtos destinados à exportação, atualmente exportados brutos, para melhorar a balança comercial, libertando os Estados africanos de determinadas importações de produtos manufaturados e assegurando-lhes os recursos para as trocas. **A África não carece de recursos de base.**

Embora ela seja relativamente pobre de carvão e embora não possua os recursos técnicos e financeiros para aproveitar o urânio, mesmo assim está longe de ter sido completamente prospectada do ponto de vista do petróleo. Ela possui ainda na zona tropical importante potencial de energia hidrelétrica. O continente é rico em recursos minerais de todas as **espécies: minério de ferro** na Maurîtânia, na Libéria, em Serra Leoa, na Guiné; **bauxita** em Camarões, na Guiné, no Congo, além do **ouro e metais raros, urânio e diamante** na República Sul-Africana. Mas a distribuição geográfica das jazidas é de tal forma que, **atualmente**, é impossível pretender criar uma indústria a não ser em alguns países

privilegiados por essa distribuição e com apoio internacional.

Cada Estado pode empreender utilmente a criação de uma indústria de equipamentos e de transformação de nível médio: fábrica de cimento, máquinas agrícolas e alimentícias. Mas, também nesse caso, parece ser necessária uma coordenação. A África tem carência de infraestrutura de produção, e há poucos pioneiros capazes de estabelecer as mesmas estruturas administrativas e econômicas em vários pontos e, sobretudo, naquelas áreas que não possuem nem mesmo um milhão de habitantes.

É importante lembrarmos o uso de **técnicas de irrigação** na região mediterrânea e nos oásis saarianos.

Esta agricultura de regadio produz tamareiras, oliveiras, figueiras, cereais, forragens etc.

Observações

- Os países mediterrâneos são tradicionais plantadores de oliveira (Tunísia), videira (Argélia), além de cítricos e hortaliças.
- Os países da África Ocidental caracterizam-se pela produção de frutas tropicais (café, cacau, banana), algodão, amendoim, milho e sorgo.
- Os países africanos têm como base os produtos florestais, destacando-se a seringueira, o dendezeiro e a madeira no Congo e Gabão.
- A economia do Egito ainda é baseada na agricultura, embora menos de 4% das terras do país sejam cultiváveis, porém, estão concentradas no vale do Nilo. As melhores terras estão no baixo vale. Graças à represa de Assuã, o Egito aumentou a sua área cultivada e triplicou a energia do país. O algodão é o principal produto agrícola.
- 30% da produção mundial do algodão de fibra longa é obtida no Sudão.
- A Etiópia é um país agrícola e o seu café, de excelente qualidade (Kaffa), representa mais da metade de suas exportações.
- A Costa do Marfim é o maior produtor de cacau na África, que contribui com 60% dos lucros de exportação, empregando cerca de 40% da população ativa.

PRINCIPAIS PRODUTOS E PRODUTORES AFRICANOS (E SUA PARTICIPAÇÃO MUNDIAL)

CACAU		
País	Milhares de toneladas	% do total
Costa do Marfim	603	21,4
Brasil	258	5,2
Gana	281	9,9
Malásia	231	8,25
Nigéria	117	4,1
Indonésia	131	4,6
Camarões	102	3,6
MUNDO	2 817	100,0

CAFÉ		
País	Milhares de toneladas	% do total
Brasil	1 638	22,4
Colômbia	1 348	18,4
Indonésia	513	7,0
México	193	2,6
Costa do Marfim	117	1,6
Etiópia	235	3,2
MUNDO	7 214	100,0

☐ Agricultura

A base da economia africana são as atividades agropecuárias e a mineração.

As atividades tradicionais africanas — agricultura de subsistência, pastoreio nômade — vêm sofrendo rápidas **mudanças, em razão da grande influência europeia nos meios de transporte e da presença do capital privado estrangeiro.**

Procurando abandonar as atividades tradicionais, vários países africanos estabeleceram programas de desenvolvimento econômico. A maioria dos programas dedica parte dos investimentos e dos esforços à industrialização.

O continente africano é rico em minérios, mas precisa de uma **ampla infraestrutura para alcançar um desenvolvimento industrial mais homogêneo e coerente com o potencial disponível na maioria dos países.**

A agricultura é praticada pela maioria da população africana. Pode ser:

- **de subsistência:** cuja maior parte da produção é consumida pelos próprios produtores e suas famílias. Utiliza o sistema extensivo, itinerante, com queimadas e esgotamento do solo.
- **comercial:** esse tipo fornece 75% dos seus produtos para exportação. Utiliza o sistema de *plantation*, caracterizado por monoculturas agroindustriais. Destacam-se os países da África Ocidental, como o Senegal (amendoim), Gana (cacau) e Costa de Marfim (café).

☐ Extrativismo vegetal e mineral

• Vegetal

A bacia do Rio Zaire ou Congo é coberta pela rica e **densa Floresta Equatorial Congoleza**. São numerosas as riquezas vegetais extraídas dessa floresta. Destaque para a produção **madeira dos países Congo e Gabão, produtores do mogno, de alto valor como madeira de lei.**

As usinas de Libreville (Gabão) transformam as madeiras, especialmente o tipo Okoumé, em compensados.

Quarenta por cento das exportações do Gabão são de produtos florestais, enquanto na República do Congo representam 70% das exportações.

A República Democrática do Congo (ex-Zaire) apresenta grandes reservas florestais.

• Mineral

Os recursos minerais são numerosos no continente

africano. O embasamento cristalino africano data do Pré-Cambriano, o que justifica a presença de grandes reservas de minérios metálicos no continente.

Nas últimas décadas, a produção mineral tem aumentado consideravelmente. Observe as tabelas a seguir, da produção mundial.

DIAMANTE	OURO
1) Austrália	1) África do Sul
2) R. D. Congo	2) EUA
3) Rússia	3) Rússia
4) Botsuana	4) Austrália
5) África do Sul	5) China

MANGANÊS	URÂNIO	BAUXITA
1) Rússia	1) Rússia	1) Austrália
2) China	2) África do Sul	2) Guiné
3) África do Sul	3) Canadá	3) Brasil
4) Austrália	4) Austrália	4) Jamaica
5) Brasil	5) Níger	5) Rússia

FOSFATO	COBRE	PLATINA
1) EUA	1) Chile	1) África do Sul
2) Rússia	2) EUA	2) Rússia
3) China	3) Rússia	3) EUA
4) Chile	4) Canadá	4) Canadá
5) Marroco	5) Zâmbia	5) Colômbia

Observações

- A África do Sul é grande produtora mundial do antimônio (9%), cromo (22%), titânio (11%) e carvão (5,5%).
- O petróleo, o gás natural e o ferro são as maiores riquezas do Deserto do Saara.
- No Congo, a região de Kasai é a maior produtora mundial de diamantes. No Planalto de Katanga, imensas jazidas de cobre de alto teor são exploradas ao ar livre, em gigantescos degraus.
- Desde 1880, o ouro vem sendo explorado nas ricas jazidas do Transvaal, na África do Sul. Os diamantes são encontrados na região de Kimberley, no Transvaal.
- A Nigéria é o primeiro produtor mundial de nióbio, tendo, ainda, produção de estanho, ouro, carvão, prata, chumbo, tungstênio, além de ser a maior produtora africana de petróleo.
- O Gabão tem grandes reservas mundiais de petróleo, ferro, manganês, ouro e urânio.
- O Marrocos é o terceiro produtor mundial e o primeiro exportador de fosfatos.
- O Togo é o segundo produtor africano de fosfatos, após o Marrocos.
- A Guiné possui grandes reservas mundiais de bauxita, cuja exploração está sendo feita em Boké, na Guiné do Norte.
- Cerca de 71% do PNB da Líbia vem do petróleo extraído no Deserto de Saara, tornando-a uma das grandes produtoras mundiais.

– No Níger destaca-se a usina construída com ajuda francesa para o processamento dos depósitos de urânio da região de Arlit e o projeto com participação japonesa para o urânio da região de Akokan.

– Os países africanos destacam-se como grandes produtores mundiais de petróleo:

- 1 – Nigéria (Biafra)
- 2 – Líbia (Saara)
- 3 – Argélia (Saara)
- 4 – Benin (litoral)
- 5 – Camarões (litoral)
- 6 – Gabão (litoral)
- 7 – Angola (Cabinda)

□ Transportes

O **transporte aéreo** é muito utilizado, em razão das grandes extensões do território africano. As redes ferroviária e rodoviária não conseguem atingir distâncias tão longas, cabendo ao avião este trabalho. As cidades de Argel, Cairo, Cartum, Kano, Dacar, Brazzaville, Johannesburg e Nairóbi possuem importantes aeroportos.

O aeroporto de Dacar é supersônico, enquanto os de Nairóbi e Johannesburg são os que apresentam maior intensidade de vôos.

A **rede rodoviária** foi construída, em geral, nas áreas litorâneas, graças às necessidades de escoamento dos produtos extrativos e da agricultura comercial.

Somente na década de 1970 começou a ser realizada a verdadeira integração africana e o interior foi provido de rodovias modernas. Destacam-se as transcontinentais:

- Transaariana, ligando Cairo a Marrakech.
- Transmauritânia, ligando Nuachot a Argel (construída por técnicos brasileiros).

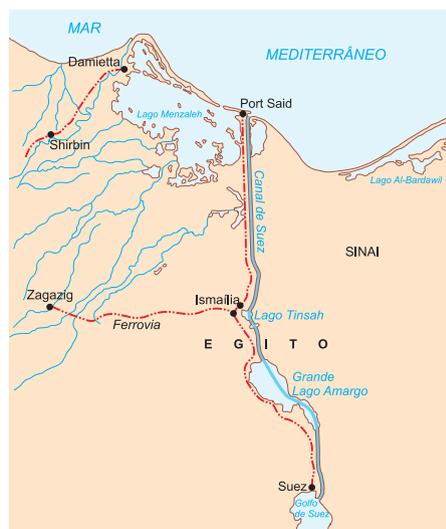
A República da África do Sul possui os transportes bastante desenvolvidos, com 413 000km de rodovias e 22 000km de ferrovias, além das linhas aéreas.

Camarões possui um dos melhores sistemas de transporte da África tropical, graças à ampliação da rede ferroviária.

Os países situados na África dos Grandes Lagos (Quênia, Uganda, Tanzânia, Ruanda, Burundi) não tiveram o problema da densa floresta, sendo sempre uma zona de passagem. Uma rede ferroviária satisfatória permite o encaminhamento dos produtos agrícolas para os portos modernos de Dar-es-Salaam e de Mombaça.

País	Rodovias	Ferrovias
1. África do Sul	413 000km	27 000km
2. Zimbábue	78 000km	4 200km
3. Argélia	76 000km	4 100km
4. Egito	50 000km	7 200km
5. Sudão	50 000km	4 700km
6. Angola	46 000km	3 000km
7. Quênia	42 000km	6 500km
8. R. D. do Congo	40 000km	5 795km

Observando-se a tabela anterior, percebe-se a **pequena extensão ferroviária** dos países africanos. A África Meridional é a única que **apresenta ligações internacionais**, enquanto nas demais regiões do continente as ferrovias limitam-se apenas a ligar áreas portuárias com áreas agrícolas ou mineradoras.



O **transporte marítimo** tem grande destaque, por serem alguns portos africanos parada obrigatória (abastecimento) para navios internacionais.

Durante o período de 1967–1975, enquanto o Canal de Suez permaneceu "fechado", os portos africanos foram muito utilizados, especialmente por navios petroleiros.

Os principais portos são:

- **Mediterrâneo**: Alexandria, Argel, Casablanca.
- **África Ocidental**: Dacar, Lagos, Abidijan, Freetown.
- **África Centro-Meridional**: Libreville, Kinshasa, Luanda, Cabo e Durban.
- **Índico**: Mombaça, Dar-es-Salaam, Beira e Kaputo.

A localização extraordinariamente favorável de seus portos faz de **Moçambique** peça fundamental para o sistema de transportes de alguns países situados no interior do continente; Zimbábue é o principal deles.

Destaque para a **Libéria**, que possui a maior frota mercante mundial, por facilitar o registro de navios sob sua bandeira.

□ O Canal de Suez

Ligando as águas do Mar Mediterrâneo às do Vermelho, o Canal de Suez, com 161km de extensão e 60m de largura, foi construído pelo engenheiro francês Ferdinand de Lesseps (1859–1869), aproveitando-se de lagos existentes na região, como o Tinsah e Amargos. De 1875 a 1956 ficou sob controle da Grã-Bretanha, passando depois ao controle egípcio.

Esteve paralisado de 1967 (Guerra dos Seis Dias) até 1975, com Israel ocupando uma porção de sua margem oriental (Sinai). Ao longo do Canal, destacam-se três cidades: **Porto Said**, no Mediterrâneo, **Ismailia**, no Lago Tinsah, e **Suez**, no Vermelho.



MÓDULO 29

Austrália e Nova Zelândia

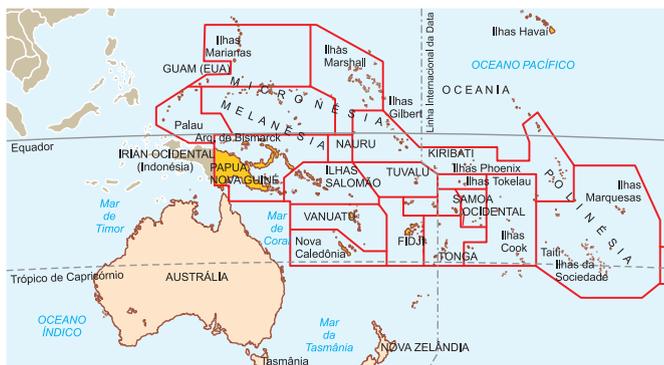


1. ASPECTOS GERAIS

A Oceania, conhecida também como Novíssimo Continente, localiza-se ao sul dos oceanos Índico e Pacífico. Estende-se por uma área superior a 15 milhões de quilômetros quadrados, dividindo-se em duas porções distintas: a **Austrália**, que abrange toda a porção continental e que se apresenta como o maior país do continente e um dos maiores do mundo, e a **porção insular**, subdividida em Melanésia (= ilhas negras), Micronésia (= pequenas ilhas) e Polinésia (= muitas ilhas).

Além de nações independentes, a Oceania é composta por um grande número de possessões europeias (britânicas e francesas) e norte-americanas, entre elas o Estado do Havaí. A grande área sobre a qual se espalham as inúmeras ilhas e o continente australiano é cortada pelo Trópico de Capricórnio, pela linha do Equador e também pelo Meridiano de 180 graus, que corresponde à Linha Internacional de Mudança de Data.

A população absoluta desse continente é muito reduzida e composta ou por brancos de origem europeia (colonizadores) ou por nativos aborígenes, na sua maioria descaracterizados culturalmente pela ação dos agentes colonizadores.



2. AUSTRÁLIA

A Austrália ocupa toda a extensão continental da Oceania. Apresenta um litoral maciço, pouco recortado. É cortada pelo Trópico de Capricórnio, apresentando aproximadamente metade de seu território na Zona Intertropical.

Esse país é banhado a oeste pelo Oceano Índico; a noroeste, pelo Mar de Timor; a sudeste, pelo Mar da Tasmânia; e a nordeste, pelo Mar de Coral, sendo estes dois últimos subdivisões do Oceano Pacífico.

Devido a seu isolamento em relação aos demais continentes, tanto sua flora, como a fauna e até mesmo a população nativa apresentam características peculiares que diferenciam o continente australiano das demais regiões do globo.

A Austrália é composta por uma parte continental e por outra, bem menor, insular, onde se destaca a Tasmânia. A porção continental da Austrália está sub-

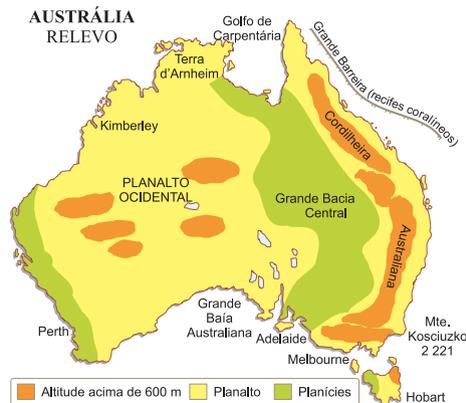
dividida em seis regiões administrativas; na realidade, são Estados que, federados, compõem a Austrália Continental. São eles: Queensland, Nova Gales do Sul, Território do Norte, Austrália Meridional, Vitória e Austrália Ocidental.



Aspectos físicos

• Relevo

O relevo australiano é caracterizado pelas baixas altitudes, raramente superiores a 600 metros. Podemos dividi-lo em três porções distintas: a Cordilheira Australiana, que apresenta as maiores altitudes, a leste; o Planalto Ocidental a oeste; e, entre essas duas formações, a Grande Bacia Central, uma depressão relativa formada por planícies de estrutura sedimentar.



REDE HIDROGRÁFICA AUSTRALIANA



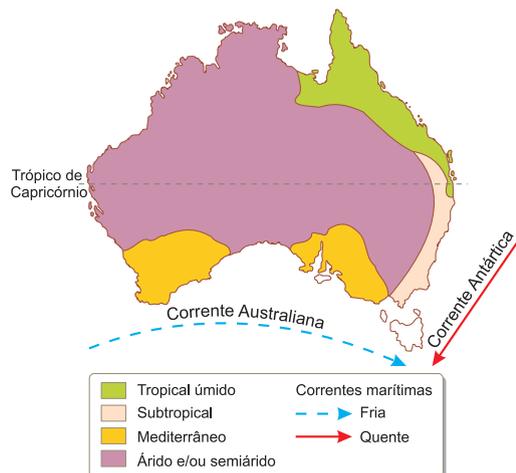
• Hidrografia

Apesar da grande extensão territorial, a Austrália possui uma rede hidrográfica pobre, com predomínio de rios intermitentes, devido à ocorrência de clima árido na maior parte de sua extensão. Os maiores rios australianos são o Murray e Darling, que deságuam juntos no Oceano Índico, na porção meridional do país.

Na região central, merece destaque o Lago Eire, que encerra o curso de muitos rios da região, a maioria temporários.

• Clima e vegetação

TIPOS CLIMÁTICOS DA AUSTRÁLIA



A maior parte da Austrália apresenta escassez de chuvas, o que caracteriza o predomínio dos climas

árido ou **semiárido**, associados à vegetação do tipo xerófita ou estépica, sendo também possível observar formações semelhantes às savanas africanas ou ao cerrado brasileiro. Essa paisagem climatobotânica relativamente pobre estende-se por toda a porção centro-ocidental do país.

No norte e nordeste do país, predomina o clima **tropical**, com duas estações bem definidas: o verão chuvoso e o inverno seco. A esse tipo climático estão associadas florestas tropicais; são áreas também de significativa importância para a agricultura.

Na porção meridional da Austrália, dois tipos climáticos destacam-se: o **mediterrâneo**, com chuvas de inverno e verão seco, nas proximidades da foz dos rios Murray e Darling e no sudoeste, próximo a Perth; e o **subtropical**, com chuvas regularmente distribuídas e invernos rigorosos. Esses tipos climáticos estão associados, respectivamente, à vegetação estépica e à floresta subtropical.

□ Aspectos humanos

Com um total de apenas 19 milhões de habitantes, a população australiana corresponde a aproximadamente 2/3 da população total da Oceania. A Austrália, apesar disso, apresenta uma reduzida população relativa, que equivale a 2,4 hab./km².

A maioria absoluta da população é branca de origem europeia, principalmente ingleses e irlandeses. Menos de 1% da população absoluta é descendente de

País	Área em km ²	Pop. absol. habit.	População relat. hab/km ²	Estrutura etária %			Cres. popul. por 1000 habit.	Taxa natal por 1000 habit.	Taxa mortal por 1000 habit.	Expect. de vida em anos
				0-14 anos	15-64 anos	64 anos ou +				
Austrália	7 686 850	19 169 083	2,4	21	67	12	1,02	13,08	7,12	79,7
Fiji	18 870	832 494	44,1	33	63	4	1,41	23,48	5,78	67,9
Micronésia	702	133 144	189,6	–	–	–	3,28	27,08	5,95	68,6
Nairu	24	11 845	564,0	40,99	57,37	1,64	2,05	27,86	7,34	60,8
Nova Zelândia	268 680	389 762	14,21	23	66	11	1,17	14,28	7,57	77,8
Palhu	458	18 766	40,9	27	68	5	1,75	19,88	7,35	68,5
Papua Nova Guiné	462 840	4 926 984	10,6	39	58	3	2,47	32,68	8,00	63,1
Samoa	2 860	179 466	62,7	33	61	6	-0,22	15,59	6,24	69,2
Salomão	28 450	466 194	16,3	44	53	3	3,04	34,79	4,35	71,2
Tonga	748	103 321	136,7	41,52	54,43	4,05	1,91	24,92	5,86	67,9
Tunaru	26	10 838	416,8	34	61	5	1,41	21,78	7,66	66,3
Vanuatu	14 760	189 618	12,84	37	60	3	1,74	25,93	8,52	60,5
Ilhas Marinhas do Norte	477	71 912	150	24	75	1	3,75	20,86	2,41	75,5
Ilhas Marshall	181,3	68 126	375,7	50	48	2	3,88	45,17	6,40	65,5
Guam	541,3	154 623	285,6	34,9	59,09	6,01	1,67	26,19	4,16	77,7
Polinésia	4 164	249 110	59,85	30	65	5	1,78	19,01	4,41	74,7

aborígenes, o que revela o processo de destruição física e cultural por que passou esta população.

Quase 90% da população total vive nas cidades, ao longo do litoral, de clima menos rigoroso. As maiores cidades do país são Sidney (4 milhões de habitantes), Melbourne (3,2), Brisbane (1,5), Perth (1,0), Adelaide (1,0), Newcastle (500 000) e Camberra (300 000).

Os problemas ligados à população, tão comuns em países do Terceiro Mundo, não se estendem à população australiana. As taxas de natalidade e mortalidade são baixas, a expectativa de vida é elevada e o analfabetismo é insignificante.

Os maiores problemas estão ligados aos nativos, pois sofrem discriminação e não recebem do governo a infraestrutura que é extensiva à população branca.

• Indústria

A indústria na Austrália desenvolveu-se largamente após a Segunda Grande Guerra, mas foi no período entreguerras que o setor industrial australiano recebeu seu primeiro grande impulso. Neste período, a economia australiana não podia contar com produtos comumente importados, principalmente da Europa, tendo, portanto, de substituir importações. Além disso, os países beligerantes passaram a constituir um importante mercado consumidor para os produtos industrializados pela nascente mas promissora indústria australiana.

Foi após a Segunda Grande Guerra que o governo passou a dar maior estímulo ao setor secundário, devido à existência de capital privado australiano, a investimentos estrangeiros e à vinda de imigrantes e matérias-primas abundantes e baratas, consequentemente.

Atualmente, a Austrália luta para dominar uma parcela maior do mercado europeu, principalmente asiático, e o regional. Os maiores concorrentes, e ao mesmo tempo parceiros econômicos (o que torna a posição da Austrália bastante delicada), são os Estados Unidos, Japão e Reino Unido.

Os principais setores industriais da Austrália e suas principais áreas de desenvolvimento são: siderurgia, em Perth, Adelaide e Sidney; metalurgia, em Townsville, Port Kembla, Adelaide e Perth; refinaria, em Vitória, Adelaide e Albany.

As maiores concentrações urbanas e industriais da Austrália, onde o parque industrial é bastante diversificado, correspondem a Sidney e Melbourne, que, além de concentrarem importantes setores ligados à produção de **bens de base**, como a metalurgia, siderurgia, mecânica, química, eletrônica e automobilística, concentram também indústrias de **bens de consumo**, como de bebidas, têxteis, alimentícias (carne) e de calçados.

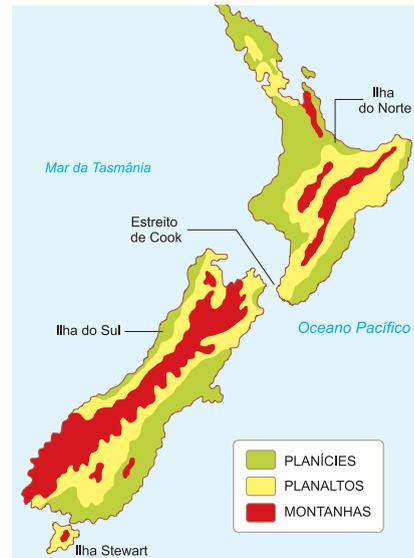
3. NOVA ZELÂNDIA

O arquipélago da Nova Zelândia é formado por duas ilhas principais: a Ilha do Norte e a Ilha do Sul, separadas pelo Estreito de Cook.

O território neozelandês é composto basicamente por montanhas de altitudes modestas na porção central e planícies na região litorânea, intermediadas por

baixos planaltos. O clima é o temperado oceânico, semelhante ao da Europa Ocidental.

A população da Nova Zelândia é predominantemente branca, devido à grande influência de imigrantes ingleses. Os nativos constituem, ainda, aproximadamente 10% da população total do país.



Apesar de uma indústria relativamente desenvolvida, se levarmos em consideração os demais países da Oceania, a Nova Zelândia vive praticamente da exportação de produtos da indústria alimentícia (carne e laticínios) e têxteis (lã); e suas importações são constituídas basicamente por equipamentos in-

dustriais e matérias-primas.

Seus principais parceiros comerciais são Austrália, Estados Unidos, Japão e Rússia.



4. MELANÉSIA, MICRONÉSIA E POLINÉSIA

Os países e possessões que constituem a porção insular da Oceania apresentam, em geral, economia de base agrícola, mineral ou turística. São unidades políticas marcadas pela dependência econômica e um grave atraso social, com exceção de Nauru e do Havaí.

Em muitas destas unidades predomina a população nativa ou mestiça, dominada por minorias brancas. Várias das possessões aí existentes não têm a mínima condição de se tornarem naturalmente rentáveis, apresentam solos pouco férteis; enfim, deverão permanecer, muitas delas, possessões sem nenhuma perspectiva de autonomia.



O fim da Guerra Fria marcou o início de uma nova era, a da plena expansão do capital financeiro.

Com aporte do desenvolvimento das redes imateriais, o advento da Globalização conseguiu integrar, de maneira desigual, todos os cantos do planeta. Países desenvolvidos que viviam a perspectiva de uma grave crise econômica e social decorrente do limite de seus mercados passaram a vislumbrar uma nova perspectiva com a possibilidade de impor, agora sem a ameaça do socialismo real, condições cada vez mais vantajosas para o capital, condições de trocas mais e mais desvantajosas para as economias subdesenvolvidas.

O argumento para agregar economias subdesenvolvidas ao mercado, agora mais do que nunca, global era relativamente simples: os países subdesenvolvidos tinham que abrir suas economias para, em contrapartida, terem os mercados dos países desenvolvidos abertos a seus produtos; além disso, a presença do Estado na economia era demasiada, havia a necessidade de dar maior agilidade à economia transferindo para a iniciativa privada setores predominantemente estatais dos países mais atrasados como os transportes, a energia e as telecomunicações.

Como os países subdesenvolvidos trazem grande dependência financeira em relação a Estados e a instituições financeiras sediadas nos países centrais, esta abertura foi inevitável, e com ela os países desenvolvidos e industrializados, detentores de maiores tecnologias, passaram a dispor de um grande mercado em expansão constituído pelos países pobres.

As privatizações nos países periféricos, como México, Argentina, Israel, Brasil, Turquia e a Rússia, por exemplo, atraíram vultosos capitais ciosos de áreas de investimento lucrativo como os ligados à infraestrutura.

Com os mercados periféricos abertos a seus industrializados mais sofisticados os países centrais passaram a exportar o desemprego. Inúmeros setores industriais nos países periféricos sucumbiram à concorrência tecnologicamente desleal. Enfim, num curto espaço de tempo as economias dos países periféricos conhecerem, é verdade, considerável expansão, mas ampliaram sua condição de dependência em relação aos capitais multinacionais.

Neste curto espaço de tempo – a década de 90 – países periféricos conheceram o desemprego estrutural, com a extinção de postos de trabalho ante a modernização da produção; suas indústrias não sobreviveram; suas economias, agora mais subordinadas aos interesses de instituições financeiras internacionais, foram descapitalizadas, a proposta neoliberal triunfava sobre qualquer tentativa de promover a equidade. A eficiência ditava o planejamento dos Estados-nação.

As desigualdades sociais ampliaram-se, um

número cada vez maior de indivíduos passou a ser marginalizado do processo de dominação do capital financeiro-especulativo sobre a economia.

As diferenças entre os países do Norte e do Sul foram ampliadas, o que intensificou o processo migratório periferia-centro. Os países centrais, a despeito da criação de leis cada vez mais severas contra as imigrações, recebem a cada ano um número cada vez maior de excluídos. Esse exército de pobres marcha em direção às economias centrais. A xenofobia e a intolerância se fortalecem.

Resposta hipócrita ao afluxo desordenado de imigrantes, visto que o envelhecimento da população nos países da Europa Ocidental, no Japão e nos Estados Unidos suscita cada vez mais mão de obra para sustentar sistemas previdenciários à beira de um colapso.

A modernização dos meios de comunicação, o desenvolvimento das redes materiais otimizaram o comércio internacional. Para o capital financeiro as redes imateriais se constituíram uma estrada ampla e de fluxo constante que possibilitava as migrações praticamente diárias de grandes volumes de capital para mercados que têm a obrigação de se mostrar vantajosos – vantagens relativas – aos demais países do sistema capitalista financeiro, agora totalmente integrado.

□ Fluxos de informação e capital financeiro

A internet ampliou as possibilidades de comércio. Ampliou as possibilidades de exploração de ricos por pobres. Possibilitou a disseminação de tecnologias, informações etc., mas sedimentou a subordinação de pobres aos ricos. Todos estão integrados. As regiões mais atrasadas, como a África Sul-Saariana e áreas dos grande instabilidade política, marcadas por conflitos intermináveis, são vistas com desinteresse pelo grande capital. A era agora é a do amplo comércio, das trocas, das grandes desigualdades.

O *smart money* – o dinheiro esperto, com a internet é mais esperto ainda.

Permanece onde há possibilidades certas e seguras de reprodução. Livre, não aprecia impostos, taxações, ou qualquer tentativa de engessamento. A liberdade de circulação a favor dos grandes complexos multinacionais deprime cada vez mais as economias periféricas.

Os países emergentes, com superexploração do trabalho e baixos impostos, estão para esse dinheiro esperto muito mais atraentes. O momento é o da livre circulação.

Assim como a OMC, Organização Mundial do Comércio, veio para regulamentar o comércio, a internet veio para otimizar a circulação de capitais.

Os Estados-Nação estão por um fio. O espaço mundial é cada vez mais Multinacional.